



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

O PROBLEMA DO DESEMPREGO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Moacir de Souza Dias Neto

RA: 085968

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Campinas, julho de 2013

SUMÁRIO

RESUMO	i
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A Desestruturação do Mercado de Trabalho e a Elevação do Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo - 1990 a 2003	10
CAPÍTULO 2 – O Debate na Mídia em torno do Desemprego – 1990 a 2003	32
CAPÍTULO 3 – A Recuperação do Mercado de Trabalho e a Redução do Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – 2004 a 2012	53
CAPÍTULO 4 – O Debate na Mídia em torno Desemprego e do Pleno Emprego – 2004 a 2012	77
CONCLUSÃO	93
BIBLIOGRAFIA	97

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Desemprego – Brasil (1976 – 2010).....	1
Gráfico 2 – Taxa de Desemprego: Total, Metropolitano e Não-Metropolitano (1992 – 2004).....	3
Gráfico 3 – Taxa de Desemprego: RMSP e Total (2001 – 2011).....	4
Gráfico 4 – Evolução indexada da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados - RMSP (1989 – 2003).....	11
Gráfico 5 – Evolução da PEA e Ocupados – RMSP (1989 – 2003).....	14
Gráfico 6 – Índice do Nível de Ocupação, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003).....	16
Gráfico 7 – Índice do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003).....	18
Gráfico 8 – Prevalência de Ocupações Formais e Informais - RMSP (1989 – 2003).....	20
Gráfico 9 – Índice do Rendimento Médio Real dos Ocupados - RMSP (1989 – 2003).....	22
Gráfico 10 – Distribuição da Massa de Rendimentos do Trabalho Principal dos Ocupados, por Grupo de Rendimento – RMSP (1989 – 2003).....	25
Gráfico 11 – Evolução Indexada do Rendimento Médio Real, por Grupo de Rendimento – RMSP (1989 – 2003).....	26
Gráfico 12 – Taxas de Desemprego por Tipo – RMSP (1985-2002).....	27
Gráfico 13 – Taxas de Desemprego segundo Tipo de Desemprego - RMSP (1989 – 2003).....	28
Gráfico 14 – Duração Média da Procura de Trabalho – RMSP (1989 – 2003).....	31
Gráfico 15 – Distribuição dos Desempregados por Duração da Procura de Trabalho RMSP (1995 – 2003).....	32
Gráfico 16 – Evolução Indexada da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados. RMSP (2003 – 2012).....	54
Gráfico 17 – Evolução da PEA e Ocupados – RMSP (2003 – 2012).....	56
Gráfico 18 – Evolução Indexada dos Ocupados, segundo Setor de Atividade - RMSP (2003 – 2012).....	58
Gráfico 19 – Índice do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação - RMSP (2003 – 2012).....	60
Gráfico 20 – Prevalência de Ocupações Formais e Informais - RMSP (2003 – 2012).....	61
Gráfico 21 – Índice do Rendimento Médio Real dos Ocupados – RMSP (2003 – 2012).....	63
Gráfico 22 – Distribuição da Massa de Rendimentos do Trabalho Principal dos Ocupados, por Grupo de Rendimento – RMSP (2003 – 2012).....	66
Gráfico 23 – Evolução Indexada do Rendimento Médio Real, por Grupo de Rendimento – RMSP (03-12).....	67
Gráfico 24 – Taxas de Desemprego por Tipo – RMSP (2003-2012).....	68
Gráfico 25 – Taxas de Desemprego segundo Tipo de Desemprego - RMSP (2003-2012).....	69
Gráfico 26 – Duração Média da Procura de Trabalho – RMSP (2003 – 2012)	71
Gráfico 27 – Distribuição dos Desempregados por Duração da Procura de Trabalho – RMSP (2003-12)	72

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativas Médias da População Total, População em Idade Ativa e Menores de 10 anos - RMSP (1989 – 2003).....	12
Tabela 2 – Evolução da PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos em Proporção da PIA – RMSP (1989 – 2003).....	12
Tabela 3 – Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais – RMSP (1989 – 2003).....	15
Tabela 4 – Estimativa dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003).....	17
Tabela 5 – Estimativa dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003).....	19
Tabela 6 – Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003).....	19
Tabela 7 – Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003).....	23
Tabela 8 – Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003).....	24
Tabela 9 – Taxa de Desemprego e Estimativas de Desempregados, segundo Tipo de Desemprego - RMSP (1989 – 2003).....	29
Tabela 10 – Taxa de Desemprego, segundo Atributos Pessoais - RMSP (1989 – 2003).....	34
Tabela 11 – Estimativas Médias da População Total, População em Idade Ativa e Menores de 10 anos. RMSP (2003 – 2012).....	55
Tabela 12 – Estimativas da PEA, Ocupados e Desempregados, em Percentagem da PIA – RMSP (2003 – 2012).....	55
Tabela 13 – Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais - RMSP (2003 – 2012).....	57
Tabela 14 – Estimativa dos Ocupados, segundo Setor de Atividade - RMSP (2003 – 2012).....	59
Tabela 15 – Estimativa dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (2003 – 2012).....	60
Tabela 16 – Distribuição dos Assalariados, segundo a Jornada Semanal Média de Trabalho - RMSP (2003 – 2012).....	62
Tabela 17 – Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Posição na Ocupação - RMSP (2003 – 2012).....	64
Tabela 18 – Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (2003 – 2012).....	65
Tabela 19 – Taxa de Desemprego e Estimativas de Desempregados, segundo Tipo de Desemprego - RMSP (2003 – 2012).....	70
Tabela 20 – Taxa de Desemprego, segundo Atributos Pessoais - RMSP (2003 – 2012).....	73

RESUMO

O desemprego na Região Metropolitana de São Paulo registra, a partir dos anos 90, dois períodos com evolução bastante distintos. O primeiro momento, entre 1990 e 2003, foi marcado por um aumento da taxa de desemprego, fato mais explícito de um processo maior de desestruturação do mercado de trabalho. Em torno deste fenômeno surge um debate polarizado na mídia: de um lado, autores ortodoxos atribuem a fatores microeconômicos, como a rigidez do mercado de trabalho e o excessivo custo do trabalho, a responsabilidade pela insuficiente geração de empregos; de outro, autores não ortodoxos atribuem a culpa ao fraco desempenho da economia e às políticas macroeconômicas equivocadas. A reversão do fenômeno em 2004 e a sustentada queda da taxa de desemprego desde então levou, principalmente a partir de 2009, a uma mudança do debate, que passa a girar em torno da tendência ao pleno emprego e suas consequências. Os dados coletados pela PED nos permitem afirmar que o diagnóstico do pleno emprego na RMSP é no mínimo prematuro, senão equivocado.

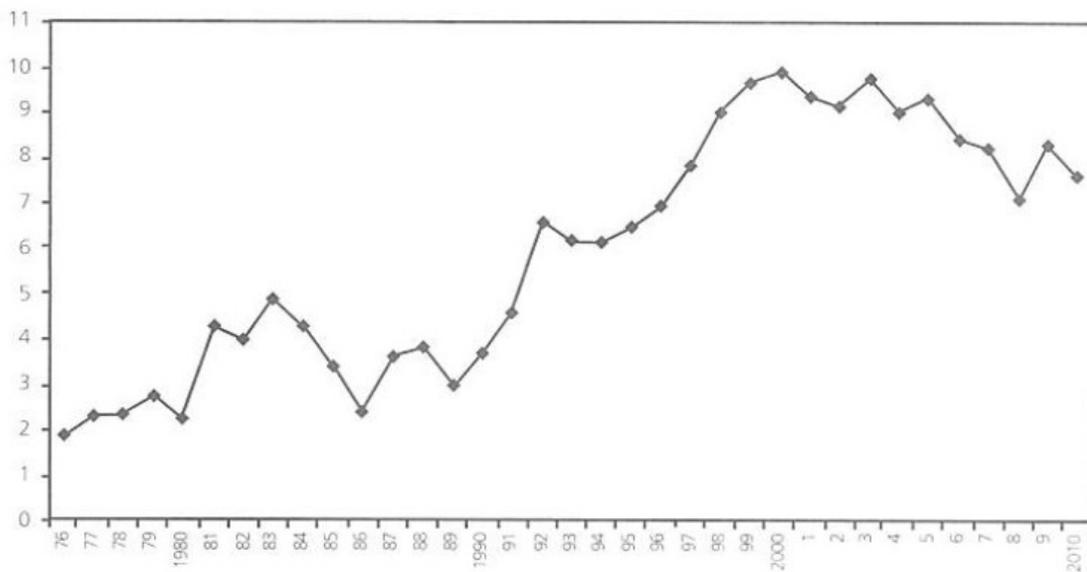
Palavras-chave: mercado de trabalho; desemprego; pleno emprego.

INTRODUÇÃO

O desemprego no Brasil é um problema que se manifesta com maior gravidade a partir dos anos 80. O País, que registrou desemprego aberto irrelevante entre as décadas de 1930 e 1970, passa a registrar um crescimento significativo do número de desempregados desde a crise da dívida externa (1981-1983). O desemprego gerado durante o ajuste econômico do início dos anos 80 como parte do ajuste exportador voltado ao pagamento da dívida externa, entretanto, não se mostrou duradouro (POCHMANN, 2013). A taxa de desemprego, que inicia os anos 80 com uma taxa perto de 2%, fecha a década com uma taxa perto de 3%, mostrando que, apesar de alguma variabilidade, não houve durante o período uma mudança significativa no patamar do desemprego (Gráfico 1).

Gráfico 1

Evolução da Taxa de Desemprego – Brasil (1976 – 2010)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos e PNADs (*apud* POCHMANN, 2013, p. 33).

É a partir do início da década seguinte que podemos notar uma forte ruptura do padrão anterior. No período compreendido entre 1990 e 2003 notamos dois momentos de elevação do nível de desemprego no conjunto do País. A taxa de desemprego aberto, que na década anterior se situava na casa dos 3%, manifesta uma tendência de alta entre os anos de 1989 e 1992, se estabilizando na casa dos 6%. Esse novo patamar, como visto no gráfico acima, se manifesta entre os anos de 1992 e 1996, período em que a taxa de desemprego registrada pela PNAD oscila em torno dos 6%. Apesar do sucesso do Plano Real no que tange à estabilização monetária, o patamar se mantém, indicando que houve uma mudança estrutural no mercado de trabalho (MATTOSO; BALTAR, 1997; MONTAGNER; BRANDÃO, 1996).

Nos anos seguintes, notamos um avanço sem precedentes da taxa de desemprego. Após forte aceleração, a taxa de desemprego se estabiliza, no final da década, no patamar de 9% (PNAD), permanecendo neste elevado patamar entre os anos de 1998 e 2005. A permanência do desemprego elevado acompanhada pelo aumento no índice de desemprego de longa duração afeta a segurança no mercado de trabalho. Os jovens perdem a expectativa de mobilidade social e os adultos seus projetos de vida. Os efeitos sociais são profundos, entre eles cresce a exclusão social, a miséria, a desesperança e a marginalidade (DIEESE, 2001).

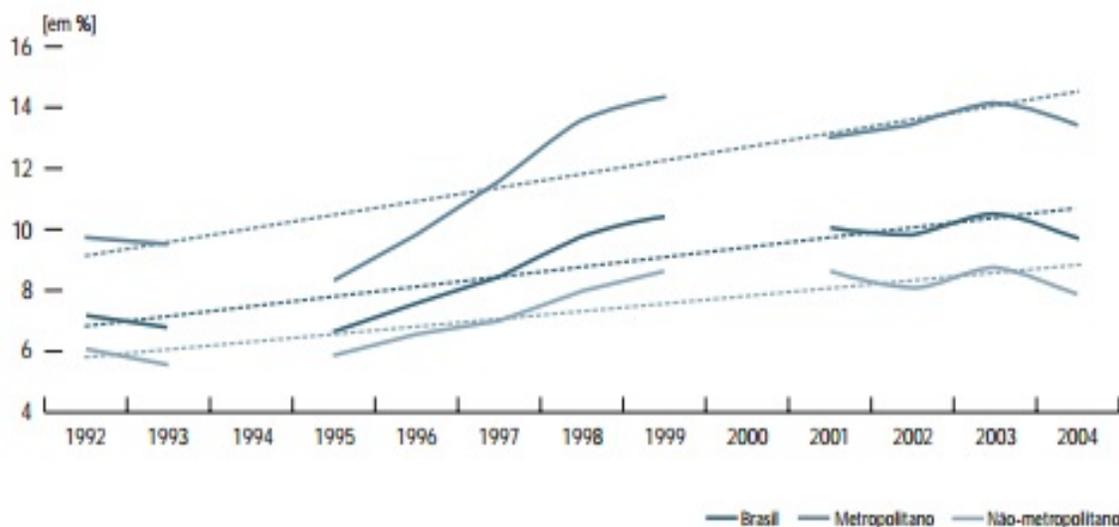
Diante desse quadro, a discussão em torno das causas do desemprego se torna um ponto central no debate econômico nacional. Uma das hipóteses aventadas para explicar o crescimento do desemprego durante o período seria que o aumento do desemprego é decorrente do ajuste das empresas às variações do nível de atividade da economia, ajuste este que teria se dado majoritariamente em cima do nível de emprego (MONTAGNER; BRANDÃO, 1996). Outro fator determinante para a mudança de patamar do desemprego seria a adoção, por parte das empresas, de processos de reestruturação produtiva e organizacional com a implantação de processos e tecnologias poupadoras de mão de obra. Há ainda aqueles que atribuem o aumento do desemprego à adoção das políticas econômicas e sociais de corte neoliberal (DIEESE, 2001; POCHMANN, 2013). Finalmente, há aqueles que enfatizam fatores relacionados à rigidez do mercado de trabalho e os altos custos envolvidos na contratação do trabalhador (PASTORE, 2000). Essas

hipóteses serão mais bem delineadas nos capítulos subsequentes, onde poderemos notar a polarização das opiniões de diversos economistas.

Como descrito anteriormente, a taxa de desemprego brasileira se estabilizou, nos anos compreendidos entre 1998 e 2005, em um patamar elevado de desemprego, oscilando ao redor dos 9%. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 2000 registra-se uma importante melhoria deste indicador. A taxa de desemprego recua sistematicamente até 2012, salvo repique pós-crise em 2009. Este fenômeno sugere uma retração da taxa de desemprego para o patamar observado em meados dos anos 90, se situando entre 2010 e 2012 em torno dos 7%. O significado da tendência de redução da taxa de desemprego registrada nesse período será abordado mais a fundo no Capítulo 4 desta monografia.

Gráfico 2

Taxa de Desemprego: Total, Metropolitano e Não-Metropolitano (1992 – 2004)



Fonte: IBGE. PNADs (*apud* IPEA, 2006, p. 333).

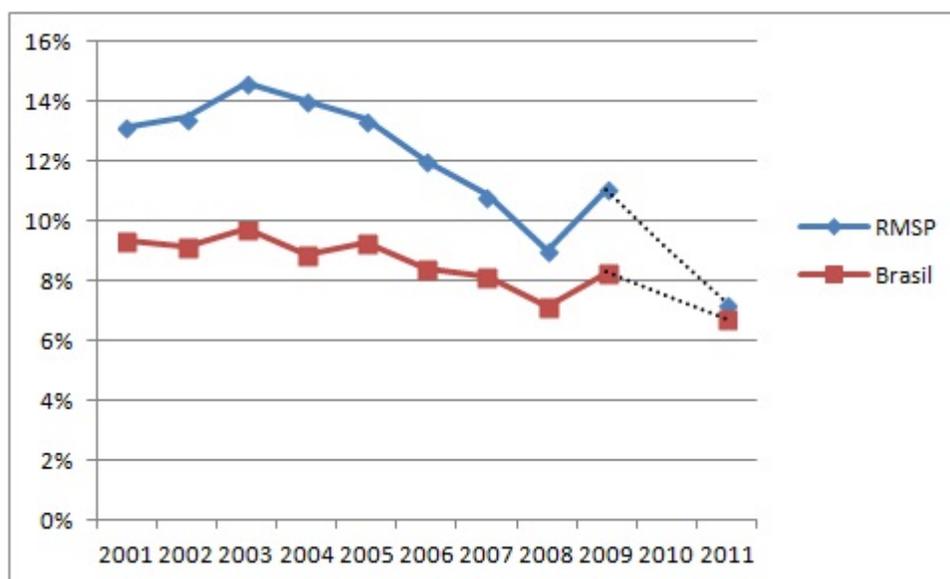
Registramos até agora importantes mudanças no que concerne ao movimento da taxa de desemprego entre o final dos anos 80 e o início da década de 2010. É importante salientar, por outro lado, que o problema do desemprego, ainda que nacional, se manifesta de forma mais acentuada nas grandes metrópoles. O Gráfico 2 mostra que a taxa de

desemprego registrada no âmbito das metrópoles nacionais é consistentemente mais elevada que a taxa nacional. Baseado nesta constatação é possível evidenciar que o debate nacional em torno das causas e consequências do desemprego tem sido pautado pelas tendências no contexto das regiões metropolitanas. Observando o comportamento das curvas das taxas de desemprego total, metropolitano e não-metropolitano, notamos que as tendências de flutuação destas taxas é bastante similar (IPEA, 2006).

Em termos de regiões metropolitanas, interessa examinar, em particular, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O desemprego nesta região metropolitana também se apresenta acima da média nacional (Gráfico 3), exibindo um patamar, entre 2002 e 2005, na casa dos 14%, cinco pontos percentuais acima daquele registrado nacionalmente. Notamos que a tendência de queda da taxa de desemprego da RMSP durante a segunda metade da década de 2000 é semelhante àquela registrada em âmbito nacional (sua maior intensidade decorre, sobretudo, do fato de ela ocorrer sobre um patamar inicial mais elevado). Mas, é importante notar que o desemprego na RMSP tendeu para um nível equivalente ao do conjunto do País.

Gráfico 3

Taxa de Desemprego: RMSP e Total (2001 – 2011)



Fonte: IBGE. PNAD (elaboração própria).

A escolha da RMSP se justifica por seu dinamismo econômico e pela gravidade alcançada pelo problema do desemprego: em 2003, estima-se que havia cerca de 2 milhões de trabalhadores desempregados na metrópole. Também é importante mencionar: i) a RMSP concentra aproximadamente um décimo da população brasileira e um sexto do PIB nacional; ii) apresenta o maior parque industrial do país, sendo responsável por aproximadamente um quinto do produto industrial nacional; iii) dada a grande relevância da região no contexto nacional, é aquela que possui o mais longo registro de estatísticas de desemprego, a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de São Paulo. Além disso, o mercado de trabalho da RMSP combina traços do atraso e da modernidade, sintetizando características estruturais do mercado de trabalho nacional.

Neste sentido, essa monografia visa explicitar o agravamento do problema do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo entre 1989 e 2003, assim como discutir a aparente superação do problema nos últimos anos. Este estudo visa também compreender o debate acadêmico em torno das causas do desemprego e das políticas de combate mais adequadas para enfrentar o problema.

As informações utilizadas neste estudo se baseiam na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMSP¹. A PED é a pesquisa brasileira voltada para o mercado de trabalho de mais longa data. A Pesquisa tem sido publicada sistematicamente desde janeiro de 1985, configurando-se como uma das principais fontes de referência para o acompanhamento da conjuntura e tendências do mercado de trabalho metropolitano (SEADE, 1997). Devemos ressaltar ainda que a série manteve a mesma metodologia, permitindo observar a evolução dos indicadores do mercado de trabalho ao longo do tempo.

A PED também apresenta outra característica peculiar, que a distingue das outras pesquisas de emprego utilizadas no Brasil: uma forma mais apropriada para entender a condição de atividade da população trabalhadora. De acordo com explicação fornecida pela Fundação SEADE (1997):

¹ Ao longo do tempo, a PED passou a ser realizada também em outras regiões metropolitanas, a saber: Porto Alegre e Distrito Federal, desde 1992; Belo Horizonte, desde 1995; Salvador, desde 1996; Recife, desde 1997 e; Fortaleza, desde 2008.

"A elaboração da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego pretendeu dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea, cuja descrição não se esgota na dicotomia emprego/desemprego. O propósito básico era ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, a comparabilidade com aqueles produzidos em outros países, mas principalmente gerando medidas que permitissem: (i) construir um método de classificação da População em Idade Ativa (PIA) que captasse a fluidez dos segmentos que a compõem - ocupados, desempregados e inativos - e a inter-relação entre eles, e (ii) criar uma tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas típicas."

Gostaria de ressaltar principalmente o ponto dois. A insuficiência descritiva própria da dicotomia emprego/desemprego em uma estrutura produtiva heterogênea se dá pelo convívio, na sociedade em desenvolvimento, de várias formas de ocupação. Desta constatação surgiu a necessidade de melhor qualificar a inserção no mercado de trabalho, para não correr o risco, por um lado, de classificar como empregadas as pessoas que exercem trabalho precário, e por outro, classificar como inativas as pessoas que, por desestímulos do mercado ou circunstâncias fortuitas, não procuraram emprego nos últimos 30 dias. Evitar as distorções acima ajuda a precisar características importantes para a mensuração quantitativa do mercado de trabalho em seus principais indicadores, entre as quais a taxa de participação, a taxa de ocupação e a taxa de desemprego.

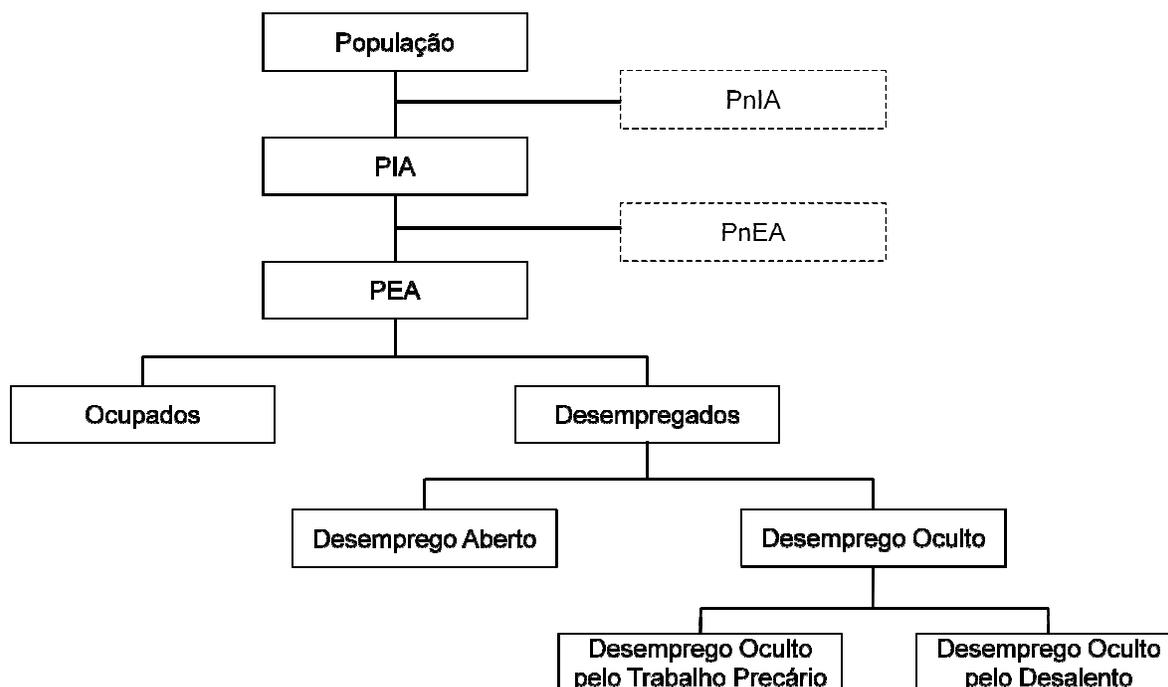
Para o pleno entendimento destes indicadores, é necessário definir alguns conceitos chave. Ressalto na Figura 1 a relação entre elas. As categorias da pesquisa são definidas pela Fundação SEADE (1997) como segue:

- PIA – População em Idade Ativa – Indivíduos de 10 ou mais anos
- PEA - População Economicamente Ativa - é a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada;

- Ocupados - são os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho; ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho;
- Desempregados - são os indivíduos se encontram em uma das seguintes situações:
 - A) Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias.
 - B) Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.
 - C) Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.
- Inativos - são os indivíduos maiores de dez anos que não estão ocupados ou desempregados.

Figura 1

Fluxograma dos Principais Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego



Fonte: Dieese/Seade (elaboração própria).

A metodologia adotada pela PED permitiu a construção de uma taxa de desemprego total correspondente à somatória dos três tipos de desemprego anteriormente assinalados. Além disso, a PED também elabora o indicador clássico de desemprego aberto, aquele caracterizado pelo não trabalho e procura em sete dias. Podemos afirmar, então, que a possibilidade de analisar o desemprego pelos dados da PED nos permite considerar a heterogeneidade da estrutura produtiva, na medida em que ela incorpora o desemprego oculto (DEDECCA, 2006).

Outro fator decisivo na escolha da PED como fonte básica de dados para análise é que a taxa de desemprego aberto da PED e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, apesar de apresentarem algumas diferenças metodológicas, apresentam tendências semelhantes. De fato, as discrepâncias registradas entre as duas pesquisas são decorrentes de aspectos metodológicos específicos como, por exemplo, diferenças de estruturas de questionários (DEDECCA, 2006).

A partir das semelhantes tendências registradas na PME e PED, e dada a maior riqueza de informação da última no que concerne à incorporação da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro à sua análise (via registro do desemprego oculto), escolhemos a última como fonte primária de dados na análise subsequente do mercado de trabalho da RMSP, e em especial, o desemprego.

O presente trabalho será dividido em quatro capítulos. Os capítulos 1 e 3 serão dedicados à caracterização do mercado de trabalho da RMSP nos períodos compreendidos entre 1989-2003 e 2003-2012. O primeiro tem como objetivo central evidenciar o processo de desestruturação do mercado de trabalho na RMSP, e principalmente, demonstrar o quão grave foi o agravamento do problema do desemprego. O capítulo 3 busca identificar uma significativa mudança no padrão evolutivo deste mercado, em direção à maior estruturação, e destacar, principalmente, a drástica mudança na tendência da evolução do desemprego a partir de 2003. Tendo registrado e qualificado essa mudança, os capítulos 2 e 4 têm como objetivo evidenciar o debate na mídia em torno das causas do desemprego, indicando uma importante mudança na pauta do debate. Esta mudança ficará mais evidente no final da década de 2000, com o surgimento da temática do pleno emprego.

CAPÍTULO 1

A DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A ELEVAÇÃO DO DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 1990 A 2003

Este capítulo visa analisar a evolução recente e as principais características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), utilizando indicadores elaborados com base nos dados publicados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Para nortear a análise, utilizamos a mesma abordagem do artigo "O mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo" (HOFFMANN; MENDONÇA, 2003)

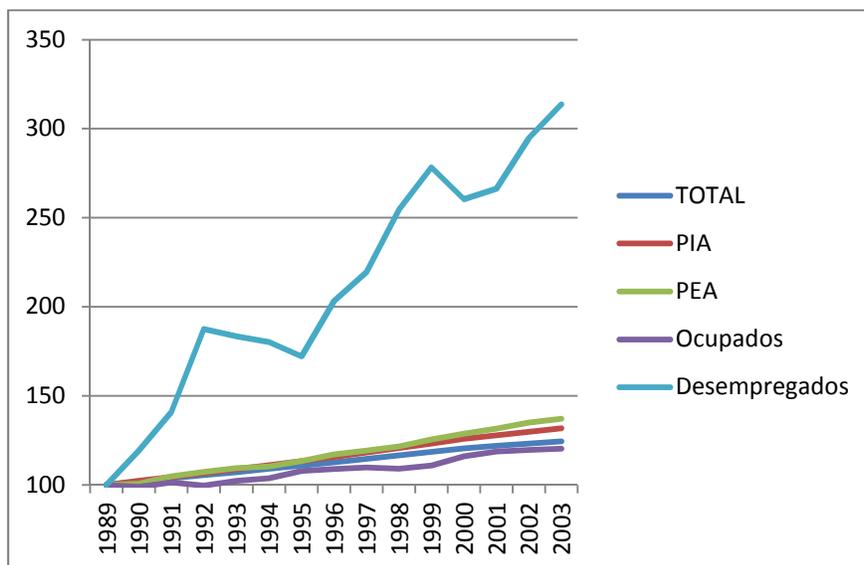
Primeiramente, voltaremos o olhar para a evolução da População Economicamente Ativa, e principalmente, a evolução da Taxa de Participação da população, isto é, a parcela da População em Idade Ativa que está inserida no mercado de trabalho. A evolução deste indicador, aliado à evolução absoluta do número de habitantes da RMSP, possuem impacto importante na disponibilidade de mão de obra, influenciando, portanto, a evolução deste mercado. Outra dimensão importante na análise é a evolução e caracterização dos ocupados. Essa caracterização, tanto pessoalmente (sexo, idade, escolaridade, etc.), quanto setorialmente (distribuição dos trabalhadores pelos setores econômicos) é muito importante para qualificar a mão de obra empregada, e ter uma noção da evolução dos setores econômicos. A análise dos rendimentos médios procura aferir qual o impacto da oferta e demanda por mão de obra sobre os rendimentos médios do trabalho. Isto é importante, pois a sua desagregação (em percentis de renda) e por atributos pessoais permite entender qual a evolução e as limitações da nossa sociedade no que concerne à renda. Por fim, caracterizaremos a evolução dos desempregados no período. Esta caracterização é

importante para evidenciar o momento difícil por qual passava o mercado de trabalho no período.

A evolução indexada das principais categorias do mercado de trabalho pode ser visto no gráfico abaixo, do qual é possível observar algumas tendências interessantes. Primeiramente notamos o forte crescimento do desemprego *versus* as outras categorias. Notamos ainda uma evolução muito modesta dos ocupados, que cresce a taxas menores que a PEA. Por fim, notamos um crescimento da PEA acima da PIA, o que indica uma maior taxa de participação durante o período. Esse movimento geral será compreendido mais a fundo no decorrer do capítulo.

Gráfico 4

Evolução indexada da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados - RMSP (1989 – 2003) (1989=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

1.1 – A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A Tabela 1 apresenta as estimativas anuais da População total, da População em Idade Ativa (PIA), e da População Economicamente Ativa. Estas estimativas nos permitem enxergar também uma diferença crescente entre a População Economicamente Ativa e a população ocupada, sendo esta diferença o desemprego registrado nestes períodos. A Tabela 2 apresenta os mesmos dados, mas em percentuais da PIA. Esse olhar nos permite melhor compreender as alterações relativas no mercado de trabalho.

Tabela 1

Estimativas Médias da População Total, População em Idade Ativa e Menores de 10 anos -
RMSP (1989 – 2003)

Condição de atividade	1989	1992	1995	1998	2001	2003
TOTAL	14.815	15.621	16.417	17.262	18.065	18.445
População em Idade Ativa (10 anos ou mais)	11.721	12.497	13.291	14.142	14.986	15.440
População Economicamente Ativa	7.162	7.686	8.121	8.711	9.426	9.820
Ocupados	6.539	6.518	7.049	7.126	7.767	7.866
Desempregados	623	1.168	1.072	1.585	1.659	1.954
Inativos de 10 anos ou mais	4.559	4.811	5.170	5.431	5.560	5.620
Menores de 10 anos	3.094	3.124	3.126	3.120	3.079	3.005

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Tabela 2

Evolução da PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos em Proporção da PIA – RMSP
(1989 – 2003)

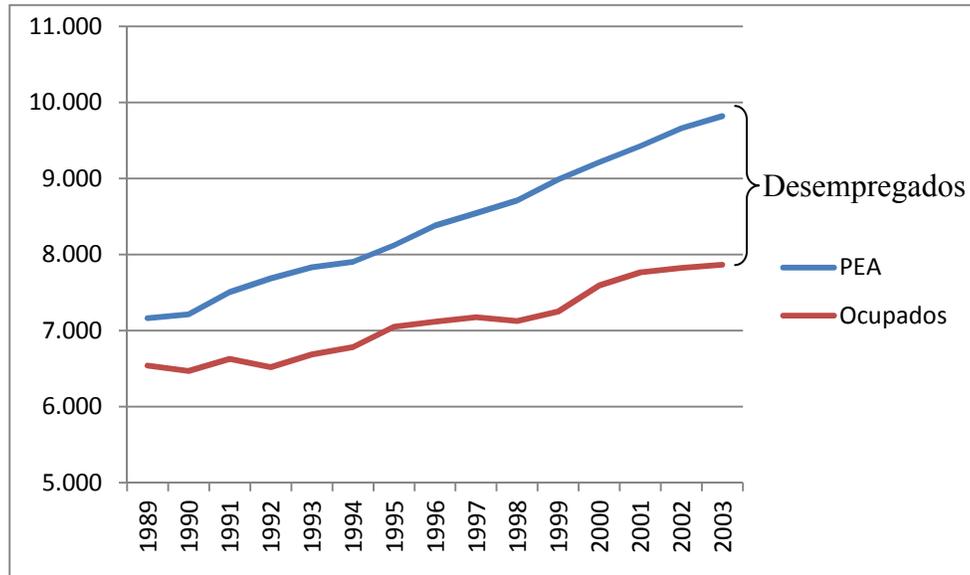
Condição de atividade	1989	1992	1995	1998	2001	2003
População em Idade Ativa (10 anos ou mais)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
População Economicamente Ativa	61%	62%	61%	62%	63%	64%
Ocupados	56%	52%	53%	50%	52%	51%
Desempregados	5%	9%	8%	11%	11%	13%
Inativos de 10 anos ou mais	39%	38%	39%	38%	37%	36%

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Durante o período notamos também algumas características interessantes. A primeira é um crescimento relativo da População em Idade Ativa em relação ao total da população. Em 1989, a PIA correspondia a 79% da população, ou seja, 21% da população da RMSF era menor de 10 anos de idade. Em 2003, a PIA representa 84% da população, revelando um estreitamento da pirâmide etária brasileira, fato que é acompanhado por uma expansão da População Economicamente Ativa, que passa de 48% da população total em 1989, para 53%, em 2003. Estes dois fatores em conjunto, o aumento relativo da PIA e da PEA tem impactos importantes no mercado de trabalho, pois evidencia o aumento da demanda por postos de trabalho. Isto significa que, para manter um mesmo nível de desemprego, teria que haver, no período, uma geração de postos de trabalho mais que proporcional ao crescimento da população brasileira. Isto não ocorreu. Há uma deficiência crescente de geração de postos de trabalho durante o período, que em 1989 eram de 623 mil vagas, e que passaria em 2002 para uma carência de 1,95 milhões de postos de trabalho. O número de desempregado triplica, para um crescimento da PEA de 37%. O problema do aumento do desemprego é bastante contundente. Notamos, na Tabela 2, um aumento da taxa de participação na ordem de 3% (61% para 64%). Notamos, no entanto, que durante o mesmo período a taxa de ocupados diminui em cinco pontos percentuais. O resultado desta dinâmica é o crescimento em 8 pontos percentuais da taxa de desempregados durante o período. Isto é importante, pois não só revela um déficit de geração médio anual de postos de trabalho na ordem de 95 mil vagas. No Gráfico 5 evidencia-se este crescente déficit.

Gráfico 5

Evolução da PEA e Ocupados – RMSP (1989 – 2003)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Para melhor qualificarmos a expansão da PEA, um indicador é de fundamental importância é a taxa de participação. A taxa de participação é definida pela fração da PEA pela PIA, e pode ser segmentada de acordo com atributos pessoais.

Tabela 3

Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais – RMSP (1989 – 2003)

Atributos	1989	1992	1995	1998	2001	2003
TOTAL	61%	62%	61%	62%	63%	64%
Posição no domicílio						
Chefe	81%	80%	79%	78%	77%	77%
Demais Membros	52%	53%	52%	53%	55%	56%
Sexo						
Homens	77%	76%	75%	73%	73%	73%
Mulheres	46%	48%	49%	51%	54%	55%
Faixa Etária						
10 a 15 Anos	21%	18%	16%	13%	11%	10%
16 a 24 Anos	78%	77%	75%	73%	76%	75%
25 a 39 Anos	77%	79%	80%	82%	83%	85%
40 a 49 Anos	71%	74%	76%	76%	77%	79%
50 a 59 Anos	53%	55%	57%	57%	59%	62%
60 Anos e Mais	22%	22%	21%	22%	22%	22%

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Nesta Tabela vale a pena ressaltar alguns fatores. Primeiro, a queda na taxa de participação do trabalho na faixa de 10 a 15 anos é um importante marco do desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, principalmente no que concerne às políticas públicas de erradicação do trabalho infantil. A queda de 10 pontos percentuais registrada pela taxa de participação, apesar de muito importante, ainda evidencia a presença do trabalho infantil na sociedade brasileira. Uma em cada dez crianças na RMSP faz parte da População Economicamente Ativa, ou seja, trabalha ou está a procura de trabalho. Segundo, o aumento da taxa de participação da mulher evidencia a maior inserção feminina no mercado de trabalho, aumentando de 46% para 55%, enquanto a dos homens contraiu de 77% para 73%. Este movimento é acompanhado de uma queda da taxa de participação dos chefes de domicílio, e de um aumento da participação dos demais membros da família.

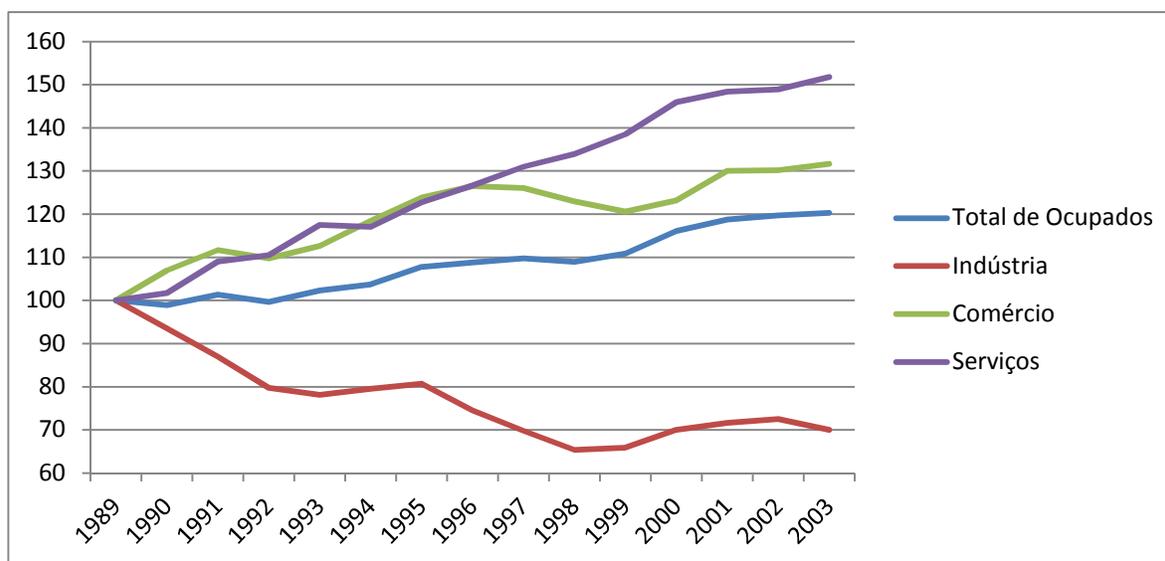
1.2 – A EVOLUÇÃO DOS OCUPADOS

O evolução dos quantitativa e qualitativa dos Ocupados durante os anos noventa definitivamente não foi das melhores. Em termos quantitativos, notamos uma fraca expansão da população ocupada. De 1989 para 2003 a RMSP amplia a sua oferta de postos de trabalho em 1,3 milhões de vagas, para um crescimento da PEA de 2,7 milhões de pessoas. Na média, houve a entrada de 190 mil pessoas por ano no mercado de trabalho na região, contra a geração de 95 mil postos de trabalhos anuais. A deficiência na geração de vagas foi, portanto, na casa de 100 mil por ano, uma cifra bastante contundente. A compreensão deste déficit passa pela análise da evolução dos postos de trabalho, segundo o setor de atividade econômica.

Olhando para o desempenho setorial da evolução dos ocupados, traçamos uma mudança clara de perfil de vagas. O Gráfico 6 mostra a evolução indexada dos ocupados, segundo o setor de atuação.

Gráfico 6

Índice do Nível de Ocupação, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003) - (1989=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

Neste gráfico notamos claramente uma expansão do número de vagas no setor de serviços e no setor comercial e uma queda, em termos absolutos, do número de postos de trabalho na indústria. Esta mudança é muito importante, na medida que assinala uma mudança estrutural na oferta de postos de trabalho (HOFFMANN; MENDONÇA, 2003). A redução em termos absolutos do número de postos de trabalho no setor industrial se insere em um contexto de abertura comercial, que leva a um processo de reestruturação produtiva nacional. Os impactos da política de estabilização monetária na evolução do emprego, e principalmente do emprego industrial, serão objeto de debate entre economistas, debate este que ficará evidente no capítulo seguinte. Na Tabela 4 encontramos os valores absolutos para o período em questão.

Tabela 4

Estimativa dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003)

Setor de Atividade	1989	1992	1995	1998	2001	2002
TOTAL	6.539	6.518	7.049	7.126	7.767	7.866
Indústria	2.158	1.721	1.741	1.411	1.546	1.510
Comércio	968	1.062	1.198	1.190	1.258	1.274
Serviços	2.596	2.868	3.186	3.477	3.852	3.941
Demais	817	867	923	1.048	1.111	1.141

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

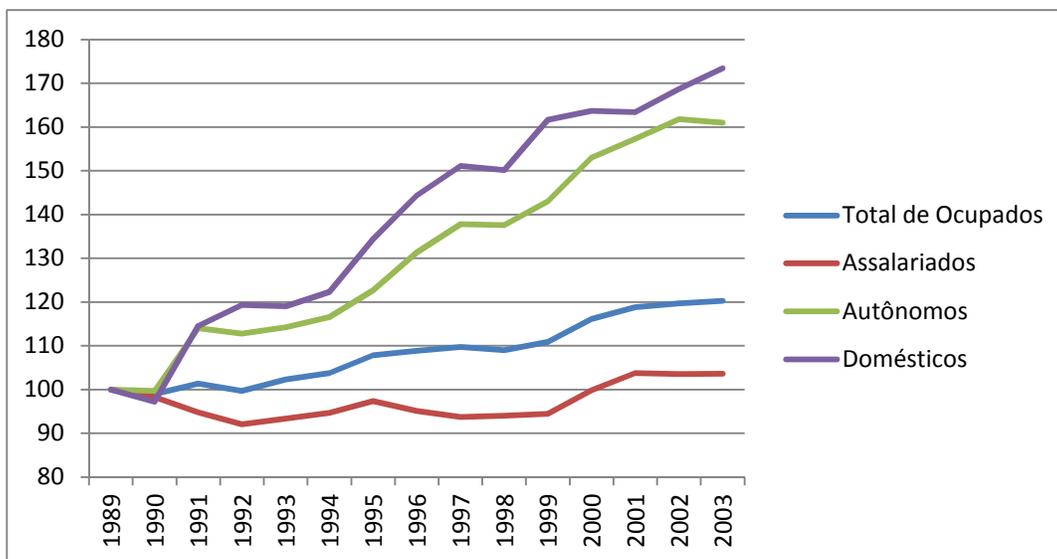
Em 1989 estima-se que existiam no setor industrial aproximadamente 2,2 milhões de postos de trabalho, número que decaiu para 1,5 milhões de postos de trabalho em 2002. A indústria, que era responsável pela geração de 33% dos postos de trabalho da RMSP, em 2002 responde por somente 19% das mesmas. O setor comercial manteve sua participação relativa constante, enquanto há um aumento da participação do setor de serviços no total dos ocupados. Em 1989, o setor de serviços respondia por 40% dos postos de trabalhos, enquanto em 2003 esta cifra chega à 50% dos mesmos.

Acompanhando esta modificação estrutural em detrimento do emprego industrial, há também modificações importantes em termos da posição ocupada pelos trabalhadores. O

Gráfico 7 mostra uma subida acentuada do número de trabalhadores autônomos e domésticos, e uma perda de participação dos trabalhadores assalariados.

Gráfico 7

Índice do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação - RMS (1989 – 2003) -
(1989=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Em termos absolutos foram gerados somente 170 mil vagas assalariadas no período, frente à uma expansão de 578 mil trabalhadores autônomos, e 293 mil empregados domésticos. Quando olhamos para o perfil de postos de trabalho assalariados criados, o cenário se mostra ainda mais interessante. Das 163 mil vagas geradas pelo setor privado, foram geradas 459 mil vagas para trabalhadores sem carteira. Isto significa, portanto, uma redução de 296 mil vagas de trabalho com carteira assinada durante o período, uma queda de aproximadamente 10%.

Tabela 5

Estimativa dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003)

Posição na Ocupação	1989	1992	1995	1998	2001	2003
TOTAL	6.539	6.518	7.049	7.126	7.767	7.866
Assalariados	4.715	4.341	4.589	4.432	4.893	4.885
Do setor privado	4.061	3.637	3.912	3.812	4.272	4.224
Com Carteira Assinada	3.466	3.044	3.137	2.957	3.169	3.170
Sem Carteira Assinada	595	593	775	855	1.103	1.054
Do Setor Público	641	697	677	613	621	653
Autônomo	948	1.069	1.163	1.304	1.491	1.526
Empregados Domésticos	399	476	536	599	652	692
Demais	477	632	761	791	730	763

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

A proporção dos assalariados em relação ao total de vagas passa, entre 1989 e 2003, de 72% para 62%, respectivamente. Notamos um crescimento dos postos de trabalho informal, sendo composto por trabalhadores assalariados sem carteira assinada (9% para 13%), trabalhadores autônomos (14% para 19%), e empregados domésticos (6% para 9%), evidenciados na Tabela 6.

Tabela 6

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003)

Posição na Ocupação	1989	2003
TOTAL	100%	100%
Assalariados	72%	62%
Do setor privado	62%	54%
Com Carteira Assinada	53%	40%
Sem Carteira Assinada	9%	13%
Do Setor Público	10%	8%
Autônomo	14%	19%
Empregados Domésticos	6%	9%
Demais	7%	10%

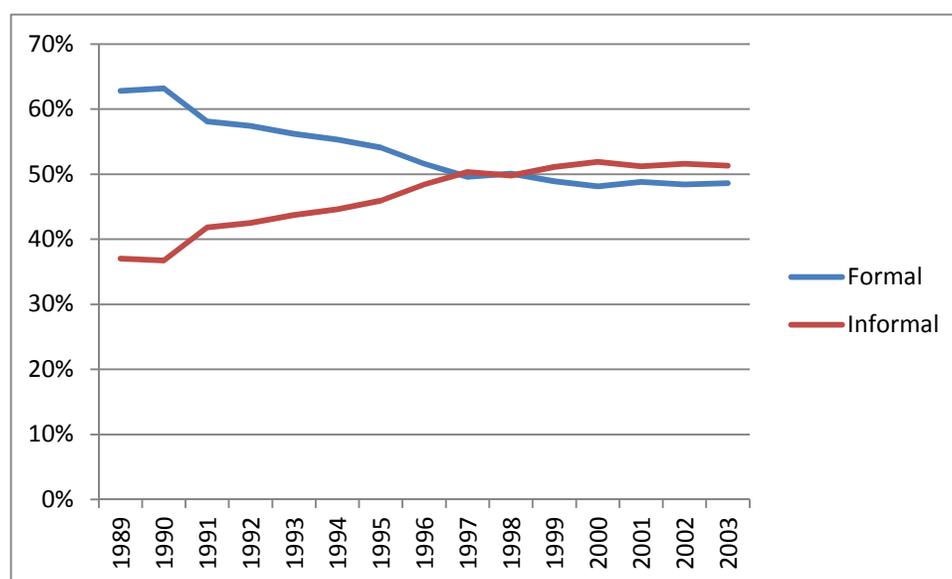
Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Essa modificação de perfil de vagas tem consequências no grau de formalização do mercado de trabalho. No Gráfico 8, podemos perceber claramente a inversão de

predominância de trabalho formal, no início do período, para uma informal, no final do período. Em 1989, o percentual total de postos de trabalho formal em relação ao todo era superior a 60%. A deterioração da qualidade das vagas, evidenciadas aqui pelo avanço dos postos de trabalho informal, passam a ser maioria já a partir de 1997, permanecendo assim até o final do período em questão. Esse é um grave sintoma de dessaranjo no mercado de trabalho, com consequências importantes em termos de arrecadação.

Gráfico 8

Prevalência de Ocupações Formais e Informais - RMSP (1989 – 2003)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Outra qualificação do mercado de trabalho, pertinente à essa seção, é a análise das horas trabalhadas. A proporção de trabalhadores que trabalharam mais que a jornada legal de trabalho na semana de referencia se manteve acima dos 40% (43%, em média, para o ano de 1989, e 44%, em média, para o ano de 2003). Este elevado percentual de trabalhadores exercendo atividade profissional acima da permitida por lei pode ser interpretado como um sintoma de um mercado de trabalho em condições adversas para o trabalhador.

Os dados oriundos da análise dos ocupados são bastante preocupantes, e corroboram a tese de desestruturação do mercado de trabalho na RMSP ocorrido durante os anos 90 até

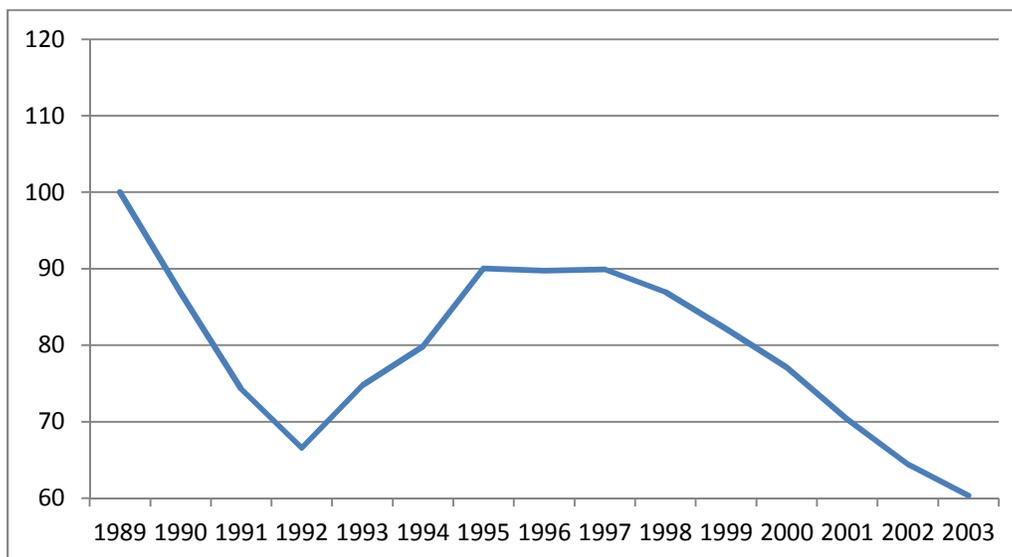
2003. O movimento se resume em cinco pontos: i) notamos uma evolução dos empregados substancialmente inferior à PEA, indicando um déficit na oferta de postos de trabalho; ii) notamos uma queda em termos relativos e absolutos na oferta de postos de trabalho na indústria, o que mostra não somente a diminuição de postos de trabalho de boa qualidade, mas também evidencia as enormes dificuldades apresentadas pelo setor durante o período em questão; iii) notamos uma queda relativa do número de postos de trabalho assalariados, ou dessalariamento; iv) notamos uma queda absoluta no número de postos de trabalho com carteira assinada, evidenciando o recrudescimento da informalidade no mercado, e v) o aumento de indivíduos trabalhando mais que a carga legal. Esses dados, tomados em conjunto, corroboram a tese da desestruturação do mercado de trabalho na RMSP durante o período em questão. O aumento da PIA e da PEA, aliadas à diminuição da qualidade dos postos de trabalho e a um aumento do desemprego evidencia a fragilidade do mercado de trabalho da RMSP durante o período.

1.3 – A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

O Gráfico 9 mostra a evolução do rendimento médio real dos ocupados na RMSP. Notamos claramente a perda real de rendimentos do trabalhador, atingindo um nível médio em 2003 40% menor que no ano de 1989.

Gráfico 9

Índice do Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados - RMSP (1989 – 2003) - (1989=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria) (1)
Inflator utilizado – ICV do DIEESE.

Esta queda decorre tanto de uma perda de poder aquisitivo decorrente da inflação, mas também uma queda decorrente das modificações registradas em termos de posição na ocupação. A piora da qualidade do trabalho, observados pelo aumento do trabalho informal e doméstico no mix de ocupações, aliado ao aumento do trabalho assalariado sem carteira assinada, resulta em um salário médio menor, pois estas ocupações tem, na média, remunerações menores. Em outros termos, a massa de salários diminuiu também pela queda do número de postos de trabalho de melhor qualidade e remuneração, e por um aumento do número de postos de trabalho de pior qualidade e remuneração. A Tabela 7 permite a leitura desta queda, por setor. O setor com maior queda no rendimento do trabalho foi o setor de comércio, com rendimento real a 61% do nível inicial (1989). Este vem acompanhado pelos rendimentos industriais (64% do nível inicial) e pelo setor de serviços (70% do nível inicial).

Tabela 7

Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (1989 – 2003)

Setor de Atividade	1989	1992	1995	1998	2001	2003
Ocupados						
Valor absoluto	2.486	1.655	2.239	2.162	1.748	1.500
Índice	100	67	90	87	70	60
Indústria						
Valor absoluto	2.502	1.901	2.165	2.197	1.811	1.611
Índice	100	76	87	88	72	64
Comércio						
Valor absoluto	1.828	1.163	1.511	1.523	1.248	1.072
Índice	100	64	83	83	68	59
Serviços						
Valor absoluto	2.029	1.439	1.792	1.909	1.631	1.428
Índice	100	71	88	94	80	70

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Na Tabela 8 são explicitados os valores dos rendimentos médios reais dos trabalhadores assalariados, com e sem carteira, dos trabalhadores do setor público, dos autônomos e domésticos. Notamos que somente os trabalhadores sem carteira assinada conservam o seu rendimento real em nível constante, tendo todas as outras categorias de trabalhadores registrado queda reais no rendimento do trabalho principal. Notamos também que os salários desses trabalhadores estes saem de uma base 56% menor que a dos empregados com carteira assinada. O aumento da prevalência destes trabalhadores *versus* os trabalhadores com carteira significa, na verdade, uma queda no rendimento médio real dos assalariados.

Tabela 8

Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Posição na Ocupação - RMSP (1989 – 2003)

Posição na Ocupação	1989	1992	1995	1998	2001	2003	Variação
Ocupados	2.486	1.655	2.239	2.162	1.748	1.500	-40%
Assalariados	2.503	1.779	2.135	2.182	1.811	1.595	-36%
Setor Privado	2.368	1.689	2.016	2.048	1.715	1.504	-36%
com carteira	2.560	1.852	2.206	2.240	1.895	1.653	-35%
sem carteira	1.122	809	1.210	1.361	1.182	1.043	-7%
Setor Público	3.355	2.231	2.791	2.989	2.426	2.177	-35%
Autônomos	2.218	1.159	1.964	1.693	1.291	1.011	-54%

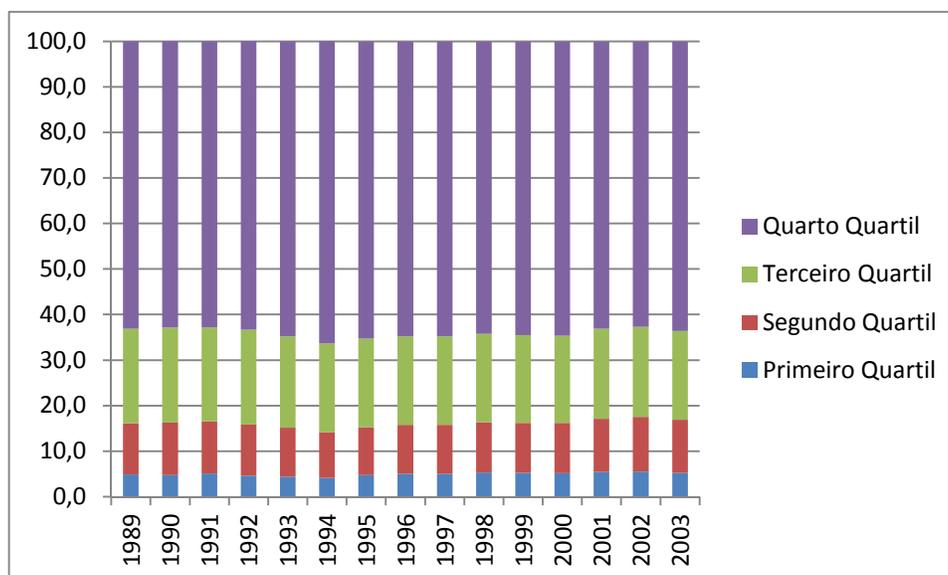
Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Outra característica que convém ressaltar é que a queda generalizada de rendimentos acometeu mais os rendimentos dos mais ricos que os rendimentos dos mais pobres. Apesar de isto significar uma melhoria em termos da desigualdade de renda no período, este fato não deve ser comemorado, tendo em vista que esta redução se deu não por uma melhora da distribuição com ganhos reais para os menos privilegiados, mas sim uma redução do gap devido à queda generalizada de rendimentos da população como um todo. No Gráfico 10 podemos ver a distribuição da renda entre os quatro quartis, enquanto no Gráfico 11 podemos ver a evolução real da renda de cada camada. O primeiro quartil representa os 25% mais pobres, o segundo de 25% a 50% dos mais pobres, o terceiro representa entre 50% e 25% dos mais ricos, e o quarto representa a evolução da renda real dos 25% mais ricos da população.

Gráfico 10

Distribuição da Massa de Rendimentos¹ do Trabalho Principal dos Ocupados, por Grupo de Rendimento – RMSP (1989 – 2003)

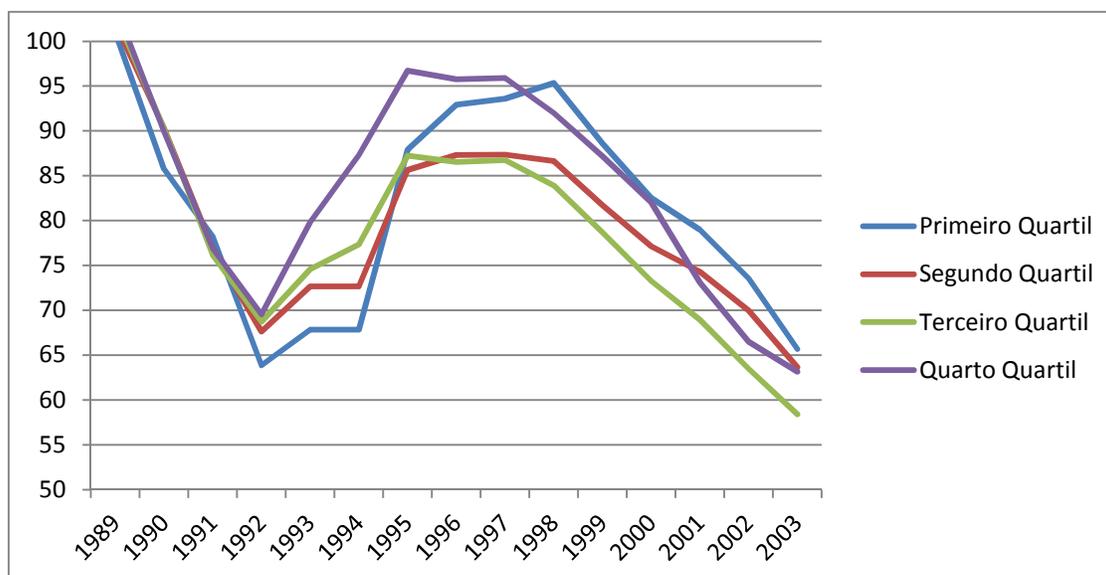


Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)
(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Primeiramente notamos o quão concentrado a renda é no Brasil. Os trabalhadores do quartil superior (25% mais ricos) detem mais de 60% da renda nacional. Se considerarmos a metade de cima da pirâmide, esse valor sobe para mais de 80%. Isso significa que metade da população brasileira é obrigada a viver com menos de um quinto da massa de rendimentos do trabalho principal, realmente um fato estarrecedor. Se considerarmos somente os 25% mais pobres, estes acontam por 5% da renda, enquanto os 35% mais ricos se apropriam de mais de 60%. Em termos de tendência da distribuição de renda, notamos que ela se mantém praticamente estavel, ou seja, o grave quadro da má distribuição de renda se perpetua. Há outro fator muito interessante, observável no Gráfico 11.

Gráfico 11

Evolução Indexada do Rendimento Médio Real¹, por Grupo de Rendimento – RMSP (1989 – 2003) - (1989=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)
(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE.

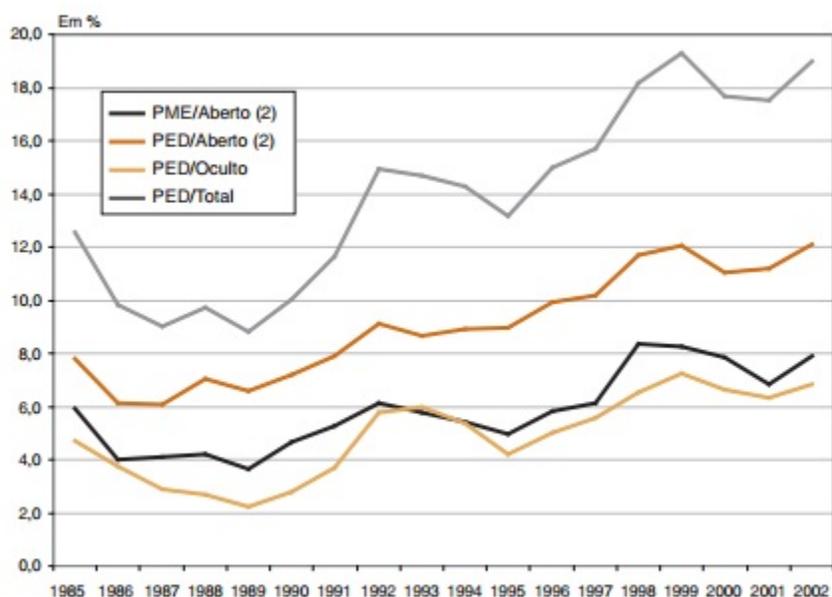
Neste gráfico observamos a tendência de queda generalizada dos rendimentos dos trabalhadores. Evidencia-se uma queda ligeiramente mais acentuada para o terceiro e quarto quartil, principalmente após 1995. O quadro se completa então com uma caracterização de péssima distribuição e queda generalizada de salários.

1.4 – A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

No gráfico abaixo notamos a evolução do desemprego na RMSP entre 1985 e 2002. Neste gráfico notamos que o aumento no desemprego é registrado tanto pela PED quanto pela PME. Apesar de apresentarem algumas diferenças ao longo do tempo, ambas as pesquisas apresentam tendências semelhantes. Este fato sugere que as diferenças registradas entre as pesquisas são decorrentes de aspectos metodológicos específicos, entre elas, diferenças de estrutura de questionários (DEDECCA, 2006).

Gráfico 12

Taxas de Desemprego por Tipo – RMSP (1985-2002)



Fonte: IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PME*. Convênio Seade – Diocese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Gráfico extraído de Dedecca (2006, p.51).

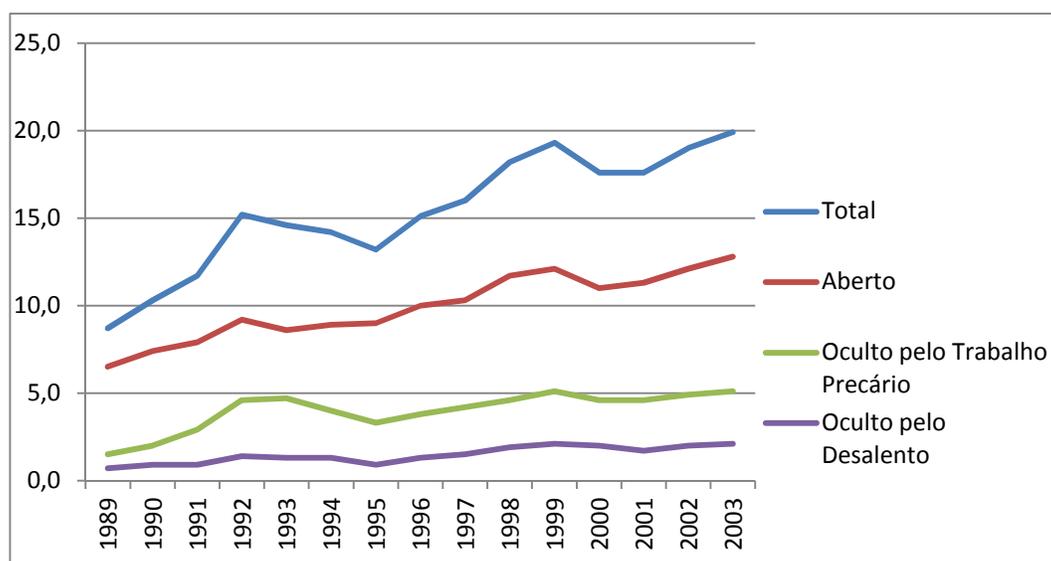
Obs: (1) O gráfico ficou restrito ao período de 1985 a 2002 devido: a PED não ter dados para os primeiros anos da década de 80; e a PME ter modificado sua metodologia a partir de 2003. (2) Taxa de desemprego aberto em 30 dias.

O registro de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego visa não somente captar o desemprego aberto, ou seja, pessoas que procuraram trabalho no mês de referencia, mas também situações intermediárias entre o emprego e o desemprego, como o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. O primeiro visa expurgar da condição de ocupados aqueles trabalhadores engajados em situações de sub-emprego, pessoas que por sobrevivência tiveram que engajar em algum tipo de trabalho, porém que procuraram emprego nos últimos 30 dias. Via de regra são pessoas que se consideram desempregadas, que são vistas pelos seus amigos e familiares como desempregados, mas que exerceram algum tipo de trabalho, remunerado ou não, na semana de referencia, o que o enquadraria, em critérios normais, na condição de empregado. O segundo visa expurgar da condição de População Economicamente Não Ativa aqueles que, por sinais desencorajadores do mercado, ou por circunstâncias fortuitas, não procuraram

emprego no mês de referência, mas estariam imediatamente dispostos à trabalhar caso fossem ofertados uma ocupação. Deve-se ressaltar que a taxa de desemprego, seja ela aberta ou oculta, é a proporção de trabalhadores que se encontram desempregados pela População Economicamente Ativa, ou seja, representa uma proporção daqueles que estão no mercado de trabalho. No Gráfico 13 podemos notar o crescimento substancial da taxa de desemprego no período entre 1989 e 2003. Na Tabela 9 evidenciamos os números do desemprego da RMSP para os mesmos anos.

Gráfico 13

Taxas de Desemprego segundo Tipo de Desemprego - RMSP (1989 – 2003)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

Tabela 9

Taxa de Desemprego e Estimativas de Desempregados, segundo Tipo de Desemprego -
RMSP (1989 – 2003)

Desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Desemprego Total															
Taxa	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	17,6	19,0	19,9
em Mil	623	743	878	1168	1143	1122	1072	1266	1367	1585	1734	1622	1659	1836	1954
Desemprego aberto															
Taxa	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,1	11,0	11,3	12,1	12,8
em Mil	466	534	593	707	673	703	731	838	880	1019	1087	1014	1065	1169	1257
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário															
Taxa	1,5	2,0	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	5,1	4,6	4,6	4,9	5,1
em Mil	107	144	218	354	368	316	268	319	359	401	458	424	434	473	501
Desemprego Oculto pelo Desalento															
Taxa	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	2,1	2,0	1,7	2,0	2,1
em Mil	50	65	68	108	102	103	73	109	128	166	189	184	160	193	206

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

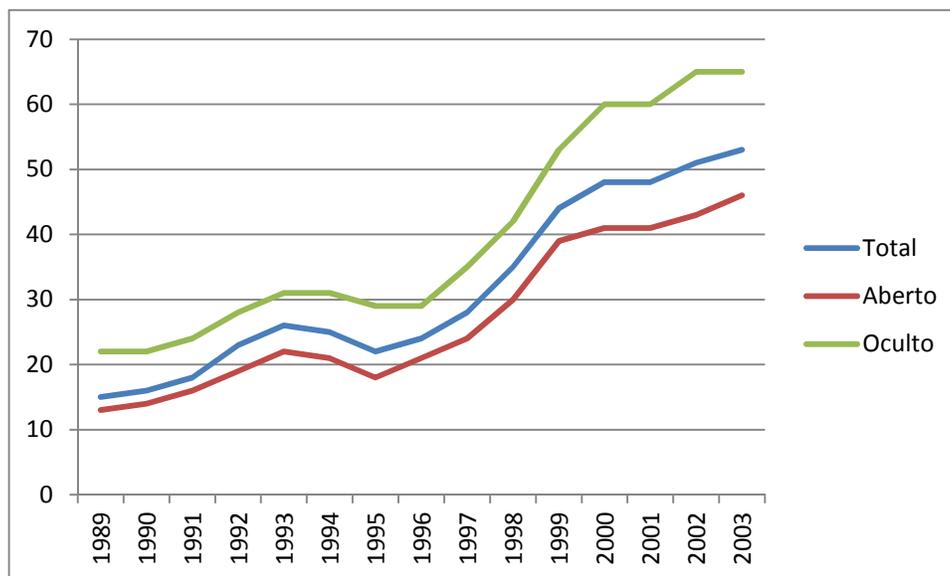
A análise da evolução da taxa de desemprego na RMSP passa por esta primeira segmentação. Como visto no Gráfico 13, a taxa de desemprego registrada pela PED de 1989 à 2003 mais que dobra (8,7% para 20%, respectivamente), um recorde histórico de alta. Isto significa que, ao final do período, para cada cinco trabalhadores no mercado de trabalho, um se encontra na condição de desempregado. Esta é de fato uma situação alarmante, pois é uma média. Veremos à seguir, que quando considerados atributos pessoais, a situação fica ainda mais preocupante. É interessante notar também a ascensão de todos os tipos de desemprego. O desemprego aberto quase dobra (6,5% para 12,8%). O desemprego oculto aumenta 214% durante o período, com destaque para a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário, que atinge a taxa de 5,1%. Em 2003, o desemprego oculto responde ainda à 36,3% de todo o desemprego registrado pela PED no período, demonstrando sua enorme relevância. O aumento do desemprego oculto é muito revelador. Primeiramente, há uma forte alta na taxa do desemprego oculto pelo trabalho precário. Esse acréscimo é tem uma serie de relacionamentos com as evolução do mercado

de trabalho e da sociedade, em particular: i) a necessidade urgente por renda, sendo o fenómeno do desemprego oculto pelo trabalho precário preponderantemente relacionado aos estratos mais carentes da sociedade; ii) a crescente taxa de desemprego aberta, o que significa na prática o aumento da dificuldade em conseguir um emprego; iii) a queda dos rendimentos reais do chefe de domicílio, o que muitas vezes leva à entrada de outros membros da família no mercado de trabalho de modo precário e marginal; iv) O crescente desassalariamento e informalização do mercado de trabalho, aumentando a exposição dos trabalhadores à atividades não regulamentadas. Por fim, há também uma forte expansão do desemprego oculto pelo desalento. Esse sim é um desemprego oriundo da percepção, por parte dos cidadãos, de um endurecimento das condições do mercado de trabalho. Alguns trabalhadores, especialmente os menos qualificados, enxergam essas condições como barreiras intransponíveis, e por desalento param de procurar emprego. Este desemprego é reflexo também no aumento do tempo médio de procura por trabalho, e principalmente do aumento do percentual de desempregados de longa duração. O aumento neste último indicador é diretamente relacionado ao incremento do desemprego por desalento, já que em algum momento, o indivíduo sujeito ao desemprego por longos períodos vai deixar de procurar por trabalho.

O aumento da duração média da procura por trabalho, e do percentual de trabalhadores desempregados com mais de um ano de procura é bastante alarmante. A duração média da procura por trabalho aumenta exponencialmente de 1995 ao ano 2000, e continua em trajetória ascendente de 2001 a 2003, como visto no Gráfico 14. Em valores médios, esses são dados realmente alarmantes. A duração média da procura por trabalho em 1989 era de 15 semanas, número que sobe para incríveis 53 semanas. Isto significa que, na média, os indivíduos que se encontravam desempregados em 2003 estavam nesta condição há mais de um ano.

Gráfico 14

Duração Média da Procura de Trabalho – RMS (1989 – 2003)

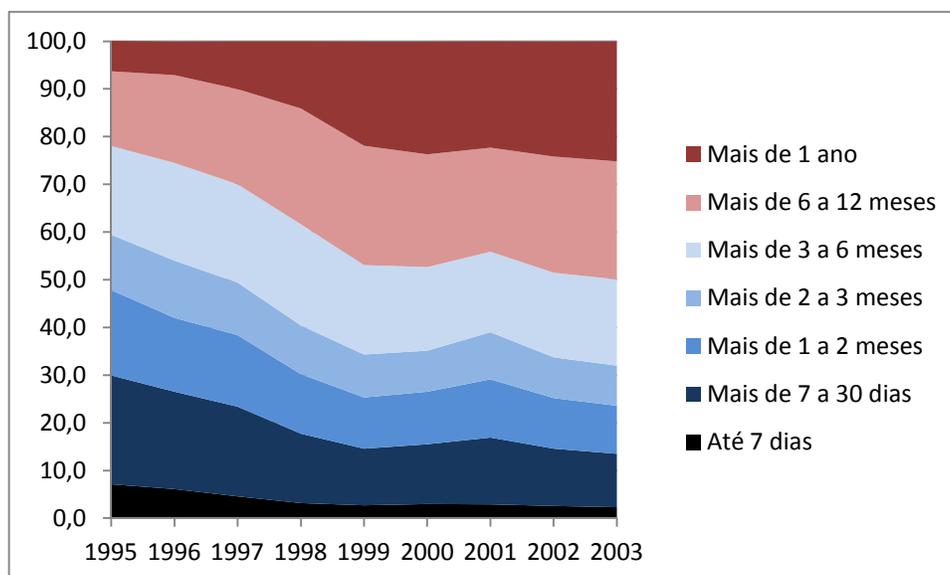


Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Para ir além do olhar da média, é necessário entender mais a fundo o desemprego de longa duração, um fenômeno bastante problemático, relacionado a deterioração das condições do mercado de trabalho. O Gráfico 15 nos mostra a evolução da distribuição dos desempregados, por classe de tempo de procura.

Gráfico 15

Distribuição dos Desempregados por Duração da Procura de Trabalho
RMSP (1995 – 2003)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Neste gráfico podemos observar o avanço do desemprego de longa duração. Apesar de não conter a série toda (desde 1989), podemos visualizar de 1995 à 2003 uma clara tendência de deterioração das condições do mercado de trabalho, representada pelo avanço do desemprego de longa duração. O desemprego de longa duração (entendido aqui como aquele em que o indivíduo está a procura de trabalho por mais de 6 meses, e apresentado no gráfico como uma proporção do total de desempregados) avança de 22% em 1995, para 50% em 2003. Isso significa que, do total dos desempregados do ano, cerca de 20% da PEA, 2 milhões de trabalhadores, metade esta desempregado a mais de seis meses. De fato isso significa que uma importante parcela da PEA e da população da RMSP está à margem do mercado de trabalho, ainda que buscando continuamente mudar de posição.

O fenômeno do desemprego também pode ser analisado segundo os atributos pessoais (Tabela 10). Esse olhar nos revela fatos interessantes: O primeiro é que o fenômeno do desemprego atinge proporcionalmente mais os jovens. Olhando para a evolução da taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos, notamos um aumento de impressionantes 20% entre 1989 e 2003. O desemprego atinge 1 em cada 3 jovens que

participam do mercado de trabalho. O reflexo disto é uma queda na taxa de participação dos jovens, que passa de 78% para 75%, e pode ser interpretado como um sinal que, dada as difíceis condições do mercado de trabalho, aqueles jovens que podem permanecer mais tempo fora do mercado de trabalho provavelmente o fazem. Permanecer fora do mercado de trabalho, dedicando mais tempo para a qualificação profissional (por exemplo, fazendo uma graduação ou pós graduação), é uma escolha somente para indivíduos provenientes das classes médias e altas; sendo assim, o desemprego para os jovens pobres tem consequências ainda mais perversas. Aqueles que não conseguem se qualificar engrossam a fila dos desempregados, e tendem a permanecer nesta situação por um longo período de tempo. Alguns economistas relacionam o aumento do desemprego entre os jovens diretamente com o aumento da violência, como veremos no capítulo seguinte.

Olhando para a prevalência do desemprego entre os gêneros, notamos que ainda há um certo desnível entre o desemprego feminino e o masculino. A taxa de desemprego em 2003 entre as mulheres é de 23,1%, enquanto a masculina é 17,2%, mostrando que as mulheres ainda têm maiores dificuldades de encontrar emprego na RMSP, e que, em termos relativos, não houve convergência entre a taxa feminina e masculina de desemprego.

Tabela 10

Taxa de Desemprego, segundo Atributos Pessoais - RMSP (1989 – 2003)

Atributos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
TOTAL	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	17,6	19,0	19,9
Posição no Domicílio															
Chefe	4,1	5,2	7,0	8,9	8,1	7,7	7,1	8,5	9,6	10,8	11,8	10,2	10,4	11,3	12,0
Cônjuge	8,6	9,9	11,4	14,7	13,4	13,3	12,5	14,5	14,9	17,7	19,0	19,0	18,3	19,3	20,1
Filho	14,9	16,9	18,3	24,1	23,8	23,7	22,1	24,4	25,6	28,7	29,5	27,1	26,5	29,1	29,9
Outros	10,0	13,0	12,6	17,1	17,4	16,7	15,2	17,2	18,1	21,4	22,9	19,4	20,9	22,8	25,6
Sexo															
Homens	7,5	9,1	10,8	13,9	13,4	12,7	11,8	13,5	14,2	16,1	17,3	15,0	14,9	16,4	17,2
Mulheres	10,6	12,1	13,0	17,1	16,3	16,4	15,3	17,2	18,3	21,1	21,7	20,9	20,8	22,2	23,1
Faixa Etária															
10 a 15 Anos	29,3	32,8	33,9	42,7	42,6	43,7	40,2	44,1	44,4	51,1	52,1	50,5	49,3	54,4	50,7
16 a 24 Anos	13,5	16,1	17,4	23,3	23,0	22,9	21,4	23,8	25,3	28,8	30,8	28,2	28,4	31,2	33,1
25 a 39 Anos	6,2	7,7	9,3	12,0	11,4	11,0	10,1	11,9	12,7	14,6	15,4	14,0	13,7	14,8	16,0
40 a 49 Anos	4,0	5,0	6,8	8,9	8,0	7,5	7,4	9,0	10,0	11,5	12,9	11,8	12,2	13,1	14,0
50 a 59 Anos	2,9	4,5	5,7	6,9	6,7	6,6	6,5	7,5	8,6	10,4	11,9	10,4	11,0	11,5	12,3
60 Anos e Mais	*	*	4,5	6,6	4,9	*	*	6,2	6,5	8,2	9,0	8,2	7,0	9,5	8,7

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

1.5 – CONCLUSÃO

O mercado de trabalho da RMSP, dos anos 1990 à 2003, apresenta uma desestruturação bastante profunda. O aumento da PEA durante o período veio acompanhado de um grave aumento das taxas de desemprego, tendo o desemprego total alcançado à marca expressiva de 20% da PEA. Ingressaram no mercado de trabalho, durante o período, 2,6 milhões de pessoas, porém o incremento do número de ocupados foi de somente 1,3 milhões de empregos. A diferença, de 1,3 milhões de indivíduos, correspondeu ao crescimento do número de desempregados, fato que fez a taxa de desempregados triplicar em 14 anos, crescendo a uma taxa média anual de impressionantes 13,7%. Encontramos outros sinais de desestruturação do mercado de trabalho. Um dos mais fortes é a redução em termos absolutos do número de empregos com carteira assinada (fechamento de 320 mil postos de trabalho), e uma forte expansão de vagas na informalidade, seja esta informalidade representada por postos de trabalho assalariados,

porém sem carteira de trabalho (500 mil vagas), seja ela representada por um forte incremento no número de trabalhadores autônomos (586 mil trabalhadores, no período). Outro importante indicador da desestruturação do mercado de trabalho é o forte aumento registrado no desemprego oculto pelo trabalho precário, já que quanto mais prolongado o período de falta de oportunidades, maior a probabilidade de ocorrência deste fenômeno (DIEESE, 2001).

Além de uma diminuída capacidade de geração de postos de trabalho, o período também apresentou deterioração em termos do mix de trabalho, trocando trabalho regulamentado, mais bem pago, por trabalhos na informalidade, via de regra pior remunerados. A própria queda dos rendimentos reais médios também demonstra este momento difícil. Aumentando a oferta de trabalho *vis a vis* sua demanda, houve uma pressão para baixo nos salários, fazendo com que os salários caíssem em termos reais. Outro fator que impactou essa queda foi a própria mudança no mix de trabalho, já assinalado anteriormente, em favor de trabalhos tradicionalmente pior remunerados. A redução de postos de trabalho na indústria também é outro fator a se destacar. Esta redução é bastante significativa e é reflexo do péssimo desempenho do setor industrial durante o período. Este fato se torna mais alarmante quando consideramos que a RMSP é o principal polo industrial do país, e que o fechamento de aproximadamente 900 mil postos de trabalho no setor representa um encolhimento de 36% do número de vagas no início do período. Por fim, as altas taxas de desemprego entre os jovens assinalam a dificuldade destes em conseguir se inserir no mercado de trabalho evidenciando a dificuldade de absorção, por parte da economia, deste excedente de mão de obra menos preparada para o mercado.

Tendo constatado o fenômeno da desestruturação do mercado de trabalho de 1990 a 2003, e tendo em vista a abrangência e importância do tema para a população brasileira, surge no Brasil um importante debate em torno das causas do aumento do desemprego durante o período. Este debate será analisado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

O DEBATE NA MÍDIA EM TORNO DO DESEMPREGO – 1990 A 2003

Este capítulo será dedicado a explicitar o debate econômico em torno das causas do desemprego, e de uma forma mais geral, da desestruturação do mercado de trabalho. Este debate, ainda que realizado em âmbito nacional, é pertinente e aplicável para o diagnóstico do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que esta região combina traços do atraso e da modernidade, sintetizando características estruturais do mercado de trabalho nacional. Podemos ressaltar ainda que, dado a sua importância econômica, demográfica e política, este debate tem como interlocutor importante esta mesma região e seus habitantes.

O debate em torno do desemprego pode ser apresentado de forma polarizada, no intuito de evidenciar os diferentes enfoques em torno da questão. Assim, foram identificadas duas correntes básicas: para uma parcela dos economistas, a análise em torno das causas do crescimento do desemprego está fundamentalmente relacionada ao funcionamento do mercado de trabalho. Esta abordagem está mais próxima a argumentos de ordem microeconômica, relaciona o problema do desemprego a um desajuste entre a oferta e demanda por trabalho, e particularmente ao "elevado custo do trabalho". Para esses economistas, o funcionamento do mercado de trabalho deve ser respeitado, e a interferência do Estado nesse mercado deveria ser minimizada. A esses economistas do *mainstream* atribuímos genericamente o rótulo de Autores Ortodoxos. Existe ainda uma variedade de abordagens alternativas à questão do desemprego, principalmente no que concerne às suas causas. Uma parte importante desses economistas tem como foco a expansão da atividade econômica. Segundo esses autores, o problema do desemprego não é uma questão de ajuste dos custos do trabalho à nova realidade do mercado, mas sim que esta realidade (de baixo crescimento, altas taxas de juros e cambio sobrevalorizado) deve ser ativamente enfrentada,

através de política públicas e macroeconômicas que estimulem a expansão da atividade econômica e o emprego. A esses autores atribuímos genericamente o rótulo de Autores Não Ortodoxos.

2.1 – AUTORES ORTODOXOS

Os autores ortodoxos postulam, via de regra, que o problema do desemprego no Brasil é essencialmente um problema do desajuste da oferta de mão de obra com a sua demanda. A palavra da vez é eficiência. Julga-se de uma maneira geral que a economia brasileira passa por um processo de modernização, que muda essencialmente as exigências em relação ao mercado de trabalho. Há uma tendência estrutural do aumento do desemprego que deve ser levada em consideração na avaliação e recomendação de políticas públicas que visem ajustar as condições de oferta da mão de obra à sua demanda. A tendência é a da constituição de uma nova relação entre o emprego e o produto. A abertura comercial posta em movimento no início dos anos noventa exige a modernização do parque produtivo nacional, através da adoção de tecnologias que resultam na intensificação do capital na esfera produtiva, com conseqüente liberação de mão de obra. Outra dimensão da modernização produtiva se da constituição de arranjos produtivos organizacionais distintos dos modelos clássicos, através da criação de novas modalidades de trabalho, como o trabalho remoto, o trabalho em projetos, a terceirização, etc. A "revolução tecnológica" em curso tem, portanto, impactos significativos na demanda por trabalho, aos quais a oferta teria que se ajustar. O pressuposto é que o livre mercado tende ao equilíbrio, e que a perseguição dos interesses individuais resulta em uma configuração benéfica a nível sistêmico. E é aí que o debate no cenário nacional se torna interessante.

José Marcio Camargo, em reportagem intitulada "Pressão por gastos tende a crescer, diz economista", publicada em *O Estado de São Paulo* no dia 6 de março de 1998, considera o crescimento do desemprego uma ameaça ao processo de estabilização econômica por uma má concepção generalizada que se tem acerca dos determinantes do desemprego no Brasil. O economista entende que existem dois tipos de desemprego no Brasil; o desemprego estrutural e o desemprego conjuntural. O desemprego estrutural

nasceria da incompatibilidade entre a demanda por maior qualificação profissional das empresas e a qualidade dos trabalhadores brasileiros. Na sua visão, não existe falta de emprego no Brasil, mas sim empregos com pior remuneração ou segurança. Afirmo também que há o aumento da parcela de desempregados de longa duração, o que seria resultado das mudanças tecnológicas dos últimos anos no mundo, sentidos no Brasil depois da abertura econômica. Em suas próprias palavras, "São as mudanças tecnológicas que definem hoje a nova relação entre emprego e produto nas economias". A falta de discernimento, por parte dos atores políticos, da natureza do desemprego do Brasil impede o correto diagnóstico do desemprego e impossibilita, portanto, a indicação de medidas políticas apropriadas para combater suas causas, e mitigar seus efeitos. A má concepção, em sua visão, é a que o desemprego está sendo causado pela implementação de um programa de austeridade fiscal por parte do governo do PSDB com o objetivo de se alcançar a estabilidade econômica. Para se alcançar a estabilidade econômica, em suas palavras, "o processo exige políticas fiscal, monetária e cambial austeras". Entretanto, segundo Camargo, o aumento do desemprego observado ao longo do período FHC é estrutural, e portanto de tendência de crescimento constante. Alterações de políticas conjunturais não teriam então a capacidade de resolver o problema de desemprego que o país vinha registrando. O autor demonstra preocupação em relação às pressões por políticas que visam atacar a conjuntura desfavorável ao emprego, como as pressões por aumento dos gastos públicos e a redução mais apressada da taxa de juros. Camargo afirma que o desemprego brasileiro é "um fenômeno estrutural e não conjuntural", e que "Aumentar os gastos públicos com novas obras é o primeiro sintoma de que, na escolha entre inflação e desemprego, a primeira começa a perder a luta".

Em outra reportagem para *O Globo*, no dia 5 de dezembro de 2001, José Marcio Camargo aponta para mais uma das razões para o desemprego estrutural no Brasil: A excessiva rigidez do mercado de trabalho. O economista da PUC-Rio atribui as baixas taxas de desemprego registradas nos Estados Unidos e na Inglaterra à flexibilidade e desregulamentação de seus respectivos mercados de trabalho, e as contrapõe à altas taxas de desemprego registradas na França e Alemanha, citados como referencia de proteção ao trabalhador.

Notamos no discurso de Camargo algumas características interessantes. Inicialmente, há a distinção do que seria a parcela de crescimento do desemprego de fundo estrutural (derivada do processo de modernização produtiva das empresas brasileiras) daquela causada por fatores conjunturais (derivadas de política fiscal, monetária e cambial austeras). O autor afirma que o crescimento do desemprego é basicamente estrutural, e, portanto, medidas conjunturais seriam inócuas no seu combate. Está refutado, portanto, que medidas de política fiscal expansionista (que atuaria sobre a demanda corrente e esperada) teria o potencial de reverter a ascensão do nível de desemprego observado ao longo dos anos noventa. Sendo o incremento da taxa de desemprego de fundo estrutural, há de se olhar para a origem deste movimento, e entender como atacar esse problema. Camargo, em sua análise, propõe que a nova configuração da demanda por trabalho (representada pela modernização produtiva em curso nas empresas brasileiras) não encontra resposta adequada da oferta, pois o mercado de trabalho se encontra em um estado de excessiva rigidez. Para que o ajuste aconteça de maneira a evitar a queda dos postos ocupados, é necessário haver uma queda no custo do trabalho, o que é parcialmente ou totalmente impossibilitado pelas leis trabalhistas. O autor aponta, portanto, para a excessiva regulamentação como um inimigo do emprego, na medida em que este diminui o potencial de geração de postos de trabalho no mercado, torna o acesso ao trabalho excludente.

Outros autores compartilham da opinião de Camargo. Eduard Amadeo, em reportagem ao *Jornal do Brasil* em 18 de abril de 1998, afirma que uma das formas para reduzir a restrição ao crescimento econômico, colocada pelas contas externas "é reduzir custos em todos os setores e aumentar eficiência". Na ausência do crescimento econômico, derivado do desafio de crescimento em um país recém-aberto para as importações, aliado à crise asiática e seus efeitos sobre a moeda e o crédito, a solução para a redução do desemprego se passa necessariamente pelo aumento da eficiência via redução de custos. Quando perguntado se isso traz mais desemprego, o então ministro do Trabalho responde: "Para um dado nível de produto, traz".

Para Edward Amadeo, o desemprego estrutural é uma realidade da época, e continuará crescendo, efeito provocado pela revolução tecnológica. Para reduzir a perda de postos de trabalho, o economista propõe mudanças na constituição que tem como norte a

redução do custo do trabalho, como a flexibilização do mercado de trabalho, a redução dos direitos constitucionais dos trabalhadores e a supressão dos salários mínimos. O autor afirma que é preciso acabar com a unicidade sindical e com a contribuição obrigatória. Afirma também ser necessário a possibilidade de redução salarial e de renegociação da jornada de trabalho. Outros direitos constitucionais na mira do então ministro são a licença-maternidade de 120 dias e o aviso prévio de 30 dias. Por outro lado, a atuação do Estado no combate ao desemprego estrutural se daria via a garantia de concessão de crédito barato para desempregados como forma de incentivar o desempregado a assumir um trabalho autônomo (estimular o empreendedorismo), ou ainda via coordenação dos instrumentos de seguro desemprego, requalificação e recolocação da mão de obra. Como política de salário mínimo, o então ministro defende a supressão deste à níveis que não comprometam a saúde financeira do Estado ("As restrições, do ponto de vista fiscal, são muito fortes"), e a competitividade das empresas. O excerto da reportagem a seguir ilustra a afirmação:

"Não podemos ter ilusões. O salário mínimo é bom na medida em que aumenta o poder de compra de quem ganha por ele, mas a partir de determinados limites ele pode ter efeitos sobre o emprego, pois aumenta o custo do trabalho para a empresa".
(cf. MUGNATTO, 1998)

No que concerne às contas públicas, o economista afirma que "o principal obstáculo para um aumento mais generoso do salário mínimo continua sendo o seu impacto sobre as contas da Previdência Social". Amadeo defende a desvinculação dos reajustes do salário mínimo dos benefícios previdenciários, o que não só "abre espaço para que este estrangulamento do mínimo fique menor", mas caminha no sentido de resolver o "problema do déficit da Previdência". O autor considera ainda a regionalização do salário mínimo, mas afirma que seria necessário avaliar as suas implicações.

Nota-se que, para Amadeo, a principal preocupação do mercado de trabalho gira em torno do aumento da produtividade do trabalho, ou eficiência. O aumento da produtividade do trabalho, como qualquer aumento de produtividade, pode se dar de uma de duas formas: a primeira forma é através do aumento do produto médio por trabalhador. O aumento do produto médio por trabalhador se dá via qualificação do trabalhador, capacitando-o a produzir mais e melhor, em menos tempo. A segunda forma é que, mantido o produto

médio por trabalhador constante, o aumento da produtividade se dê mediante redução do custo médio por trabalhador. É nesse segundo ponto que o autor foca. A redução do custo do trabalho pode vir de diversas maneiras, e o autor não parece fazer juízo de valores na enumeração delas. Propostas que reduzam o custo do trabalho, seja via flexibilização do mercado de trabalho, redução dos direitos constitucionais dos trabalhadores, supressão do mínimo, todas seriam alternativas validas (e viáveis, espera o autor) no sentido de reduzir custos e tornar a economia brasileira competitiva.

O próximo autor resume o receituário ortodoxo. José Pastore, em artigo publicado em *O Jornal da Tarde* em 20/12/1995, afirma a necessidade de redução da rigidez da legislação trabalhista e melhoria da qualidade da educação, e que este seria o único caminho para enfrentar, no longo prazo, o desemprego estrutural. O artigo, intitulado "O Futuro do Emprego", Pastore analisa a tendência do nível de emprego no curto e no longo prazo. O desemprego, no curto prazo, seria determinado por fatores conjunturais e estruturais. A análise dos fatores conjunturais foca-se na contração do crédito doméstico, e o efeito desta contração sobre a capacidade dos produtores nacionais de financiarem sua produção. Pastore afirma que enquanto existir uma forte discrepância entre as taxas de juros interna e externa, será mais vantajoso para o produtor local importar suas matérias primas, ou ainda, levar sua produção para fora, fato que atribui não a diferenças de produtividade entre empresas nacionais e estrangeiras, mas à maior facilidade por parte destas de financiar a sua produção. O autor prevê que a redução das taxas de juros no curto prazo não seria possível, devido à "explosão" das dívidas dos governos, citando aumento de gastos federais com o funcionalismo público e a expansão da dívida dos estados como fatores impeditivos. Em suas próprias palavras, "má gestão administrativa, socorro a bancos e agricultores, juros altos e gastos com pessoal foram os grandes responsáveis pela verdadeira explosão das dívidas dos governos", o que por sua vez impede a redução da taxa de juros, determinando um elevado desemprego conjuntural. Ainda no curto prazo, o autor atribui o desemprego estrutural à evolução das tecnologias produtivas e seu impacto sobre o emprego, dada a globalização da economia, em curso desde o início da década. Outro fator mencionado é a terceirização e modernização tecnológico-organizacional, ou seja, a evolução do mercado de trabalho em direção a trabalhos mais flexíveis. Mas é em sua construção sobre o cenário de longo prazo que os determinantes estruturais do desemprego se tornam mais evidentes,

assim como, para o autor, a necessidade de combater frontalmente as suas causas. De acordo com sua análise, o problema do desemprego é o impacto que a intensificação do uso de novas tecnologias apresenta sobre a criação e destruição de emprego, o que, por sua vez, dependem dos arranjos institucionais na área trabalhista. O autor se vale de comparações internacionais para argumentar que, via de regra, países com leis trabalhistas mais flexíveis, com contratos flexíveis, encargos sociais relativamente baixos e negociáveis apresentam menores taxas de desemprego e vice versa. O exemplo utilizado é o desemprego americano e japonês *versus* o desemprego na Europa, onde o grau de regulamentação aumenta do primeiro para o último, assim como a taxa de desemprego. Deriva daí a conclusão que:

"O Brasil, ao persistir com esse quadro legal-trabalhista inflexível e esse baixíssimo nível de educação corre o risco de amargar, no longo prazo, fortes ondas de desemprego estrutural que, somado ao conjuntural e ao trabalho informal colocarão a maior parte da nossa força de trabalho em condições muito precárias. De tudo isso há uma lição clara: é urgente reduzir a rigidez da legislação e aumentar a qualidade da educação. Só assim podemos enfrentar o desemprego estrutural." (PASTORE, 1995)

Em outro artigo, publicado na revista *FINDES* em abril de 2000, Pastore debate a questão da informalidade. Para esse existe uma necessidade urgente de realizar "uma profunda reforma nos atuais sistemas trabalhista e previdenciário". Pastore justifica essa necessidade em 1; a informalidade no mercado de trabalho é heterogênea, abrangendo "desde o trabalhador autônomo ou empregado menos qualificado até cientistas, artistas e técnicos sofisticados", e que, portanto, a informalidade não é uma anomalia a ser combatida, mas sim uma evolução irreversível, e de certa maneira natural do mercado de trabalho, e 2; tendo em vista que esta camada da população (60% dos ocupados àquela época) não contribui para a seguridade social, e sendo a saúde, a aposentadoria e a seguridade direitos universais garantidos pela Constituição brasileira, isto constituiria "um grave foco de déficit público". Pastore conclui que uma regulamentação que garante saúde e aposentadoria universal, mas financiada por somente 40% dos cidadãos trabalhadores não é "uma maneira viável de assegurar proteção viável a todos os cidadãos", e que seria necessário encontrar um meio termo, que implicaria em "uma profunda reforma nos atuais

sistemas trabalhistas e previdenciário". Especificamente no que concerne à lei trabalhista, a reforma passaria por uma redução da rigidez no mercado de trabalho. Em outra matéria, publicada pela Gazeta Mercantil em 29 de dezembro de 2000, com manchete "Imposto alto leva à informalidade do emprego no Brasil", José Pastore reitera a afirmação da manchete dizendo que o Brasil é o país no mundo com maior nível de encargos sociais, e que a excessiva regulamentação no campo trabalhista seria um entrave para a geração de empregos. Ainda de acordo com a notícia, ao contrario do mundo, que flexibilizou as relações trabalhistas, a legislação brasileira ainda prevê somente um modulo de trabalho formal, aquele assentado na CLT, e que esta legislação não teria, portanto, a capacidade de abranger todas as novas formas de trabalho. Um modelo com alto peso dos encargos sociais na folha de pagamento das empresas leva ao rebaixamento dos salários, encarecimento do trabalho formal, conflitos trabalhistas e ao subemprego e ao emprego informal.

Notamos que, para Pastore, há uma restrição fiscal que impede a realização de políticas monetárias expansivas, o que por sua vez resultaria em crédito mais barato para o produtor, estimulando a ampliação da produção e a geração de novos postos de trabalho. Seriam constrições fiscais que determinariam a incapacidade do Estado de atuar sobre o desemprego conjuntural, sendo elas derivadas da má gestão dos recursos públicos aliado a um arranjo constitucional de direitos inadequados à base contributiva do país. Pastore argumenta que a responsabilidade do financiamento do sistema de seguridade social no Brasil (previdência social, assistência social e saúde pública) recai sobre a população inserida no mercado formal de trabalho. Sendo essa camada relativamente estreita (menos de 50% dos ocupados), e declinante, o financiamento desses direitos recairia sobre o Estado, na forma de geração de elevados déficits. Tendo em vista que o plano de estabilização da economia brasileira previa uma política fortemente contracionista, esses elevados déficits não permitiriam a queda da taxa de juros, o que por sua vez restringe a capacidade de financiamento das empresas. No que concerne à iniciativas de combate ao desemprego estrutural, Pastore é bastante claro. O problema do desemprego é essencialmente um problema da inadequação da mão de obra à uma nova ótica produtiva nacional. A evolução das tecnologias produtivas e seu impacto sobre o emprego, dada a globalização da economia, reflete-se em uma menor participação do salário na composição dos gastos produtivos, assim com a liberação de uma parte significativa de pessoal. Na

lógica da realização de ganhos de produtividade, a demanda por trabalho passa a exigir profissionais que produzam mais e que custem menos. A demanda ortodoxa por reformas segue a ótica microeconômica. Pede-se melhorias na qualidade da educação do trabalhador, por um lado, e por outro, a redução dos custos (e direitos) trabalhistas, sob o argumento que esse modelo legal não mais reflete a realidade do mercado de trabalho. Esse "ajuste" na oferta de trabalho seria benéfico para o sistema, na medida em que permitiria a criação de novos postos de trabalho (ajuste via oferta e demanda), mas mais importante, permitiria que uma série de atividades trabalhistas relegadas à informalidade emergissem para o mercado de trabalho formal, aumentando a base de tributação do governo, com impactos positivos na gestão do orçamento público.

Notamos que o diagnóstico dos autores ortodoxos é de fundo microeconômico. O olhar é o olhar da empresa, do agente individual que se propõe a sobreviver em um ambiente econômico hostil. Essa sobrevivência, dada o acirramento da competição no mercado derivado da abertura comercial, exige que a empresa se modernize, se torne mais eficiente. A fórmula da eficiência, como mencionado anteriormente, é o aumento da razão produto/custo de produção. Nesse sentido, a pressão por modernização vinda dos mercados se reflete dentro da empresa, através da pressão no sentido da racionalização de seus recursos produtivos. Um dos recursos produtivos mais importantes é o trabalho. A racionalização deste recurso depende, por sua vez, ou da maior extração de produto por hora/homem, ou ainda, da redução dos custos hora/homem. Em um ambiente macroeconômico difícil, caracterizado por baixo crescimento, câmbio apreciado, altas taxas de juros, e constrição fiscal, resta às empresas realizar o ajuste via corte de custos. A racionalidade econômica, neste ponto especificamente, esbarra em constrições legais. Diante da rigidez do mercado de trabalho (que por ventura também recebe o nome de direitos trabalhistas), o ajuste via redução do preço associado à contratação, "manutenção" e demissão se torna objeto de debate intenso. A possibilidade de flexibilização da legislação trabalhista traria consigo o barateamento do custo do trabalho, e torna-se uma das bandeiras do receituário liberal. Outra bandeira importante é o clamor por iniciativas que melhor qualifiquem e eduquem os trabalhadores brasileiros, o que ultimamente tem como objetivo o aumento do produto/hora/homem. Essa solução supõe que esses custos serão arcados pelo próprio Estado, pois o empregador não detém posse do empregado, o que torna

investimentos no mesmo um "investimento de risco", na medida em que o "investimento" pode pedir as contas e sair andando pela porta da frente.

2.2 – NÃO ORTODOXOS

Nesta seção apresentamos visões alternativas àquelas oferecidas pelos economistas ortodoxos. Essas visões giram em torno da ideia que é possível realizar uma série de iniciativas macroeconômicas e de políticas públicas no sentido de estimular a expansão da capacidade produtiva nacional, o que, por sua vez, abriria horizontes para a geração de novos postos de trabalho. O grande problema a se enfrentar, na visão desses economistas, é o da falta de crescimento econômico, e ainda, a falta de perspectiva de crescimento, que aliado ao cenário de abertura abrupta da economia desestimularia qualquer iniciativa de expansão produtiva por parte das empresas nacionais. Neste sentido, como veremos, as variáveis macroeconômicas assumem importância chave no processo, assim como políticas públicas que estimulem a produção. Veremos também que o uso dos instrumentos de política econômica encontra limites impostos pelo modelo de estabilização econômico adotado no período, o que resultará em um debate em torno de quais causas seriam mais importantes para a sociedade brasileira, e até quando seria possível aplicá-los à favor do processo de estabilização, em detrimento do crescimento.

Marcio Pochmann, em seu artigo publicado na *Folha de São Paulo* no dia 16 de novembro de 1997 intitulado "Cinco teses fora de lugar" lamenta o fato que o debate em torno do desemprego, mesmo que positivo no sentido de alertar para o problema, não consegue gerar iniciativas políticas visando "a contenção do processo de desestruturação do mercado de trabalho nos anos 90 (desemprego, desassalariamento e precarização das relações e condições de trabalho)". Para balizar a afirmação o autor evidencia as cinco teses do discurso oficial do desemprego, reproduzidas no debate do desemprego, mas que não encontram "aderência na realidade do emprego nacional". Eis as 5:

(1) O Brasil não possui um problema de escassez de empregos, mas sim de empregos com baixa qualidade.

(2) O desemprego oficial (PME) não é baixo, pois é bem menor que o nível de desemprego registrado na Europa, e em linha com o desemprego norte americano.

(3) A baixa geração de emprego assalariado com registro decorre do processo de modernização da economia, sendo mais problemática na indústria, e plenamente compensada pela expansão do comércio e serviços.

(4) O problema do desemprego no Brasil está localizado no Sudeste.

(5) O desemprego não é resultado de políticas macroeconômicas equivocadas, mas sim devido à rigidez da legislação trabalhista, ou ainda à ausência de mão de obra qualificada no mercado.

Os quatro primeiros equívocos o autor refuta baseado em evidências empíricas, apresentadas no capítulo 1. O quinto ponto é de interesse específico para o debate teórico. O autor se posiciona contrário a essa afirmação através da apresentação de três argumentos. No primeiro, Pochmann questiona a capacidade dos trabalhadores de realizar uma livre negociação coletiva para o estabelecimento de novos padrões de remuneração em um ambiente de ausência de pleno emprego e desestruturação do mercado de trabalho. Em seguida, argumenta que mesmo diante das leis trabalhistas o empregador ainda possui o livre arbítrio ao contratar, usar e demitir o trabalhador. Por fim, afirma que, ainda que seja necessário e importante melhorar a qualidade da mão de obra disponível no mercado de trabalho, este fato por si só não gera postos de trabalho.

Para compreender quais seriam então as causas e os determinantes do desemprego, Pochmann olha para outra série de fatores. Em artigo publicado na *Revista do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais* intitulado "Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil", a forte expansão do desemprego nos anos 90 é efeito "do novo modelo econômico de modernização e de inserção competitiva na economia mundial". O mesmo ressalta que a abertura comercial "sem critérios" aliada às condições produtivas internas bastante desfavoráveis (altas taxas de juros, câmbio valorizado, ausência de financiamento à longo prazo, ausência de protecionismo, etc.) tornam o emprego "uma das principais variáveis de ajuste das empresas". Resultado deste processo uma maior desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por: (i) altas taxas de

desemprego; (ii) desassalariamento, definida como uma migração da PEA ocupada, de setores assalariados para setores informais, ou trabalhadores por conta própria; (iii) geração de postos de trabalho precários. Para analisar esta evolução, o autor utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e evidencia que o fenômeno do desemprego nos anos 90 existe, e é comprovado pela taxa de desemprego que no mínimo dobra em relação aos anos 80, seja olhando para o Brasil como um todo, ou ainda região por região. Constata ainda, que durante o período, "o número de postos de trabalhos abertos representou apenas 67,1% da massa de trabalhadores que procuraram trabalho". Pochmann explica que não somente a taxa de desemprego mudou substancialmente da década de 80 para a de 90, mas que o perfil dos ocupados também se altera significativamente. Essas mudanças são de três naturezas distintas: (i) houve uma queda da participação do setor secundário na ocupação total; (ii) houve uma mudança estrutural dentro da PEA ocupada, de ocupações assalariadas para ocupações por conta própria e não remuneradas, fenômeno caracterizado como desassalariamento, e (iii) dentro das ocupações assalariadas, há um crescimento dos não registrados em detrimento dos registrados. O autor se vale novamente de dados do PNAD para evidenciar as mudanças acima, mostrando alguns dados interessantes, como (i) para um crescimento da PEA ocupada em 11,4% (89-96), há uma diminuição de 2,2% no número de ocupados no setor secundário, mostrando mesmo uma queda absoluta em termos de geração de postos de trabalho no setor durante o período; (ii) A variação das ocupações é fortemente associada ao crescimento dos trabalhos conta própria e não-remunerado (18,9 e 36%, respectivamente), em detrimento dos assalariados (6,8%, contra a média de 11,4% durante o período), e; (iii) há na realidade uma queda, em termos absolutos, no número de ocupações com registro no período, variando de 25.523 para 23.089 vagas, uma queda de 9,5%, contra um aumento de 39,1% nas vagas assalariadas sem registro. Em suma, há uma queda no número de ocupações no setor secundário, e uma queda no número de empregos com carteira assinada, ambos em termos absolutos, durante o período de 1989 à 1996. Esses números demonstram a ocorrência de um processo de desestabilização no mercado de trabalho brasileiro.

Procurando identificar os determinantes da desestruturação do mercado de trabalho nos anos 90, Pochmann analisa o nível de atividade da economia, a sua reinserção externa, o processo de reestruturação das empresas privadas e o processo de ajuste do setor público.

No que concerne ao nível de atividade, dois dados são importantes. O primeiro é a queda da taxa de investimento em proporção ao PIB, revelando a "reduzida capacidade de recomposição e ampliação do parque produtivo". Aliado a isso está propriamente o fraco desempenho do PIB *per capita*, que em 1997 situa-se somente 2,1% acima do registrado em 1980. Estes dois dados evidenciam a grave crise econômica que o país passou nestas duas décadas, com impactos claros em termos do comportamento do mercado de trabalho. No que concerne à reinserção externa da economia nacional, o economista afirma que esta reinserção foi realizada em um cenário de cambio desfavorável, juros internos desfavoráveis. Além disso, destaca que não houve no período qualquer tentativa de política industrial ativa ou ao menos política industrial defensiva que atentasse para os enormes problemas incorridos pelas empresas nacionais.

A abertura abrupta e difusa da economia trouxe graves consequências em termos da desintegração de cadeias produtivas nacionais, alterando o mix de produção doméstica. Isso resultou no aprofundamento da heterogeneidade da base econômica nacional e o aprofundamento de sua subordinação aos interesses internacionais. Este processo de abertura, na ausência de crescimento, gerou graves problemas no mercado de trabalho nacional, tendo como contrapartida o processo de reestruturação das empresas privadas. Este movimento passa por uma racionalização dos investimentos produtivos e pela implementação de programas de gestão e reorganização do uso e remuneração da mão de obra. A subcontratação e terceirização do trabalho cresce, assim como aumenta a utilização de remuneração e jornada de trabalho variáveis. Tudo isso resulta em um aumento da demanda do mercado por trabalho não organizado, em detrimento do mercado de trabalho organizado. É importante notar que esse processo de reestruturação produtiva ocorre majoritariamente em grandes empresas, que são tradicionalmente onde os postos de trabalho de melhor qualidade são encontrados. Por fim, convém ressaltar também o ajuste fiscal governamental, e seu impacto sobre os postos de trabalho públicos. Diante do cenário de estabilização monetária, a expansão das despesas com encargos financeiros resultante do processo de ajuste recessivo impunha ao Estado a compressão dos gastos públicos com pessoal em relação ao orçamento total da união. Processos de privatização, programas de demissão voluntários e aprovação de leis impondo limites ao gasto com pessoal tenderam a

estabelecer o emprego como variável de ajuste. Esse processo tem como decorrência, então, o desemprego promovido pelo setor público.

Em suas considerações finais, Marcio Pochmann registra que durante o período há uma tendência de "maior desemprego, desassalariamento e geração de ocupações precárias e de baixa produtividade no plano nacional", configurando uma desestruturação do mercado de trabalho nos anos 90. Essa desestruturação fica evidente pela presença de taxas de desempregos superiores ao dobro das registradas nos anos 80, aliado à fenômenos como o desassalariamento da PEA ocupada e alterações relativas nos postos assalariados a favor daqueles não registrados. Esse cenário, afirma, é reflexo das políticas macroeconômicas adotadas no período, no contexto da abertura comercial desamparada por mecanismos monetários ou fiscais que conservem as cadeias produtivas nacionais, contribuindo para a heterogeneização do espaço produtivo nacional, em detrimento do setor secundário e com ampliação de postos de trabalho no setor terciário. A alteração do mix de produção nacional tem como consequência no período a geração de ocupações mais precárias, que alada à ausência de crescimento, tem impactos desestruturantes no mercado de trabalho brasileiro.

O receituário ortodoxo também é questionado por outros autores. Paul Singer, em seu artigo na *Folha de São Paulo* em 24 de março de 1999 intitulado "As causas do desemprego" propõe um "choque de realidade" confrontando as justificativas liberais microeconômicas para o desemprego com características do desemprego constatadas no mercado de trabalho brasileiro, e oferece uma explicativa keynesiana para a contração na oferta de empregos. Singer lista as justificativas liberais por grau de importância: i) fatores que encarecem a mão de obra (políticas de salário mínimo, proibição do trabalho infantil, encargos trabalhistas); ii) falta de qualificação dos trabalhadores e iii) inovações tecnológicas, que substituem trabalhadores por equipamentos na produção. Singer refuta o primeiro constatando que, apesar de não ter existido ampliação recente de direitos trabalhistas ou quaisquer regulamentações que encarecessem o trabalho nos anos recentes (anos 90), o desemprego apresentou forte crescimento, levando a crer que não seria este o principal motor do aumento do desemprego. Quanto ao segundo fator, o autor argumenta que os ganhos de produtividade advindos do avanço tecnológico ampliam o excedente potencial da economia, e que esse potencial de fato ocorre desde que a renda excedente seja

efetivamente gasta, ou seja, desde que se ampliem os gastos das empresas e/ou governos, de modo a gerar um número equivalente ou maior de postos de trabalho do que aqueles eliminados pela introdução da nova tecnologia. O aumento dos gastos é perfeitamente normal, ressalta o autor, pois a inovação é lucrativa, e, dado que o excedente é repartido entre os acionistas, o governo (na forma de impostos maiores) e os trabalhadores (na forma de salários maiores), os agentes econômicos seriam estimulados a ampliar os seus gastos. O problema, segundo o autor, é que esse aumento não tem ocorrido, já que "as políticas monetárias e fiscais tem sido antagônicas ao aumento do gasto privado e público". A taxa de juros a patamares "escorchantes" diminuem a disponibilidade do crédito, o que reduz o gasto privado. Tal taxa provoca ou o adiamento da decisão de consumo (dos itens de maior valor), ou a exposição por parte do consumidor ao risco de ficar inadimplente, e ainda "pune" os gastos das empresas, seja em estoque, equipamento ou instalações. A demanda agregada também sofre o impacto negativo da política fiscal contracionista, que ajusta o gasto público para baixo. As políticas monetárias e fiscais recessivas são, de acordo com o autor, as reais causas do aumento do desemprego. Se isto é verdade, é verdade também que a detração do nível de atividade é uma escolha de governo, visando sobretudo reconquistar a credibilidade junto aos investidores externos. A escolha de estabilidade em detrimento do crescimento demonstra, na opinião do autor, uma divergência de interesses entre esses credores e os trabalhadores e empresários brasileiros.

Outro economista não ortodoxo segue a mesma linha de raciocínio. Rogério Andrade, em artigo publicado em 16 de novembro de 1998 em *O Estado de São Paulo*, pretende oferecer uma explicação alternativa àquelas que se repetem pela mídia, acerca da problemática do desemprego. Para Andrade, o desemprego não pode ser atribuído à salários reais excessivamente elevados ou a uma "globalização mítica", mas sim à "opções claras de política econômica e a timidez de ações compensatórias". Andrade inicia seu artigo afirmando que explicações frequentemente propagadas do fenômeno do desemprego são muitas vezes conflitantes e resultam em recomendações de política econômica equivocadas, ou "terapias estapafúrdias", nas palavras do próprio. Uma destas explicações é a que o desemprego é resultante de um aumento do salário real, ou seja, a explicação clássica da lei da oferta e da procura. Os altos níveis de desemprego se dariam pela indisposição dos capitalistas de contratar mão de obra nos níveis salariais atuais, e que se o salário real caísse

os mesmos voltariam a contratar, mitigando o problema. É na realidade um argumento contra a rigidez do mercado de trabalho, principalmente a rigidez salarial decorrente do excesso de regulamentação e dos excessivos custos envolvidos na contratação de trabalhadores. O autor ressalta que esta afirmação é errônea e ignora a influencia das variações da demanda agregada (corrente e esperada) sobre as expectativas dos agentes econômicos. A perspectiva de aumento da demanda agregada se refletiria em um aumento da produção e dos investimentos, aumentando a oferta de empregos. A análise do desemprego passaria fundamentalmente pela análise do desempenho dos componentes da demanda agregada nos últimos anos, e como políticas econômicas equivocadas podem ter efeitos deletérios sobre esses componentes. Na causa do desemprego "está a política elevada de taxas de juros domestica" que retrai o crédito, suprimindo a demanda por consumo, e que aliado à política de cambio sobrevalorizada tem efeitos negativos sobre o volume de investimentos. Outro componente seriamente afetado por essas duas políticas econômicas é o desempenho do balanço de pagamentos. Se por um lado, as altas taxas de juros são uma fonte de financiar o balanço de pagamentos pela conta capital, o desempenho da balança comercial é profundamente afetado pelo cambio sobrevalorizado e pela dificuldade de financiamento nacional, levando-a a registrar sucessivos déficits desde a instituição do Plano Real. O déficit público, último componente da demanda agregada, cresce, porém principalmente devido ao aumento dos pagamentos de juros da dívida pública, o que "pouco contribui para a criação de emprego". Ainda há de se ressaltar que políticas de contenção salarial e o processo de privatização por si gera desemprego via dispensa de funcionários públicos. Leva-se a crer, por essa análise, que o governo tem sim responsabilidade sobre a criação de empregos na medida em que este é responsável pela elaboração de políticas públicas com impacto direto nos determinantes da demanda agregada. Isto significa que "é incorreto afirmar que o desemprego é basicamente estrutural e governos não tem responsabilidade no processo". É preciso agir sobre as condições típicas de criação e manutenção de emprego, e não somente rotular o desemprego de "estrutural ou tecnológico".

Por fim, Delfim Netto, em seu artigo "Desemprego", publicado na *Folha de São Paulo* em 14 de julho de 1999, procura alertar o leitor para o fato que as promessas liberais de inserção produtiva virtuosa na economia global não ocorrerá. No primeiro parágrafo

ressalta que "a política econômica adotada nos últimos nove anos não nos levou à globalização: estamos sendo simplesmente metabolizados pelo sistema econômico mundial". Delfim demonstra sua preocupação com os altos índices de desempregados que o país vinha registrando na década de 90, relacionando o fato ao baixo crescimento da economia brasileira no período. O baixo crescimento, por sua vez, decorre, na opinião do autor, da combinação de abertura comercial com a política cambial sobrevalorizada, o que seria o culpado pela "metabolização" da economia brasileira pelos seus concorrentes internacionais. Delfim e se diz "feliz" pela superação do que chamou de "política cambial inepta", se referindo à desvalorização cambial de 1999. Ressalta também que de fato podemos ter mesmo desemprego "estacional, tecnológico, estrutural, ou seja mais o que for", mas que a real causa do mesmo se assenta na redução do ritmo de crescimento econômico, que por sua vez é produto da combinação abertura comercial e cambio valorizado. Menciona ainda que a discussão sobre a capacidade do livre mercado de gerar condições para o pleno emprego e distribuição "ótima" da renda é muito antiga, e que a distribuição da riqueza é resultado apenas das instituições humanas, diferentemente da produção da riqueza, que possui caráter de verdades físicas. Esta ideia final nos passa a impressão que na opinião de Delfim Netto não se pode negligenciar a luta de classes pela distribuição do excedente.

Nota-se que esses autores têm muito em comum. Em suas análises, o principal componente que influencia a oferta de postos de trabalho é o a falta de crescimento econômico durante o período analisado. O desemprego cresce devido à falta de crescimento econômico, resultado da precária inserção da economia brasileira no cenário internacional, resultado maior do contexto no qual se deu o processo de abertura da economia brasileira. Ainda de acordo com essa análise, existem fatores macroeconômicos que dificultam esse crescimento. A política econômica, dominada pela agenda da estabilidade econômica, impõe taxas de juros e cambio incompatíveis com o crescimento da economia. As altas taxas de juros comprimem o consumo e os investimentos, mantendo altos os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública, gastos estes que além de fragilizar a capacidade de investimento do Estado, não possuem por definição a capacidade de gerar empregos. Instaura-se na economia uma incapacidade de geração de demanda agregada, o que por sua vez determina baixas taxas de crescimento.

CAPÍTULO 3

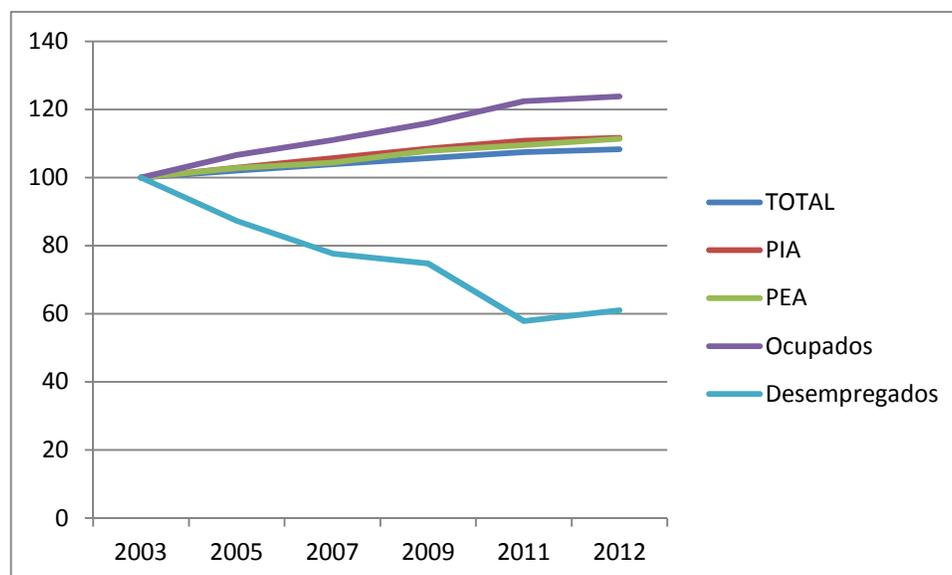
A RECUPERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A REDUÇÃO DO DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 2004 A 2012

O mercado de trabalho da RMSP registra em 2004 uma inflexão na trajetória de desestruturação registrada no Capítulo 1. Este fenômeno, como será visto no decorrer do capítulo, não se traduz somente na redução da taxa de desemprego. Houve também significativa melhora na condição dos ocupados, com uma reversão da tendência de informalização registrada durante os anos 90 e início dos 2000. Esta mudança veio acompanhada por ganhos salariais reais, e diminuição do tempo médio de desemprego. O presente capítulo visa registrar essas mudanças na RMSP, e compreender esse fenômeno em suas várias dimensões.

A evolução indexada das principais categorias do mercado de trabalho pode ser visto no Gráfico 16, do qual é possível observar algumas tendências interessantes. A evolução dos ocupados dentro do mercado de trabalho da RMSP foi notável. O Gráfico 16 apresenta a evolução de cada uma das principais categorias da PED - RMSP para os anos compreendidos entre 2003 e 2012. Notamos um crescimento dos Ocupados acima do crescimento da PEA. Tendo em vista a relativa estagnação da taxa de participação observada durante o período (64% em 2003 para 63% em 2012), o aumento da oferta de postos de trabalho se reflete em uma importante queda da taxa de desemprego. O desemprego cai tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, registrando níveis 40% menores que no início do período em questão.

Gráfico 16

Evolução Indexada da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados. RMS (2003 – 2012) (2003=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

Para melhor entender esse movimento, devemos olhar para os componentes fundamentais do mercado de trabalho, e sua evolução ao longo do período.

3.1 – A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A RMS, durante o período compreendido entre os anos 2003 e 2012, experimentou um crescimento modesto de sua população, crescendo em média menos que 1% ao ano, alcançando a cifra de estimados 20 milhões de habitantes. A Tabela 11 apresenta as estimativas anuais da População Total, da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos Ocupados, Desempregados e dos Inativos de 10 anos ou mais (PnEA), e a Tabela 12 apresenta os mesmos valores em proporção da PIA).

Tabela 11

Estimativas Médias da População Total, População em Idade Ativa e Menores de 10 anos.
RMSP (2003 – 2012)

Condição de atividade	2003	2005	2007	2009	2012
TOTAL	18.445	18.814	19.161	19.495	19.973
População em Idade Ativa (10 anos ou mais)	15.440	15.888	16.322	16.747	17.245
População Economicamente Ativa	9.820	10.089	10.250	10.584	10.933
Ocupados	7.866	8.384	8.733	9.123	9.741
Desempregados	1.954	1.705	1.517	1.461	1.192
Inativos de 10 anos ou mais	5.620	5.799	6.072	6.163	6.312
Menores de 10 anos	3.005	2.926	2.839	2.748	2.728

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Tabela 12

Estimativas da PEA, Ocupados e Desempregados, em Percentagem da PIA – RMSP (2003 – 2012)

Condição de atividade	2003	2005	2007	2009	2012
População em Idade Ativa (10 anos ou mais)	100%	100%	100%	100%	100%
População Economicamente Ativa	64%	64%	63%	63%	63%
Ocupados	51%	53%	54%	54%	56%
Desempregados	13%	11%	9%	9%	7%
Inativos de 10 anos ou mais	36%	36%	37%	37%	37%

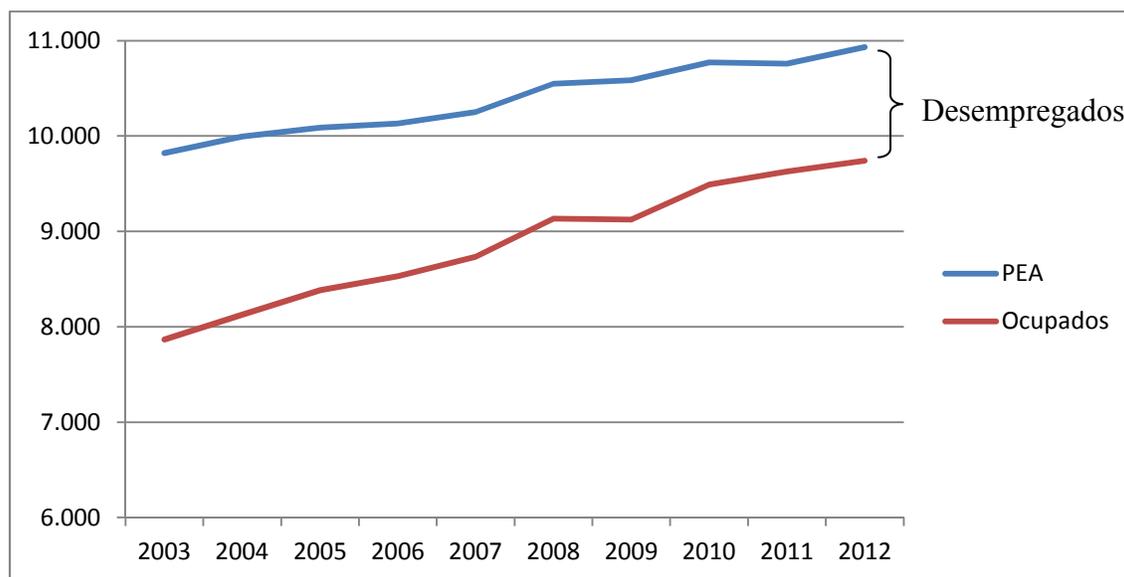
Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Durante o período notamos algumas características interessantes. A primeira é a geração, entre 2003 e 2012, de aproximadamente 1,9 milhões de novos postos de trabalho. No mesmo período, a PEA cresceu em aproximadamente 1,1 milhões de pessoas, o que significou a absorção de aproximadamente 0,8 milhões de pessoas da condição de desempregado, para a condição de ocupado. Isto nos leva à segunda característica: A queda acentuada do número absoluto de desempregados na RMSP. O número de desempregados, que era de 1,95 milhões de habitantes em 2003, passa para 1,19 milhões de habitantes, em 2012. Isso representa uma queda de quase 40% do número de pessoas desempregadas, entre os dois períodos. Notamos a princípio um aquecimento do mercado de trabalho, indicando

um melhor cenário para o trabalho neste período. Fica evidenciada, no Gráfico 17, a diminuição do descolamento entre as retas da PEA e da dos Ocupados. Este descolamento é por definição o desemprego, portanto enxergamos uma diminuição do desemprego no período.

Gráfico 17

Evolução da PEA e Ocupados – RMSP (2003 – 2012)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Para melhor entendermos estes movimentos, convém antes analisar a Taxa de Participação, indicador que mostra a evolução da PEA em relação à PIA, sendo portanto um indicador que ajuda a avaliar a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho. A Taxa de Participação pode ser segmentada segundo atributos pessoais (Tabela 13).

Tabela 13

Taxa de Participação, segundo Atributos Pessoais - RMSP (2003 – 2012)

Atributos	2003	2005	2007	2009	2012
TOTAL	64%	64%	63%	63%	63%
Posição no domicílio					
Chefe	77%	75%	74%	75%	74%
Demais	56%	57%	56%	57%	57%
Membros					
Sexo					
Homens	73%	72%	71%	72%	72%
Mulheres	55%	56%	55%	56%	56%
Faixa Etária					
10 a 15 Anos	10%	9%	6%	6%	5%
16 a 24 Anos	75%	77%	76%	76%	75%
25 a 39 Anos	85%	85%	85%	86%	86%
40 a 49 Anos	79%	78%	78%	80%	81%
50 a 59 Anos	62%	60%	60%	63%	66%
60 Anos e Mais	22%	21%	21%	21%	23%

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

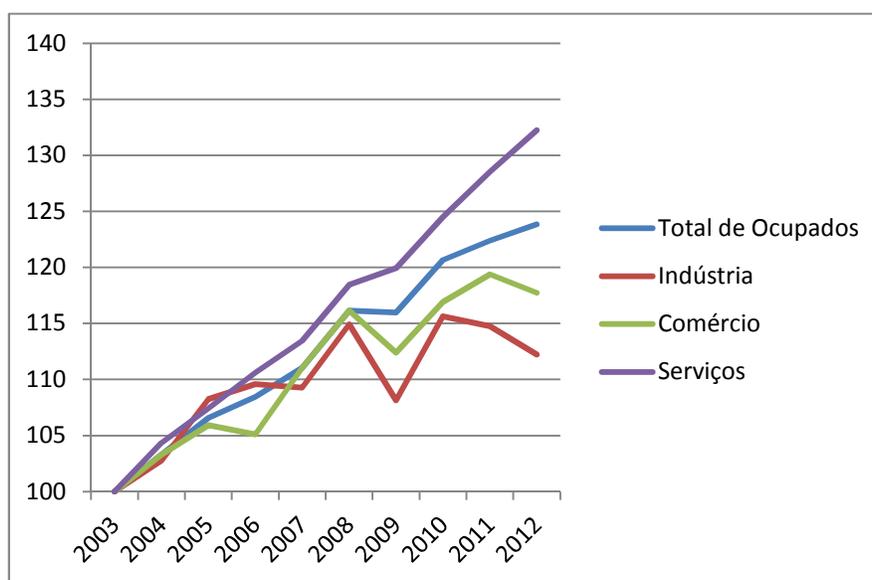
Nesta tabela vale a pena ressaltar alguns fatores. Primeiramente convém ressaltar a estabilidade da Taxa de Participação total. Esta participação, que em 2003 esta na faixa de 64%, se mantém no mesmo patamar, em 63%, no intervalo de 9 anos. Dada a relativa estabilidade da taxa de participação, é importante notar, que quando classificada segundo os atributos pessoais, há importantes alterações. Uma delas é a importante redução na Taxa de Participação de crianças no mercado de trabalho. A participação da faixa etária de 10 a 15 anos no mercado de trabalho cai pela metade, e vai a 5%, o menor nível já registrada pela PED. Por mais que esta redução deva ser comemorada, ainda há em torno de 100 mil indivíduos na faixa de 10 a 15 anos ativos no mercado de trabalho. Observamos ainda uma queda na participação do chefe de domicílio, de 77% em 2003, para 74%, mostrando que cada vez mais a família brasileira depende dos demais membros da família para trazer receitas para o domicílio. Outro fator que salta aos olhos é a relativa estagnação da evolução da participação feminina no mercado de trabalho, com ganho percentual de apenas 1% em 9 anos. A diferença da taxa de participação entre homens e mulheres, ainda que historicamente baixa, é em termos absolutos ainda bastante relevante.

3.2 – A EVOLUÇÃO DOS OCUPADOS

Para entendermos melhor o bom desempenho do mercado de trabalho da RMSP durante o período, é necessário olhar para o desempenho deste mercado nos diferentes setores da economia. O Gráfico 18 nos mostra a evolução indexada dos ocupados, segundo o setor de atuação. Desta análise podemos chegar a algumas conclusões. Primeiro, notamos que o crescimento do número de ocupados é registrado em todos os setores da economia. Segundo, notamos um forte crescimento do número de postos de trabalho mesmo após a crise de 2008, o que é surpreendente, dado o fraco desempenho do crescimento da economia durante o período 2008-2012. O terceiro ponto é que notamos uma perda, em termos relativos, de vagas na Indústria (e em menor intensidade, vagas comerciais) para vagas no setor de serviços. Devemos ressaltar então, que apesar da reversão da tendência de queda no número de vagas na Indústria, este processo ainda demonstra um enfraquecimento do mercado de trabalho do setor industrial, frente ao setor de serviços.

Gráfico 18

Evolução Indexada dos Ocupados, segundo Setor de Atividade - RMSP (2003 – 2012)
(2003=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

Na Tabela 14 encontramos os dados para o período em questão. Em 2003, estima-se que existiam no setor industrial aproximadamente 1,5 milhões de postos de trabalho, número que aumenta para próximo de 1,7 milhões de postos de trabalho em 2012. Ainda assim, a indústria, que era responsável pela geração de 19% dos postos de trabalho da RMSP, em 2012 responde por 17% das mesmas. O setor comercial manteve sua participação constante (16 para 15%, respectivamente), enquanto há um aumento da participação do setor de serviços no total dos ocupados (50% para 54%, respectivamente).

Tabela 14

Estimativa dos Ocupados, segundo Setor de Atividade - RMSP (2003-2012)

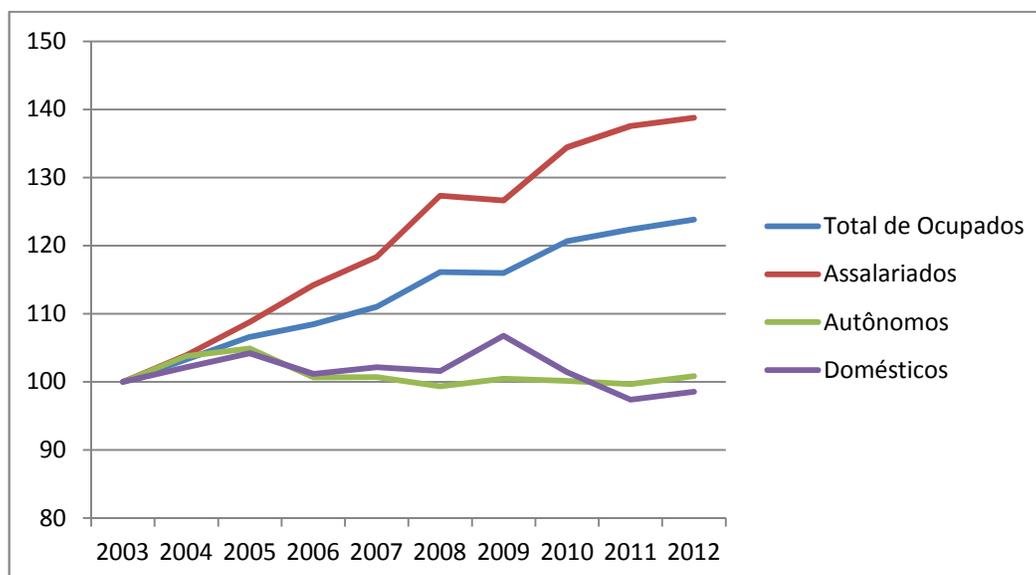
Setor de Atividade	2003	2005	2007	2009	2012
TOTAL	7.866	8.384	8.733	9.123	9.741
Indústria	1.510	1.635	1.651	1.633	1.695
Comércio	1.274	1.350	1.415	1.432	1.500
Serviços	3.941	4.234	4.471	4.726	5.211
Demais	1.141	1.165	1.196	1.332	1.335

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Acompanhando esta modificação estrutural em detrimento do emprego industrial, há também modificações importantes em termos da posição ocupada pelos trabalhadores. O Gráfico 19 nos revela uma subida acentuada do número de trabalhadores assalariados, uma estagnação no número de trabalhadores autônomos, e uma ligeira redução no número de trabalhadores domésticos. No agregado, isto significa que houve uma geração de 1,9 milhões de novos postos de trabalho, e que no saldo há um acréscimo de 1,9 milhões de postos de trabalho assalariados, indicando que a evolução dos postos de trabalho durante o período foi claramente no sentido da geração de postos de trabalho assalariados. Este fato, por si só, aponta em direção à uma maior estruturação do mercado de trabalho. A mudança no mix de trabalho, como veremos adiante, tem impactos importantes em termos dos rendimentos reais auferidos durante o período.

Gráfico 19

Índice do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação - RMSP (2003 – 2012) -
(2003=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

A tendência de reestruturação do mercado de trabalho é corroborada quando se leva em consideração a expansão equivalente, de aproximadamente 1,9 milhões de postos de trabalho assalariados com carteira assinada. Este fato é de extrema importância, pois demonstra uma maior formalização do mercado de trabalho brasileiro, uma ocorrência sem precedentes na história da série da PED.

Tabela 15

Estimativa dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação - RMSP (2003 – 2012)

Posição na Ocupação	2003	2005	2007	2009	2012
TOTAL	7.866	8.384	8.733	9.123	9.741
Assalariados	4.885	5.315	5.781	6.185	6.780
Do setor privado	4.232	4.636	5.065	5.501	6.030
Com Carteira Assinada	3.170	3.488	3.930	4.443	5.104
Sem Carteira Assinada	1.054	1.157	1.135	1.058	925
Do Setor Público	653	671	707	684	760
Autônomo	1.526	1.601	1.537	1.533	1.539
Empregados	692	721	707	739	682
Domésticos	763	746	707	666	740

O alinhamento dos números é impressionante. Dos 1,9 milhões de postos de trabalho gerados no período, 1,9 são de assalariados, dentre os quais 1,9 são com carteira assinada. Não é possível afirmar que todas as vagas geradas no período foram postos de trabalho assalariados com carteira assinada, porém no saldo é isso que se observa.

A proporção dos assalariados em relação ao total de vagas passa, 62% para 70%, revertendo a trajetória vista durante os anos 90. Notamos um crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada (40% para 52% dos Ocupados), em uma redução do emprego informal. Vale a pena destacar esse ponto. No início do período, o mercado de trabalho da RMSP era predominantemente informal. Como observado no Gráfico 20, a informalidade respondia por mais de 50% das ocupações. Este fato se inverte em 2005, e notamos um forte crescimento do trabalho formal, que já em 2012 respondia por 60% das vagas. Além destes fatos, a proporção de trabalhadores que trabalharam mais que a jornada legal de trabalho na semana de referência caiu drasticamente. Em 2003, na média 44% dos trabalhadores trabalhavam mais que a jornada legal, contra 30% em 2012 (Tabela 16), fato em grande parte derivado do aumento da formalização do mercado de trabalho, aumentando a abrangência dos direitos trabalhistas a uma parcela maior dos trabalhadores.

Gráfico 20

Prevalência de Ocupações Formais e Informais - RMSP (2003 – 2012)

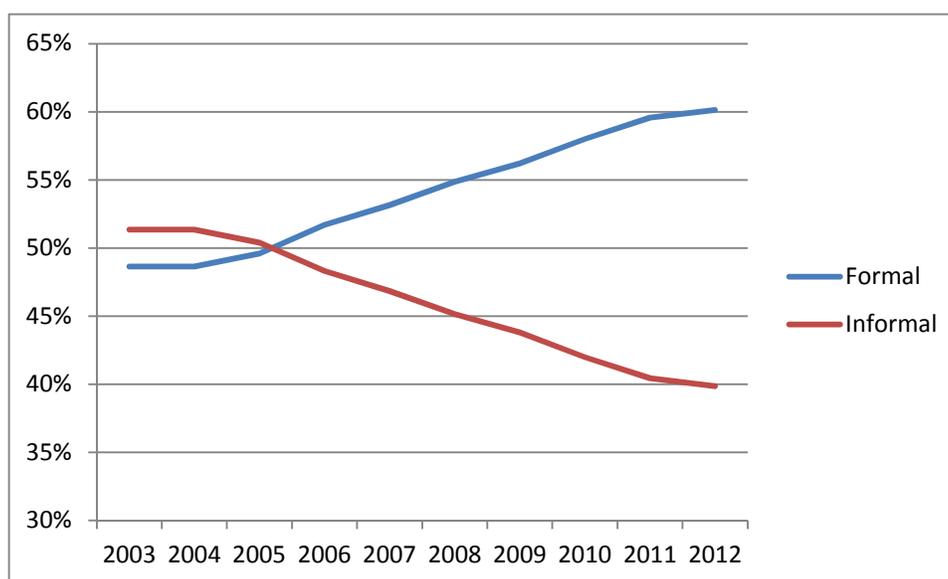


Tabela 16

Distribuição dos Assalariados, segundo a Jornada Semanal Média de Trabalho - RMSP
(2003 – 2012)

	2003	2005	2007	2009	2012
Trabalhadores com Jornada Semanal Média de 45 ou mais horas	44%	41%	37%	36%	30%

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

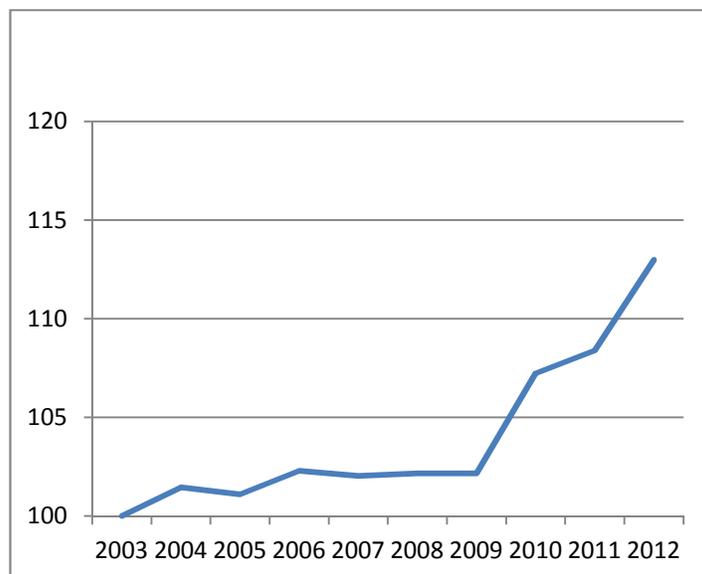
Os dados apresentados até agora permitem concluir que houve, no período 2004-2012, uma significativa melhora no mercado de trabalho da RMSP. Houve uma significativa ampliação dos postos de trabalho, dos quais uma grande parte se revelaram postos de trabalhos com carteira assinada. O aumento da formalização do mercado de trabalho trouxe uma ampliação dos direitos trabalhistas a uma parcela maior dos trabalhadores brasileiros, compreendendo hoje aproximadamente 60% deles. Apesar de ser um grande avanço, a informalidade ainda se apresenta em níveis bastante altos. Para poder refinar a afirmação de que houve uma significativa melhora nas condições de trabalho da RMSP, será analisada na seção seguinte a evolução dos rendimentos do trabalho.

3.3 – A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

O Gráfico 21 mostra a evolução do rendimento médio real dos ocupados na RMSP. Notamos claramente um ganho real de rendimentos do trabalhador durante o período, principalmente no período compreendido entre 2009 e 2012. Este fato é muito importante, tendo em vista a evolução bastante negativa deste indicador durante os anos 90, e até 2003.

Gráfico 21

Índice do Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados – RMSP (2003 – 2012) - (2003=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)
(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE.

Este incremento demonstra não só a capacidade que o trabalho teve de reajustar seus rendimentos acima da inflação, mas também assinala o importante impacto que teve a mudança no mix de ocupações. A maior formalização do mercado de trabalho, marcado principalmente pelo forte aumento nos postos de trabalho com carteira assinada, tem como consequência o aumento da média de rendimentos do trabalho. O motivo disto é que, como assinalado na Tabela 16, o rendimento real médio do trabalho assalariado com carteira assinada é significativamente superior (40% a 60%) ao registrado no trabalho assalariado sem carteira. Tendo em vista que aquele aumentou em detrimento deste, a o rendimento real médio tende também a aumentar. Entretanto, vale a pena salientar que, apesar do incremento de quase dois milhões de trabalhadores com carteira assinada, os rendimentos reais médios desta categoria de trabalhador permaneceu constante. Isto se explica em grande parte devido ao fato do salário de reserva dos desempregados e assalariados sem carteira de trabalho ser muito inferior aos salários reais médios ofertados pelos empregadores. Desta forma, apesar de um aumento no número de trabalhadores com carteira assinada, o custo do trabalhador, em termos reais, permaneceu constante. É interessante notar também que existe uma tendência de estabilidade nos rendimentos

médios do assalariado com carteira de trabalho, e que esta tendencia perdurará enquanto a taxa de informalidade no mercado de trabalho permanecer alta. Quanto mais perto se chegar do limite da oferta de trabalhadores hoje trabalhando na informalidade ou desempregados, maior será a pressão pela oferta de mão de obra, com impactos na remuneração média deste segmento.

Tabela 17

Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Posição na Ocupação - RMS (2003 – 2012)

Posição na Ocupação	2003	2005	2007	2009	2012	Variação
Ocupados	1.500	1.517	1.531	1.533	1.695	13%
Assalariados	1.595	1.625	1.613	1.598	1.712	7%
Setor Privado	1.504	1.529	1.508	1.494	1.602	7%
com carteira	1.653	1.677	1.621	1.584	1.657	0%
sem carteira	1.043	1.082	1.116	1.110	1.284	23%
Setor Público	2.177	2.269	2.348	2.415	2.574	18%
Autônomos	1.011	1.038	1.069	1.153	1.372	36%

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)
 (1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Olhando para o rendimento real médio do trabalho, segundo setor de atividade, notamos que o aumento dos rendimentos reais médios permeiam de forma mais ou menos homogênea os salários praticados nos diferentes setores. O setor com maior variação percentual de rendimento real médio foi o setor de Comércio, porém esta variação se dá em uma base salarial significativamente menor, quando comparado aos salários praticados no setor industrial (60% maiores). O único setor a se destacar pela estabilização quase absoluta é o setor de serviços. Apesar do forte incremento do número de postos de trabalho, o rendimento real médio do setor permaneceu constante, o que pode levar a crer que em geral estas vagas são de pior qualidade, quando comparadas ao setor industrial.

Tabela 18

Rendimento Médio Real¹ dos Ocupados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica - RMSP (2003 – 2012)

Setor de Atividade	2003	2005	2007	2009	2010	2011
Ocupados						
Valor absoluto	1.500	1.517	1.531	1.533	1.609	1.626
Índice	100	101	102	102	107	108
Indústria						
Valor absoluto	1.611	1.680	1.587	1.590	1.648	1.695
Índice	100	104	99	99	102	105
Comércio						
Valor absoluto	1.072	1.114	1.099	1.144	1.173	1.181
Índice	100	104	103	107	109	110
Serviços						
Valor absoluto	1.428	1.424	1.439	1.398	1.428	1.445
Índice	100	100	101	98	100	101

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

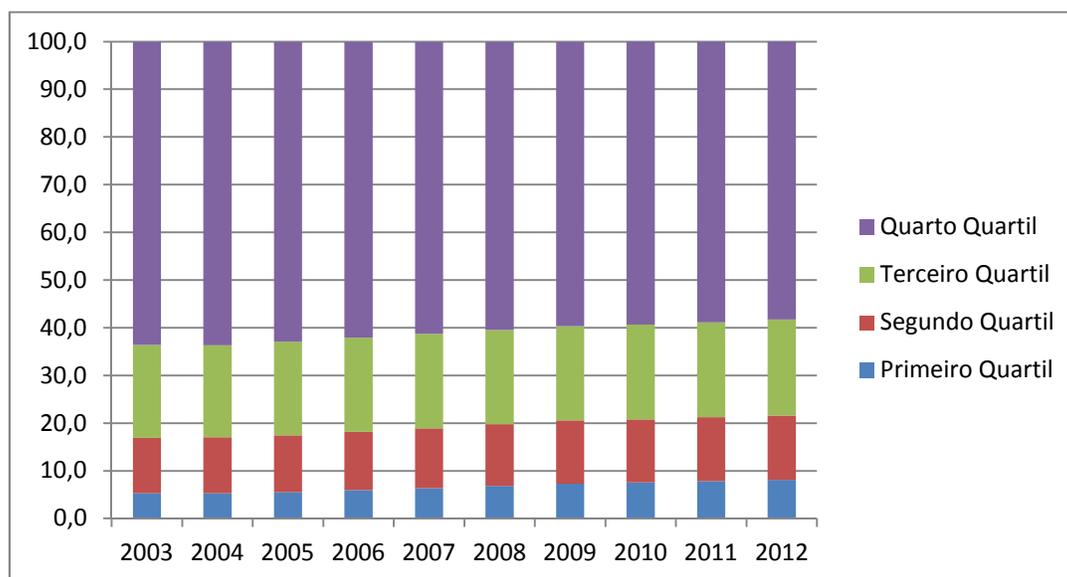
(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Se segmentarmos a evolução do rendimento real médio em termos de estratos sociais, notamos uma modificação bastante acentuada no que concerne à diminuição das desigualdades sociais. Ao contrario dos anos 90, onde esta redução ocorreu devido à uma queda generalizada de rendimentos, o caso dos anos 2000 isto se deu com aumento no rendimento real médio de todas as camadas sociais, mas com aumentos proporcionalmente maiores entre aqueles menos favorecidos. No Gráfico 22 são apresentados quatro estratos sociais. O Grupo 1 corresponde à 25% dos trabalhadores com os menores rendimentos reais médios, o grupo 2 corresponde dos 25% mais pobres aos 50% mais pobres, o grupo 3 corresponde aos indivíduos situados entre os 50% e os 25% mais ricos, enquanto o grupo 4 corresponde aos 25% mais ricos da RMSP. Para cada categoria é calculada o rendimento real médio do grupo, e a participação desta camada nos rendimentos reais totais dos Ocupados. No Gráfico 23 é apresentado a evolução indexada dos rendimentos reais para os mesmos grupos. A partir destes gráficos podemos notar que, apesar dos rendimentos reais médios dos 25% mais ricos ter aumentado, a sua participação na massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados diminuiu, de 63,5% para 58,3%. Por outro lado, a participação dos 50% mais pobres aumentou de 19% para 21,6%. O maior aumento em termos de

rendimentos reais médios se deu para a população mais pobre da RMSP. Os 25% mais pobres tiveram um aumento de 73,4% em seu rendimento real médio. Apesar destes avanços, a concentração das massas de rendimentos do trabalho principal dos ocupados ainda se mostra bastante concentrada. Os 25% mais ricos se apropriam de quase 60% da massa salarial, enquanto o extrato mais pobre responde por apenas 8%. O rendimento real médio para os 25% mais pobres ainda permanece em um patamar abaixo do exigido por lei (rendimento médio real de R\$ 549), não sendo suficiente para garantir os direitos previstos na constituição. Metade dos trabalhadores da RMSP recebem, como rendimento do trabalho principal, até 1,35 salários mínimos (R\$ 916,00 *versus* um salário mínimo de R\$ 678,00), valores bastante modestos para uma Região Metropolitana como a de São Paulo.

Gráfico 22

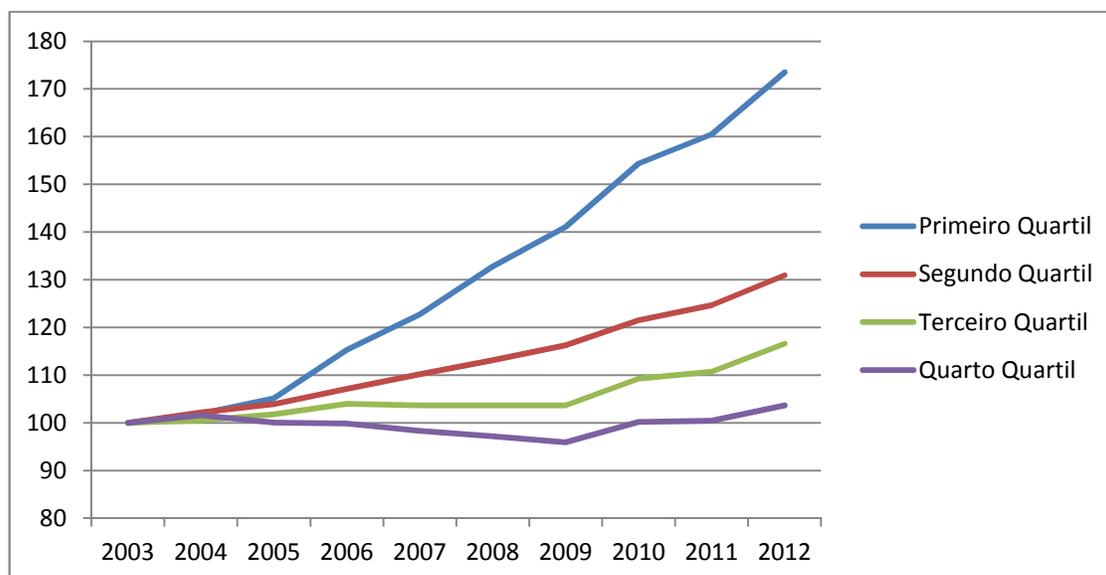
Distribuição da Massa de Rendimentos¹ do Trabalho Principal dos Ocupados, por Grupo de Rendimento – RMSP (2003 – 2012)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)
 (1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 2012.

Gráfico 23

Evolução Indexada do Rendimento Médio Real¹, por Grupo de Rendimento – RMSP (2003 – 2012) - (2003=100)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

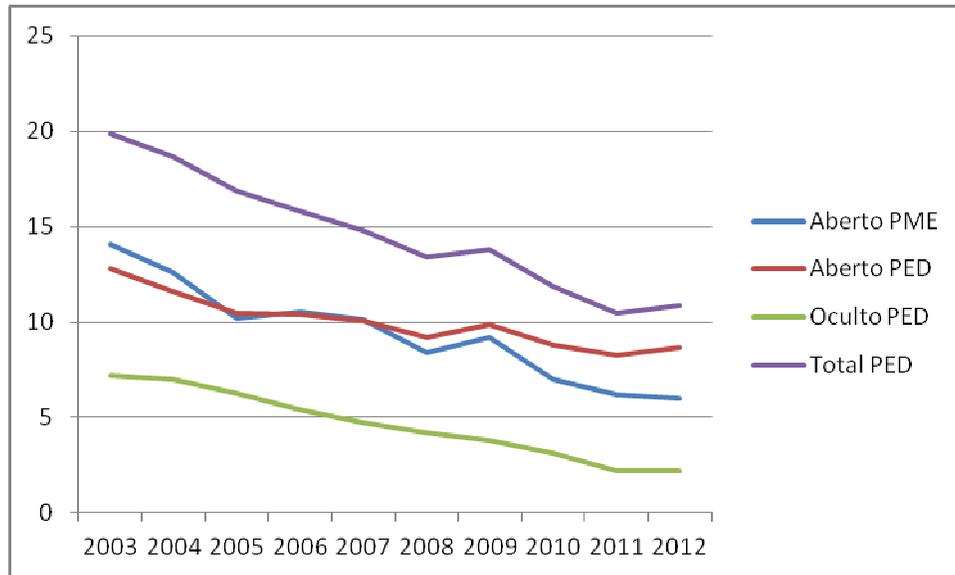
(1) Inflator utilizado – ICV do DIEESE.

3.4 – A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

O período entre 2003 e 2012 foi marcado por uma inflexão da tendência observada durante os anos 90 e os anos iniciais do ano 2000. A queda da taxa de desemprego foi registrada de maneira semelhante tanto pela PED quanto pela PME (Gráfico 24).

Gráfico 24

Taxas de Desemprego por Tipo – RMSP (2003-2012)



Fonte: IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PME*. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

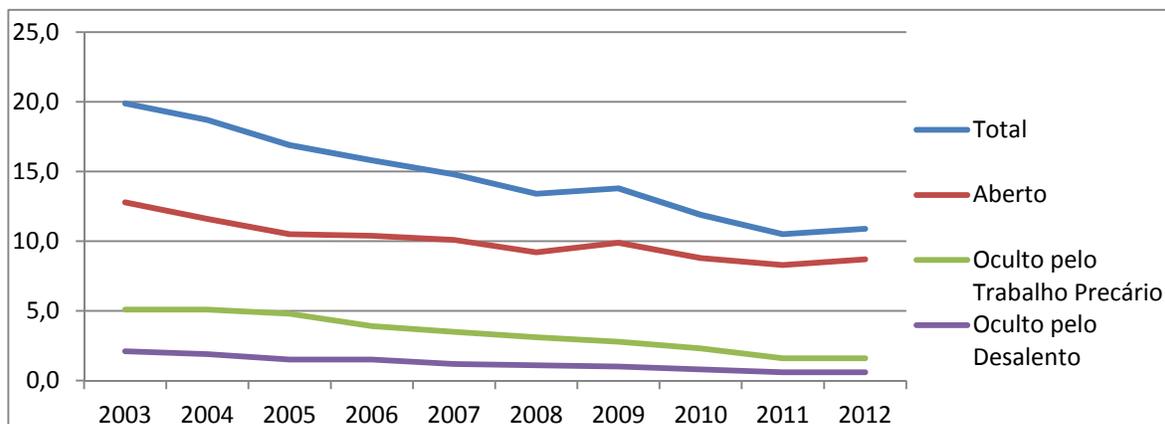
Esta queda foi realmente notável. De acordo com a PED, a taxa total de desemprego caiu de um pico histórico de 19,9%, registrado em 2003, e registra em 2011 a menor marca em 20 anos (10,5%), em seguida sofrendo um pequeno aumento, de 0,4%, para a marca de 10,9%, em 2012. Isto significou objetivamente uma forte redução no número de desempregados na RMSP. O número de desempregados na RMSP, aproximadamente 1,95 milhões em 2003, cai para aproximadamente 1,19 milhões em 2012. Isto significa que, no agregado, 762 mil pessoas saíram da condição de desempregados, o que em nove anos representa uma redução média de impressionantes 85 mil pessoas por ano. Considerando ainda a expansão da força de trabalho no período, de aproximadamente 1,1 milhões de trabalhadores, isto significou a incorporação de 1,9 milhões de indivíduos à condição de trabalhadores ocupados, como já mencionado anteriormente. As taxas de desemprego, e estimativas de desempregados para a totalidade do período são apresentadas na Tabela 19.

O Gráfico 25 mostra a evolução da taxa de desemprego por tipo de desemprego. O desemprego total, representada pela curva azul, apresentou uma queda de nove pontos

percentuais, uma queda média de 1% ao ano. Olhando para a segmentação do desemprego, notamos uma queda muito acentuada na taxa de desemprego oculto. De fato, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, estes são os que mais caem. O desemprego oculto pelo trabalho precário, que em 2003 acometia meio milhão de trabalhadores, ve sua cifra reduzida em 69%, para o patamar de 175 mil trabalhadores, registrando uma absorção de 325 mil trabalhadores. A taxa de desemprego oculto pelo desalento, por sua vez, experimenta uma queda de 71%, se estabelecendo em 1,6% da PEA, ou seja, 66 mil trabalhadores. A taxa de desemprego aberta, importante indicador e um dos mais utilizados nos noticiários, experimentou uma queda de 32% durante o período. Ao todo, houve a absorção de 762 mil desempregados durante o período. Podemos concluir que a queda do desemprego oculto responde a 60% do efeito da queda do desemprego, enquanto a queda do desemprego aberto responde por 40% .

Gráfico 25

Taxas de Desemprego segundo Tipo de Desemprego - RMSP (2003 – 2012)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Elaboração própria)

Tabela 19

Taxa de Desemprego e Estimativas de Desempregados, segundo Tipo de Desemprego -
RMSP (2003 – 2012)

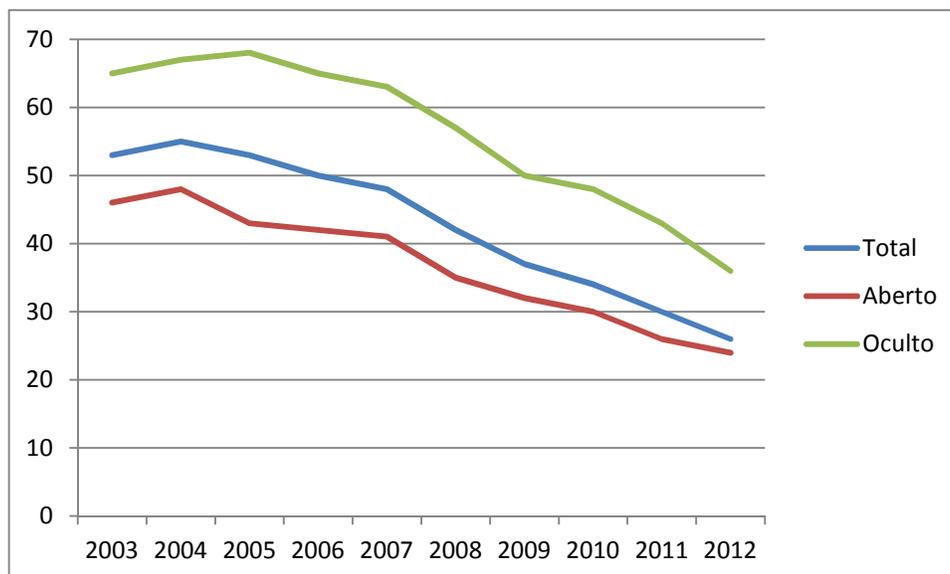
Desemprego	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desemprego Total										
Taxa	19,9	18,7	16,9	15,8	14,8	13,4	13,8	11,9	10,5	10,9
em Mil	1954	1869	1705	1601	1517	1414	1461	1282	1130	1192
Desemprego aberto										
Taxa	12,8	11,6	10,5	10,4	10,1	9,2	9,9	8,8	8,3	8,7
em Mil	1257	1159	1059	1054	1035	971	1048	948	893	951
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário										
Taxa	5,1	5,1	4,8	3,9	3,5	3,1	2,8	2,3	1,6	1,6
em Mil	501	510	484	395	359	327	296	248	172	175
Desemprego Oculto pelo Desalento										
Taxa	2,1	1,9	1,5	1,5	1,2	1,1	1,0	0,8	0,6	0,6
em Mil	206	190	151	152	123	116	106	86	65	66

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

A redução substancial do desemprego foi acompanhado, como era de se esperar, por uma redução na duração média da procura por trabalho. No Gráfico 26, podemos visualizar o movimento de queda da duração média da procura de trabalho.

Gráfico 26

Duração Média da Procura de Trabalho – RMSP (2003 – 2012)

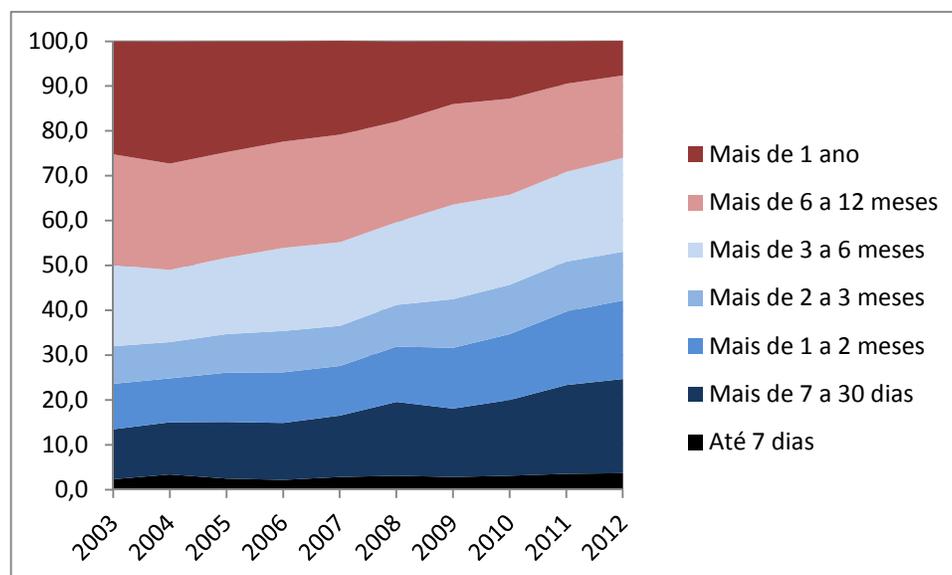


Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Para o desemprego total, aberto e oculto, a redução da duração média da procura de trabalho é de 51%, 48% e 45%, respectivamente, ou seja, genericamente a duração média foi para metade do número inicial. Apesar deste importante desempenho, a duração média da procura de trabalho ainda é de meio ano, o que poderia indicar a existência de uma porção representativa de indivíduos que apresentam dificuldades em se inserir virtuosamente no mercado de trabalho. Para entender melhor o perfil dos desempregados quanto ao tempo médio de procura convém olhar para o Gráfico 27.

Gráfico 27

Distribuição dos Desempregados por Duração da Procura de Trabalho – RMSP (2003 – 2012)



Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Neste gráfico podemos notar claramente uma redução da porcentagem de trabalhadores na condição de desempregados de longo prazo. O desemprego de longo prazo é aqui considerado aquele cuja duração excede seis meses, ou seja, o indivíduo na condição de desempregado de longo prazo é aquele que não consegue arrumar emprego a mais de seis meses. A redução mais significativa acontece justamente no segmento de mais de um ano, que chegou a representar a condição de 27% do total de desempregados, em 2004, e em 2012 representa 7,7% deles. Ainda assim, em 2012 1 em cada 4 desempregados está nesta condição a mais de seis meses. Este fato sugere que existe uma parcela importante dos desempregados que encontram dificuldades permanentes na obtenção de emprego, e que em cidades grandes, isso pode constituir um grave problema social. Na RMSP em 2012, aproximadamente 300mil pessoas se enquadram nesta classificação.

A Tabela 20 mostra que a redução da taxa de desemprego segundo os atributos pessoais.

Tabela 20

Taxa de Desemprego, segundo Atributos Pessoais - RMSP (2003 – 2012)

Atributos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL	19,9	18,7	16,9	15,8	14,8	13,4	13,8	11,9	10,5	10,9
Posição no Domicílio										
Chefe	12,0	10,3	9,4	8,4	8,0	6,8	7,8	6,0	5,4	5,5
Cônjuge	20,1	18,4	16,4	15,9	15,0	14,1	13,5	11,8	9,9	9,8
Filho	29,9	29,6	26,8	25,5	24,0	21,8	22,3	20,3	17,8	19,3
Outros	25,6	24,2	22,0	20,1	19,0	17,8	18,7	15,4	14,7	14,5
Sexo										
Homens	17,2	16,3	14,4	13,4	12,3	10,7	11,6	9,5	8,6	9,4
Mulheres	23,1	21,5	19,7	18,6	17,8	16,5	16,2	14,7	12,5	12,5
Faixa Etária										
10 a 15 Anos	50,7	50,5	46,8	48,9	42,8	52,3	49,8	51,3	44,7	55,0
16 a 24 Anos	33,1	32,6	29,8	29,0	27,6	24,7	25,8	23,4	21,3	22,1
25 a 39 Anos	16,0	14,6	13,5	12,7	12,4	10,8	11,8	9,8	8,7	9,3
40 a 49 Anos	14,0	12,2	11,0	9,9	8,8	8,3	8,3	6,9	6,0	6,1
50 a 59 Anos	12,3	11,4	9,6	8,6	7,9	6,8	7,1	6,6	5,1	4,7
60 Anos e Mais	8,7	7,6	5,8	6,2	5,8	*	5,2	*	*	*

Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED* (Elaboração própria)

Primeiramente convém ressaltar que a queda do desemprego foi generalizada. Em total, houve uma redução de 45% na taxa de desemprego total, na comparação do fim do período com o começo. Olhando para a posição no domicílio, notamos uma maior queda relativa da taxa de desemprego entre o chefe e o cônjuge (54 e 51%). A queda foi homogênea entre os sexos, caindo 45% para os homens e 46% para as mulheres. Isto nos leva a crer que não houve avanços significativos na incorporação do trabalho feminino durante o período, quando comparado com o sexo masculino. A taxa do desemprego feminino é 34% maior que a masculina no início do período, e permanece neste patamar no final do período (houve discreta redução da diferença, para 33%). No que concerne a evolução do desemprego de acordo com a faixa etária do indivíduo, podemos notar alguns pontos interessantes; i) ao contrário do movimento geral do período, houve um aumento do desemprego entre crianças (10 a 15 anos). Este fato, aliado à queda da taxa de participação desta camada da sociedade no mercado, evidencia a diminuição do uso do trabalho infantil,

e a maior relutância dos empregadores em utilizar esta mão de obra (se é que podemos nos referir à esta camada nesses termos). É extremamente importante para a população da RMSP que este avanço continue para que possamos vislumbrar a erradicação do trabalho infantil de uma vez por todas. Olhando para os jovens, notamos que, apesar de percentualmente ter manifestado uma queda inferior à média da população desempregada (33% x 45%), houve uma redução absoluta na taxa de desemprego do segmento da ordem de 11%, se situando ao final do período em um nível próximo de 20%,

3.5 – CONCLUSÃO

O mercado de trabalho da RMSP, dos anos 2003 à 2012, apresenta uma reestruturação bastante profunda. O aumento da PEA durante o período veio acompanhado de uma diminuição da taxa de desemprego, tendo o desemprego total alcançada a marca de 10,5% da PEA (2011), o menor valor dos últimos 20 anos. O desemprego fecha a séria aqui proposta em 10,9%, um valor 10 pontos percentuais abaixo daquele registrado em 2003. Ingressaram no mercado de trabalho da RMSP aproximadamente 1,1 milhões de pessoas, porém foram criadas aproximadamente 1,9 milhões de postos de trabalho, fazendo com que a taxa de desempregados praticamente caísse pela metade. A taxa de crescimento médio dos postos de trabalho foi o dobro daquela registrada pela PEA (2,4% e 1,2%, respectivamente). Encontramos outros sinais de reestruturação do mercado de trabalho. Um dos mais fortes é o forte aumento em termos absolutos do número empregados assalariados com carteira assinada (abertura de 1,9 milhões de postos de trabalho), aliado à uma leve retração nos postos de trabalho informais (fechamento de aproximadamente 150mil vagas). Isto resulta em um crescente avanço do emprego formal na composição dos empregos totais, que atinge a proporção de igualdade (50% formal e 50% informal) em 2005, e a partir daí se torna a modalidade de emprego mais prevalente na sociedade (chegando a 60% dos postos de trabalho em 2012). Isto quer dizer, em termos práticos, que além da boa capacidade de geração de postos de trabalho, o período também apresentou uma melhoria em termos do mix de trabalho, trocando trabalho não regulamentado, pior remunerado, por trabalho regulamentado, mais bem pago. O aumento dos rendimentos reais médios também mostra este momento favorável. Este incremento ocorreu de maneira relativamente estável

até 2009, tendo a partir dali disparado. Os motivos para essa mudança de velocidade de aumento nos ganhos reais dos trabalhadores precisam ser melhores estudados. Em termos setoriais, ainda que houve crescimento no número de ocupações industriais, em termos relativos o setor continuou perdendo. A maior expansão do número de postos de trabalho ocorreu no setor de serviços, com uma expansão de 32%, seguido pelo comércio (18%), seguido, por fim, pelo setor industrial (12%).

Em suma, o mercado de trabalho da RMSP apresentou um amadurecimento muito importante na última década. A criação de novos postos de trabalho foi de tal maneira que não só conseguiu absorver o incremento de trabalhadores no mercado resultante do aumento da População Economicamente Ativa, mas conseguiu também retirar cerca de 800 mil pessoas da condição de desempregado. Outra característica muito importante foi uma tendência crescente à formalização dos trabalhadores durante o período, evidenciado pela criação de aproximadamente 2 milhões de empregos formais. Por fim, houve atrelado a esse processo um ganho em termos de rendimento real médio do trabalho aliado a uma redução da desigualdade nesta sociedade.

Essa evolução do mercado de trabalho da RMSP, e do Brasil em geral, tem levado ao surgimento de uma pergunta: Será que o mercado de trabalho brasileiro alcançou o pleno emprego? Pelas análises apresentadas aqui podemos concluir que não. Primeiramente, podemos assinalar que, apesar da forte queda na taxa de desemprego registrado no período, a taxa de desemprego aberta medida pela PED em 2012 é de 8,7%, ou seja, ainda há aproximadamente um milhão de trabalhadores na RMSP na condição de desemprego aberto. Considerando ainda o desemprego oculto, esse número sobe para 1,2 milhões de desempregados em 2012, o equivalente a uma taxa de desemprego de 10,9%. Outro importante fator do mercado de trabalho aponta para a prematuridade do diagnóstico do pleno emprego: o trabalho informal. Apesar do avanço do trabalho formal, os postos de trabalho informal empregam ainda aproximadamente 40% de toda a força de trabalho da RMSP. Isto significa que existe, na RMSP, aproximadamente 4 milhões de trabalhadores atuando na informalidade. Esse indicador evidencia a heterogeneidade do mercado de trabalho, e em última instância, da estrutura produtiva nacional, marcada pela convivência de trabalho de alta produtividade à estruturas produtivas não plenamente desenvolvidas, de

baixa produtividade. Essa heterogeneidade demonstra a relativa imaturidade deste mercado, apontando que ainda há muito o que fazer em termos da incorporação desta parcela da força de trabalho ao mercado formal e organizado. O pleno emprego poderia sugerir também a ausência ou pequena prevalência do desemprego de longa duração. Isto também não reflete a realidade da RMSP. Olhando para o indicador, notamos que 30% dos desempregados se encontram nesta situação a mais de 6 meses, caracterizando o fenômeno do desemprego de longa duração. Isto significa que, do contingente de desempregados, aproximadamente 350mil indivíduos se encontram nessa situação. Por fim, analisando os rendimentos dos trabalhadores da RMSP no trabalho principal, notamos que 25% deles, 2,4 milhões de indivíduos, apresentam renda inferior ao salário mínimo. Metade da população trabalhadora na RMSP recebe no trabalho principal até 1,5 salários mínimos. Esse fator nos mostra que, apesar dos ganhos reais do salário mínimo nos últimos anos, a prevalência de trabalhadores recebendo o mínimo ou pouca acima é muito significativa.

Todos esses fatores tomados em conjunto nos permitem afirmar que na Região Metropolitana de São Paulo não se pode falar em pleno emprego. No próximo capítulo mostraremos a mudança do debate econômico em torno de uma possível tendência ao pleno emprego, ou da negação deste argumento. Esta temática toma importância no cenário do debate nacional, com importantes consequências em termos de recomendação de política pública. Como visto, a RMSP apresenta taxas de desemprego acima daquelas registradas em todo o Brasil, no entanto, suas características estruturais (alta informalidade, baixos rendimentos, desemprego de longo prazo) encontram equivalência no mercado de trabalho nacional.

CAPÍTULO 4

O DEBATE NA MÍDIA EM TORNO DO DESEMPREGO E DO PLENO EMPREGO – 2004 A 2012

O debate em torno do mercado de trabalho e do nível de emprego durante o período compreendido entre 2004 e 2012 reflete as mudanças no próprio mercado de trabalho assinaladas no capítulo anterior. O importante avanço em direção à reorganização do mercado de trabalho sentida durante o período se refletiu em uma mudança do debate econômico na mídia em torno dessa questão.

De fato, as mudanças na temática acompanham a evolução deste mercado. No período compreendido entre 2004 e 2009 este mercado, ainda que em processo de reorganização, é marcado por níveis de desemprego ainda elevados. Características de um mercado de trabalho heterogêneo, como altas taxas de informalidade e desemprego de longo prazo, balizaram o debate econômico nacional em torno das causas do desemprego. Nesse sentido, o debate acadêmico na mídia em torno deste mercado apresenta um paralelo com aquele do período anterior. Entretanto, a mudança da conjuntura econômica e da orientação das políticas de Estado transformam aos poucos a natureza do debate.

É principalmente a partir de 2010 que esta mudança é verificada. A queda da taxa de desemprego, anteriormente a motivação básica do debate e meta a ser perseguida, passa a partir de um determinado momento a ser vista com desconfiança por uma parcela de economistas. O debate em torno deste mercado se polariza a partir deste momento em uma discussão sobre a possibilidade de o Brasil estar vivendo uma situação de pleno emprego, e se sim, quais as implicações disto em termos tanto da evolução do mercado de trabalho, quanto para a economia brasileira como um todo. Veremos que a constatação da situação do pleno emprego por si só já é controversa, tanto em razão da pluralidade de sua definição,

quanto nas suas possíveis implicações para o mercado de trabalho e a economia como um todo.

O debate em torno do desemprego durante este segundo período foi marcado por uma mudança de foco, com crescente polarização em torno da questão do "pleno emprego". O debate em torno desse conceito evoca distintos significados e compromissos (Proni, 2012). Para uns, o pleno emprego ocorre quando todos os trabalhadores recebem salários de equilíbrio, e o desemprego residual é voluntário, ou seja, resultado da disposição objetiva de uma pequena parcela dos trabalhadores em não aceitar trabalhar com o salário oferecido no mercado. Para outros, ele ocorre quando o desemprego é explicado inteiramente pelo desemprego "friccional", que representaria aquela pequena parte dos trabalhadores que estão sem contrato de trabalho naquele momento e se encontram em período de transição entre uma ocupação e outra. Esse desemprego, por ser de curta duração, não é compatível com a incidência de desemprego de longo prazo. Há aqueles que dizem não ser desejável que o mercado opere com um nível de desemprego muito baixo, uma vez que isso provoca pressão salarial generalizada e aceleração inflacionária (Proni, 2012). Para esses, a manutenção do pleno emprego pressupõe a convivência com uma taxa natural de desemprego compatível com o equilíbrio de longo prazo. E há os que procuram enfatizar os efeitos sociais positivos das políticas destinadas a gerar empregos, vinculando o pleno emprego à qualidade das ocupações existentes. Há ainda o problema da adaptação do conceito de pleno emprego à países em desenvolvimento, dificuldade esta oriunda da heterogeneidade do mercado de trabalho, com a presença de uma significativa participação do mercado informal na composição das ocupações.

4.1 – ORTODOXOS

A mudança no comportamento do mercado de trabalho de 2004 a 2012 foi notável. Diante do contexto de queda do desemprego, sem mudanças significativas em termos da redução dos custos do trabalhador, a tendência é que o tema da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho saia do radar do debate econômico. Entretanto podemos notar que a temática ainda se encontra presente no discurso de vários

economistas. A emergência de outras questões, como o crescente grau de formalização da economia, e os salários reais ascendentes também são objeto de debate, como veremos a seguir. Notamos também a emergência de um tema não antes registrado no debate nacional, que é a possibilidade de o Brasil estar vivendo, ao final do período, uma situação de pleno emprego.

José Pastore, em entrevista a *O Estado de São Paulo* no dia 22 de maio de 2008 intitulado "Encargo trabalhista é a maior causa do desemprego de jovens", afirma que não só o desemprego entre jovens no Brasil é maior que o desemprego como um todo (o que é de se esperar), mas que essa diferença é maior que a de países europeus, como a Alemanha e a Espanha. Isso se justificaria pelo fato de esses países terem criado modalidades de tributação diferenciadas para essa categoria de trabalhadores, com aplicação de uma menor carga tributária para trabalhadores menos experientes. Em sua opinião, a resolução do desemprego entre jovens passa pela redução de encargos trabalhistas relacionados à contratação de trabalhadores desta categoria. Em relação ao Programa Primeiro Emprego, o economista afirma que "O Programa Primeiro Emprego era tão burocrático que não deu certo. Precisamos de algo mais simples". Nota-se que de uma maneira geral, o economista acredita que a redução de encargos trabalhistas é benéfico para o mercado de trabalho na medida em que barateia o trabalho, o que via mercado ativaria a maior contratação de trabalhadores. Como pressuposto mais geral, as leis trabalhistas seriam um impeditivo para o livre funcionamento dos mercados, resultando em um nível de desemprego acima daquele que se encontraria caso o mercado se ajustasse por conta própria.

Notamos que a temática dos encargos trabalhistas continua presente nos debates na mídia. A reportagem do Jornal *O Globo* do dia 10 de agosto de 2006 tem uma manchete bastante afirmativa: "Reforma abriria 3 milhões de vagas". A afirmação é resultado de um estudo do IPEA, coordenado pelo economista Paulo Tafner, com participação de Eduardo Amadeo, entre outros. De acordo com Tafner, "É preciso retomar as discussões que estavam paradas. Além da Reforma Trabalhista e de ajustes na CLT e na Constituição, o governo deve se conter no ímpeto de gastar. Com isso, é possível reduzir a carga tributária, os juros, e assim os empresários podem contratar mais. A informalidade, como consequência, cai". Como se pode aferir na afirmação acima, o diagnóstico do desemprego

no Brasil se deve preponderantemente a três fatores: i. O excessivo custo do trabalho, devido aos encargos sociais diretos, ii. A excessiva carga tributaria, provocado em ultima instancia pelo excesso de gastos governamentais, e iii. As altas taxas de juros, também provocadas em última instancia pelo excesso de gastos governamentais. O receituário em termos de políticas públicas seria então o combate às causas do desemprego e informalidade, sendo estas a flexibilização do mercado de trabalho e a contenção de gastos públicos. Para suportar essas afirmações, o estudo configuração das leis como está hoje não só é um impeditivo para a criação de novos postos de trabalho, como também empurra para a informalidade as leis trabalhistas não estariam alinhadas com a realidade de demandas por novas modalidades de trabalho, estimulando a informalidade. Ainda de acordo com o documento,

"As regras de funcionamento do mercado de trabalho não são compatíveis com a necessária promoção do aumento dos investimentos e da competitividade das empresas para gerar empregos em quantidade e qualidade adequadas e para reduzir o grau de informalidade existente. Há necessidade de ajustes institucionais que permitam às empresas disputarem em condições de igualdade o mercado internacional e que, ao mesmo tempo, garantam a adequada proteção do trabalhador".

(cf. RODRIGUES; BARBOSA; OLIVEIRA, 2006)

Outros autores propõem explicações bastante polemicas a respeito das causas do desemprego. José Marcio Camargo, economista da PUC do Rio, afirma na segunda reunião do Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) que as normas do sistema previdenciário e da assistência social incentivam o desemprego e a informalidade. Camargo, em entrevista ao *Valor Econômico* no dia 22 de março de 2007 com manchete "Previdência incentiva desemprego", afirma que o atual sistema previdenciário e de assistência social distorce o mercado de trabalho, incentivando a informalidade e o desemprego. No que concerne a o sistema previdenciário, o economista afirma que as aposentadorias não podem ter aumentos reais, fato que gera valores de benefícios maiores que os contribuídos, gerando sinais invertidos para os trabalhadores. Para embasar sua afirmativa, o autor apresenta duas estatísticas. Há um aumento no desemprego em domicílios que contam com a renda de um aposentado. Isso se daria devido a um aumento do salário de reserva dos jovens, cuja mão

de obra é semi-qualificada ou desqualificada. Há também, em domicílios que contam com renda crescente de um aposentado, um aumento da probabilidade de um jovem dependente não estudar nem trabalhar. Em suas palavras, "O valor real das aposentadorias dobrou nos anos 90, enquanto o salário real caiu 20%". O autor também criticou a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), pois ao garantir renda assistencialista para os idosos, acabaria com o incentivo ao trabalho formal. O autor afirma, portanto, que há uma opção racional dos jovens desqualificados por trabalhar no mercado informal, já que, quando idosos, serão beneficiários de programas de assistência social que lhes garantirão renda equivalente àquela dos aposentados, que contribuíram para o sistema previdenciário ao longo de sua vida. Seriam necessárias, portanto, para estimular o emprego, mudanças na legislação previdenciária e da Loas para que se reduzissem essas distorções no mercado de trabalho.

Em outro artigo, publicado em *O Globo* no dia 4 de outubro de 2009, Camargo afirma que o desemprego elevado seria resultado da assimetria de informações entre empregadores e trabalhadores jovens, e da excessiva benevolência do sistema previdenciário para os adultos (o que, novamente, aumentaria o salário de reserva dos trabalhadores, gerando por um lado pressões por salários mais elevados, e aumento do desemprego voluntário por outro). A recomendação em termos de política pública passaria então pela criação de incentivos para a contratação de jovens mudanças no FGTS. O economista propõe que a multa por demissão fosse escalada, sendo zero para jovens e aumentando com a idade do trabalhador. Se isso por um lado aumenta o estímulo para a contratação de jovens, por outro os torna mais vulneráveis em momentos de ajuste. Outra mudança necessária no FGTS, elencada por José Marcio Camargo no artigo veiculado em *O Globo* no dia 19 de setembro de 2012 intitulado "O nó da burocracia: CNI quer reduzir exigências e adaptação à tecnologia" é a mudança das regras do acesso ao FGTS. Para o economista, "A legislação atual não induz investimentos na qualificação e treinamento dos trabalhadores. Ao ser demitido o trabalhador recebe um prêmio (o FGTS mais a multa de 40%) e não há incentivos para que ele fique mais tempo nas empresas". No mesmo artigo Camargo propõe também a simplificação da legislação, o que facilitaria as contratações. Nota-se que o discurso do autor tem como pressuposto básico que as regulamentações são na realidade entraves para a livre operação do mercado de trabalho, o que gera, por um lado, ineficiências e distorções, e por outro desemprego. De uma maneira geral, o autor

recomenda políticas que minimizem a atuação do Estado na esfera privada, o que contribuiria para que o mercado voltasse ao equilíbrio, gerando maiores níveis de emprego e renda.

Notamos no debate acima um paralelismo com o debate apresentado no Capítulo 2. As questões mais presentes no debate econômico até 2008 são muito parecidas com aquelas apresentadas durante o período anterior (1990-2003), e estão tipicamente relacionadas a mercados de trabalho pouco estruturados.

Com a redução para um patamar mais baixo no nível do desemprego, registrado principalmente a partir de 2010, surge no debate econômico a hipótese de o Brasil estar vivenciando o pleno emprego. Para uma parcela dos economistas, existe a possibilidade que o mercado de trabalho esteja operando em pleno emprego e abaixo da taxa natural de desemprego, o que de acordo com esta corrente de pensamento traria consigo consequências inflacionárias importantes. Notaremos que o debate a partir deste momento passa a circundar questões inéditas no debate econômico nacional.

Hélio Zylberstajn, em entrevista ao jornal *Brasil Econômico* em 30 de abril de 2010, afirma que o "Brasil caminha para atingir o pleno emprego". Segundo o autor, a situação seria alcançada em breve, desde que a demanda continuasse aquecida e gerando um elevado número de postos de trabalho. A trajetória da taxa de desemprego, entretanto, era vista com preocupação por representantes da iniciativa privada, à medida que se manifestava um descompasso entre a oferta e a procura de trabalhadores qualificados, provocando um "leilão salarial". A reportagem aponta que essa escassez ultrapassava os limites setoriais, abrangendo a construção civil, o agronegócio, mineração, transportes, sistema financeiro, tecnologia da informação, entre outros. Para evitar esse padrão, seria necessário qualificar mais trabalhadores e garantir uma oferta adequada de mão de obra.

Ainda em 2010, a Confederação Nacional da Indústria informava que a falta de trabalhadores qualificados havia se tornado a principal preocupação dos empresários da construção civil e da indústria de transformação. Essa notícia, veiculada no dia 6 de maio pelo jornal *Valor Econômico*, apresentava ainda um diagnóstico preocupante do economista José Marcio Camargo. Segundo o mesmo, o desemprego no Brasil havia atingido um nível

que causa a aceleração da taxa de inflação. Para o economista, uma taxa de desocupação abaixo de 7,5% tende a provocar pressões inflacionárias, uma vez que os salários passam a crescer acima da produtividade.

Argumento semelhante aparece dois anos depois. Ilan Goldfajn, em entrevista ao *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* no dia 21 de março de 2012 intitulada "Itaú: produtividade e custo de demissão reduzem desemprego", afirma que há duas hipóteses que poderiam explicar a queda da taxa de desemprego em um ambiente de desaceleração econômica. A primeira hipótese apontada pelo economista é que o desemprego continuou a cair devido à baixa produtividade do trabalhador brasileiro. O autor afirma que o crescimento econômico dos últimos anos não foi acompanhado por ganhos de produtividade. Ele embasa esta afirmação ressaltando que a ausência de mão de obra qualificada no mercado levou a contratação de trabalhadores menos capacitados, resultando ultimamente em um menor produto/trabalhador empregado. A massa salarial crescente, atrelado a uma queda da produtividade da economia resultaria, portanto, em um processo inflacionário. Em suas palavras, "Se estamos produzindo menos com mais gente, então a produtividade caiu. E, nessa situação, a inflação aumenta". Portanto, se esta hipótese estiver correta, e se a economia voltar a crescer poderíamos esperar um aumento da inflação. Só com o aumento da produtividade via qualificação da mão de obra poderíamos esperar crescimento sem inflação. Essa primeira explicação propõe claramente que, para um nível dado de produtividade, há um *trade-off* no longo prazo entre inflação e desemprego, no modelo da clássica Curva de Phillips. A segunda hipótese citada pelo autor que explicaria o fenômeno da sustentada queda da taxa de desemprego em um ambiente de desaceleração econômica é que os empresários estariam esperando uma retomada do crescimento econômico no curto prazo, e, portanto, realizando uma espécie de "poupança de trabalhadores". Esta "poupança" se justificaria pelos altos custos envolvidos na demissão e contratação de trabalhadores, ajuste de curto prazo que a legislação trabalhista brasileira visa diminuir. De acordo com o autor, "As empresas brasileiras aprenderam que demitir e contratar um funcionário três meses depois é prejuízo. Então, tem evitado demitir na expectativa de que o País volte a crescer". Para embasar seus argumentos, o autor cita que as horas pagas aos trabalhadores da indústria estão em queda, o que comprovaria a ociosidade temporária dos trabalhadores. Nesta análise o autor passa a ideia que a baixa

taxa de desemprego não se traduziria exatamente em condições favoráveis aos trabalhadores no mercado de trabalho. A taxa estaria baixa, porém a dificuldade de um desempregado encontrar emprego estaria alta, devido à diminuição no fluxo / rotatividade do mercado de trabalho. Se isso for verdade, esperaríamos encontrar a diminuição da rotatividade no mercado de trabalho, aliado a um aumento do indicador de tempo médio que um trabalhador está desempregado.

Em 2012 a preocupação com o pleno emprego continua a aparecer no discurso de muitos analistas. José Pastore, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 19 de abril afirma que o mercado de trabalho estava "apertado, mas que havia grandes chances de a economia como um todo crescer no segundo semestre, o que permitiria "fechar o ano com pleno emprego", com a taxa anual de desemprego situada entre 5,5 e 6% da PEA. Para o economista, todos os trabalhadores dispostos a aceitar o salário de mercado poderia estar empregado. De acordo com o autor, havia um obstáculo a ser superado, a baixa geração de empregos na indústria. Pastore afirma que essa baixa geração de postos de trabalho na indústria é explicado pelo crescimento do custo do trabalho ter sido maior que os ganhos de produtividade. O autor afirma que, apesar da possibilidade do pleno emprego estar próximo, seria necessário realizar uma reforma trabalhista pautada na redução dos encargos sociais, com subsequente diminuição do custo do trabalho no Brasil, sendo esta reforma condição essencial para se alcançar e manter o pleno emprego.

Por fim, notamos claramente no discurso de alguns acadêmicos uma preocupação clara entre o pleno emprego e a aceleração inflacionária. Celso Ming, em artigo no *Jornal O Estado de São Paulo* no dia 30 de abril de 2013 intitulado "Inflação e pleno emprego" demonstra a sua preocupação em relação às pressões inflacionárias provocadas pelo excessivo aquecimento do mercado de trabalho. Ao tocar a relação entre pleno emprego e inflação, o autor evidencia a opinião do ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, de que seria necessário segurar a oferta de emprego para conter a inflação. Ming cita outros economistas que compartilham da mesma opinião. Em seu artigo cita Yoshiaki Nakano, professor da Fundação Getúlio Vargas, atribuindo a esse o aviso que o atual nível de inflação somente recuará se o governo aplicar à economia boa dose de desemprego. Ming ressalta ainda que a capacidade de corrosão salarial da inflação esta

sendo mitigado pelos aumentos salariais acima da inflação e da produtividade, fator que estaria contribuindo decisivamente para a alta dos custos do setor produtivo e para o aumento da demanda por bens e serviços além da capacidade de oferta da economia.

Dentro da mesma temática, Jose Marcio Camargo, em entrevista ao Jornal *Estadão* do dia 24 de março de 2013 intitulado "Emprego em alta pressiona inflação no Brasil", afirma que a atual situação do emprego é "altamente inflacionária" porque leva a um crescimento de 8% a 10% dos salários ao ano, acima da inflação. Camargo afirma: "Sem aumentar a taxa de desemprego, será difícil manter a inflação sob controle num prazo mais longo – a inflação vai se acelerar lentamente". Em sua análise, iniciativas de curto prazo como desonerações tributárias e outras medidas para controlar preços, como a defasagem nos reajustes dos combustíveis e de luz escondem a real taxa inflacionária, que estaria posicionada por volta de 7,4%, acima do teto da meta (6,5%). Para amenizar a pressão inflacionária, o autor diz ser necessário provocar "um moderado aumento do desemprego" através de uma alta de 3 a 3,5 pontos percentuais na Selic. De uma maneira mais geral, Camargo atribui a combinação entre baixo crescimento e inflação à "problemas de oferta", ou seja, problemas decorrentes da limitação de disponibilidade de trabalhadores (desempregados) no mercado de trabalho. Isso seria causado por questões demográficas, especificamente de um crescimento do mercado de trabalho em número inferior ao de vagas criadas.

O foco no pleno emprego, ou na iminência do pleno emprego no mercado de trabalho brasileiro representa uma mudança de paradigmas no discurso dos autores acima. A preocupação, como vimos, passa a circundar a questão inflacionária. De acordo com esses autores, as pressões salariais, aliada à política pública de aumentos reais no salário mínimo, estariam resultando em ganhos do trabalho acima dos ganhos de produtividade. Essa ocorrência resultaria em problemas de competitividade do setor produtivo nacional, que estaria vivendo um aumento de custos produtivos, encolhimento das margens de lucro, com conseqüente redução do potencial de investimento. O gargalo produtivo seria somente resolvido via melhor qualificação dos trabalhadores, custos que presumivelmente recairiam sobre o Estado, ou ainda via políticas monetárias contractionistas com o objetivo de refrear o crescimento econômico provocando um ajuste no mercado de trabalho. Outra iniciativa

apontada como política para eliminação deste gargalo seria a redução dos encargos sociais do trabalho, diminuindo o custo do trabalho e aumentando a produtividade das empresas. Essas reformas seriam importantes para a superação dos entraves para o crescimento econômico, com impacto importante no setor industrial.

4.2 – NÃO-ORTODOXOS

O debate em torno do desemprego, com o visto na seção anterior, possui duas periodizações básicas. Na primeira fase, de 2003 à 2009, esse debate se perpetua em relação às causas do elevado nível de desemprego, com consequências importantes em termos de recomendação de políticas públicas. Nessa primeira fase, podemos destacar uma visão não ortodoxa, expressa pelo economista Marcio Pochmann.

Marcio Pochmann, em entrevista à *Gazeta do Povo* no dia 5 de junho de 2005 intitulada "Crescer para gerar mais emprego", faz uma breve análise do problema do desemprego no Brasil, com ênfase no desemprego juvenil. O economista afirma que o crescimento médio da economia brasileira, de 1991 a 2004, ficou em torno de 2,2%, o que em sua opinião não é uma taxa de crescimento capaz de absorver os aumentos da PEA. De acordo com sua análise, para absorver os 2 milhões de pessoas que ingressam no mercado de trabalho todos os anos, seria necessário um crescimento da economia brasileira em torno de 5%a.a.. A discrepância entre as duas taxas apresentadas levou a um aumento do desemprego, desemprego que se concentrou nos novos entrantes, aqueles indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. A razão apresentada para a maior incidência do desemprego juvenil se atribui ao fato que "o desemprego se tornou algo que atinge todos os segmentos sociais e isso faz com que muitos chefes de família e mão de obra adulta procurem aqueles postos de trabalho que tradicionalmente eram de primeiro emprego". Pochmann afirma que o aumento do desemprego juvenil tem implicações bastante distintas para indivíduos de diferentes camadas sociais. Para os jovens ricos ou de classe média, esse fenômeno se traduz em uma opção (deliberada ou não) por maior qualificação e prolongamento do período de inatividade, adiando sua entrada para o mercado de trabalho. Outra opção seria ainda a emigração com o intuito de encontrar trabalho em terras estrangeiras. Para os jovens pobres, a dificuldade de entrar no mercado de trabalho é impeditiva para a sua maior qualificação, engrossando as fileiras do desemprego, sem ainda a possibilidade de incorrer

em investimentos em sua capacidade de trabalho. O economista afirma ainda que o desemprego juvenil nesta faixa social "é quase uma guerra civil", e que "em torno de 40% dos homicídios no Brasil foram cometidos por jovens com menos de 25 anos de idade". Por fim, Pochmann critica o Programa Primeiro Emprego afirmando que "é um programa que peca no diagnóstico". Em sua visão, o problema do desemprego juvenil não é devido aos custos envolvidos na contratação destes indivíduos, ou ainda devido à ausência de diferenciais de custo de contratação, em relação a um trabalhador com experiência, mas sim devido ao fato que a economia não está se expandindo. Critica também a meta do programa (criação de 250mil empregos) dizendo que, ainda que fosse alcançada, não abarcaria nem 5% do universo de jovens desempregados.

A análise acima evidencia que o debate pré-2008 ainda gira em torno da mesma temática que regeu o debate durante os anos 90. Entretanto, a partir de 2008, ressurgiu no debate econômico o conceito da Nairu, a suposta taxa de desemprego não inflacionária, e da existência ou não do pleno emprego no Brasil. Essa mudança, reflexo da queda da taxa de desemprego abaixo da suposta Nairu gera uma mudança no debate, em torno da existência da taxa, e da utilidade dela em termos de recomendações de política pública. O conceito é duramente criticado por uma série de economistas, seja pela própria existência da taxa, ou ainda, sua imensa variabilidade e dificuldade de estimação.

Marcio Pochmann, em entrevista ao *Valor Econômico* no dia 15 de Abril de 2008 intitulado "Falta mão de obra qualificada, diz Pochmann", afirma que o aquecimento do mercado de trabalho está restrito ao segmento de mão de obra qualificada, e por isso não irá pressionar a inflação. O autor refuta o conceito da "taxa natural de desemprego" afirmando que "o conceito se esvaziou na década de 90 quando o desemprego nos Estados Unidos caiu abaixo da suposta taxa natural e a inflação não se acelerou". Pochmann ressalta que a aplicação desta teoria no Brasil é ainda mais problemática devido à baixa organização do mercado de trabalho brasileiro, que tem como característica, entre os ocupados, um assalariado para um não assalariado. O economista ressalta que trabalhadores que fazem "bicos" são considerados ocupados, e que se fossem contabilizados como desempregados a cifra brasileira de desempregados seria tão alta que não haveria qualquer sentido em rotulá-la como "natural". Afirma ainda, que, no curto prazo, a economia brasileira tem conseguido

suprir a demanda qualificando os trabalhadores, e que os reajustes salariais são na realidade frutos do período de fortes investimentos vivenciado pela economia nos últimos anos, que geraram uma demanda genuína por trabalho qualificado, com aumentos salariais que acompanharam o aumento da produtividade. No longo prazo, entando, afirma ser fundamental a criação de "um sistema público de empregos, que, entre outras coisas, cuide da qualificação dos profissionais".

Outro economista brasileiro compartilha esse ceticismo em relação à suposta taxa de desemprego natural. Delfim Netto, em reportagem à *Folha de São Paulo* no dia 11 de junho de 2008 intitulada "A Nairu do Brasil", põe em xeque os conceitos de "produto potencial" e da "ressurreta Nairu". No caso específico da Nairu, Delfim ressalta que as estimativas de Nairu são resultado de modelos com grande variância, qualificando essas análises como "tortura econométrica". Afirma ainda, que essa estimativa é feita com objetivo que um dia os dados "confessarão a sua existência". Ele se remete a estimativa do economista do Banco Central, o sr. Tito Nicias da Silva Filho, que apontou que a Nairu brasileira estaria entre 7,4 e 8,8%. Delfim afirma que essa estimativa é um combinado de varias regressões econométricas, regressões estas que apresentam grandes intervalos de confiança, e que seriam, portanto, inúteis para a política monetária. Para provar seu ponto, o autor faz alusão ao caso americano nos anos 90, ocasião em que o desemprego americano caiu abaixo da suposta Nairu, sem que isso acarretasse pressões inflacionárias, ou qualquer reação por parte do FED.

A progressiva expansão da oferta de vagas no mercado de trabalho e redução da taxa de desemprego trouxe à tona ainda a temática do pleno emprego. Como visto anteriormente, havia uma tese generalizada que a economia brasileira vivia o pleno emprego, taxa que estaria abaixo da suposta "Nairu brasileira". A tese do "risco de apagão de mão de obra" foi contestada por Anselmo dos Santos e José Dari Krein, em entrevista à revista *Carta Capital*, em agosto de 2011. Para eles o mercado de trabalho brasileiro não caracterizava ainda uma situação de pleno emprego. Isso se justifica pelo fato que o desemprego metropolitano se registrava ainda acima dos 6%, com regiões e segmentos sociais apresentando taxas bem superiores a esse patamar. Ressaltam ainda, que quando considerado o desemprego total (aberto mais oculto), a cifra se encontra acima de 10%.

Entretanto, se a taxa de crescimento registrasse uma média de 4% pelos próximos 3 anos, o Brasil poderia alcançar uma "situação típica de pleno emprego de uma economia em desenvolvimento com renda per capita intermediária". Essa situação teria como características uma taxa de desemprego relativamente baixa, e, no entanto, persistiria uma parcela dos trabalhadores atuando em trabalhos informais e precários.

A evolução da taxa de desemprego nos anos subsequentes (2010-2012) revelou uma queda ainda maior da taxa de desemprego, atingindo o desemprego aberto na RMSM a cifra histórica de 5,5%, em janeiro de 2012. Sergio Mendonça, em artigo publicado no *Estadão* no dia 4 de março de 2012, intitulado "Analistas rebatem tese de pleno emprego", reitera a afirmação do título dizendo que "Não dá nem de longe para chamar de pleno emprego". O economista do Dieese afirma que o indicador de desemprego do IBGE, que fechou a 5,5% em janeiro de 2012, não reflete a realidade do mercado, por não levar em consideração o desemprego oculto. Para Mendonça, as condições do mercado de trabalho no País estão longe do ideal, pois apresenta características como alto nível de informalidade, baixos salários e empregos precários. Roberto Messenberg, coordenador do Grupo de Análise e Previsões do Dieese, afirma ainda que a taxa de desemprego do IBGE causa distorções, na medida em que ela não computa situações de trabalho precário e de desemprego oculto pelo desalento, o que o leva a concluir que "É possível aumentar muito o emprego no País mantendo uma mesma taxa de desemprego de 6%". Quanto à afirmação que o Brasil estaria se aproximando ou vivendo uma situação de Pleno Emprego, Messenberg ressalta que devido à heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, é difícil fixar uma taxa de desemprego equivalente ao pleno emprego.

Já no final de 2010, Anselmo dos Santos, em artigo na *Rede Brasil Atual* no dia 21 de dezembro intitulado "Entre jovens e em cidades médias, país está longe do pleno emprego", afirma que o nível de emprego no Brasil aproxima-se do pleno emprego apenas em algumas metrópoles do sudeste e sul, permanecendo longe deste nível em alguns segmentos sociais e em cidades médias. De acordo com o autor, conceitualmente o pleno emprego seria uma situação em que a taxa de desocupação estivesse entre 3,5 e 4%, nível correspondente ao desemprego friccional. Afirma que a taxa média de desemprego para o conjunto das metrópoles pesquisadas pela PME, na época estimada em 5,7%, indica uma

aproximação ao pleno emprego. Ressalta ainda que mais importante que a taxa em si é o desempenho do mercado de trabalho, uma vez que o desemprego vinha registrando quedas constantes desde 2003 (exceto curto período pós-crise em 2009). No entanto, para embasar a afirmação da ausência de pleno emprego, o autor destaca a alta taxa de desocupação dos jovens (em torno de 20%), evidenciando a dificuldade de boa parte da população em encontrar emprego. Por fim, o autor afirma que embora existam algumas cidades do sul e sudeste se aproximando do pleno emprego, em muitas capitais e cidades médias do nordeste ainda eram registradas altas taxas de desocupação, atribuindo parcialmente esse fato à ausência de indústrias na região.

Para o IPEA, o Brasil ainda não vive cenário de pleno emprego. A matéria, do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* de 17 de fevereiro de 2012, faz referência ao relatório “Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil”, em que o IPEA constata que apesar do aumento do número de vagas de carteira assinada e do rendimento real do trabalho, os brasileiros ainda estão longe de alcançar a situação de pleno emprego. O relatório se baseia na constatação que o mercado de trabalho no Brasil é ainda muito heterogêneo, e “marcado por expressiva informalidade e por postos de trabalho considerados precários, com baixos rendimentos”. Segundo a reportagem, o estudo do IPEA evidencia o fato que há um elevado número de pessoas que alterna momentos de inserção no mercado (muitas vezes em situação precária, irregular ou instável) com momentos de inatividade, evidenciando que ainda existe um grande contingente da PEA com sua capacidade de trabalho subutilizada. De acordo com a técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA, Maria Andreia Lameira, “O pleno emprego é uma situação onde todos teriam uma colocação no mercado de trabalho e com remuneração que o empregado considere justa pelo seu trabalho. Não é pleno emprego o que temos hoje no Brasil: mercado informal grande, pessoas com subocupação e rendimentos médios baixos que não condizem com uma situação de pleno emprego”. O alto nível de informalidade pode ser evidenciado pela grande prevalência do trabalho doméstico, que de acordo com a PME, apesar de estar em queda, registrou 7% das ocupações nas regiões metropolitanas. Para o Coordenador do Grupo de Análise e Previsões do IPEA, Roberto Messenberg, “O pleno emprego é uma construção social. O mercado de trabalho é resultado do desempenho da macroeconomia. O governo pode cooptar o setor privado a investir e romper pontos de

estrangulamento na economia, na infraestrutura, transporte e energia, alavancando a produtividade do sistema e de um desenvolvimento econômico sustentável”.

A divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2010 evidenciou novas informações a respeito do mercado de trabalho. A reportagem do jornal *O Globo* do dia 4 de agosto de 2012 anuncia em sua manchete que o "Último Censo indica que 20% das cidades atingiram o pleno emprego". De acordo com a matéria, 20% dos municípios brasileiros registravam taxa de desocupação abaixo de 3,5%, caracterizando a situação de "pleno emprego". O fenômeno foi registrado com maior frequência em cidades do sul do País, e com menor frequência na região nordestes. Para o economista João Saboia, apesar da taxa de desocupação não ser o melhor indicador da existência ou não do pleno emprego, ele não tem dúvidas que o pleno emprego é a realidade de um número considerável de cidades do País. Saboia, no entanto, atenta para o fato que uma taxa de desocupação pequena está muitas vezes relacionada a um fraco dinamismo econômico, o que obriga pessoas desempregadas a migrar para outras cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nessa circunstância, uma baixa taxa de desemprego pode significar o contrário da ideia de pleno emprego.

A ideia que o Brasil já está próximo do pleno emprego é em geral refutada pelos economistas acima mencionados. Para a compreensão desta negação, é necessário revisar alguns argumentos apresentados nesta seção.

Primeiramente convém ressaltar a complexidade da discussão do pleno emprego em um mercado de trabalho marcado por uma estrutura heterogênea. A prevalência de alta informalidade dos postos de trabalho no Brasil aliada à condições de inserção precária no mercado de trabalho tornam a constatação do pleno emprego problemática. Uma parcela importante da população economicamente ativa está sujeita a uma alta rotatividade entre a ocupação formal e o trabalho precário. Em momentos de aumento da oferta de postos de trabalho, esse contingente populacional assume ocupações assalariadas, e em momentos de mudanças conjunturais da oferta de trabalho, engajam em ocupações caracterizadas por condições precárias. Este fato demonstra primeiramente a presença de um excedente de mão de obra sujeita às oscilações econômicas conjunturais. Demonstra também a

insuficiência descritiva da taxa de desemprego aberto, na medida em que a condição desta parcela da população não é captada pela taxa de desemprego aberto.

As análises em torno da possibilidade do pleno emprego são pautadas na taxa de desemprego aberto. Sua insuficiência descritiva em um mercado de trabalho heterogêneo deriva do fato de ela não captar situações intermediárias entre a ocupação e a inatividade. Essa insuficiência é apontada como outro fator que impossibilita o diagnóstico do pleno emprego no Brasil. A construção de uma pesquisa de emprego de âmbito nacional que levasse em conta o desemprego oculto seria uma condição essencial para a realização do diagnóstico a nível nacional. A PED leva em conta essas situações limítrofes do mercado de trabalho, no entanto está disponível somente para algumas regiões metropolitanas do País. Analisando essas pesquisas evidencia-se uma taxa de desemprego metropolitana total acima dos 10%, evidenciando a prematuridade do diagnóstico em nível metropolitano. Há de se ressaltar, contudo, que historicamente o problema do desemprego é mais agudo nessas regiões, o que poderia indicar a possibilidade do pleno emprego em algumas localidades do território nacional.

Outros fatores são apontados como indicativos que o pleno emprego no Brasil ainda está longe de ser alcançado. Um deles é a baixa remuneração do trabalho em geral, evidenciando que em níveis absolutos a remuneração do trabalho não corresponde àquela esperada em uma situação de pleno emprego. Podemos ressaltar ainda a prevalência do desemprego de longa duração. Como visto para a RMSP, cerca de 40% dos desempregados estão nesta situação a mais de 6 meses. O desemprego de longa duração não é compatível com uma situação de pleno emprego, na medida em que existe uma parcela da população incapaz de transitar da situação de desempregado para empregado.

CONCLUSÃO

Durante essa monografia pudemos evidenciar o recrudescimento do problema do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo durante os anos 90 até 2003, e uma clara reversão desta tendência no período entre 2004 e 2012. O forte aumento registrado nas taxas de desemprego aberto e oculto no primeiro período é a manifestação mais evidente de um quadro de desestruturação do mercado de trabalho, que inclui também o avanço da informalidade, uma queda geral dos rendimentos do trabalho e o aumento da prevalência do desemprego de longo prazo. No segundo período, a análise dos dados da PED mostra uma reversão deste fenômeno, registrando uma redução do desemprego, um avanço dos postos de trabalho formais, um aumento dos rendimentos do trabalho e a diminuição da ocorrência do desemprego de longo prazo.

Diante deste cenário procuramos inicialmente mapear o debate econômico em torno da acentuação do problema do desemprego. Neste sentido pudemos notar uma polarização no debate econômico em torno das causas deste fenômeno, em duas grandes correntes. A primeira corrente de economista apresenta uma abordagem predominantemente microeconômica. Esses autores atribuem à rigidez do mercado uma parcela significativa da culpa da ocorrência do desemprego, na medida em que ela não permite que o ajuste entre a oferta e demanda de trabalho ocorra via preços. De acordo com essa corrente, os altos custos do trabalho não são compatíveis com o novo arranjo produtivo nacional. O combate ao desemprego exigira medidas a favor da flexibilização das leis trabalhistas e da redução dos direitos dos trabalhadores.

Uma segunda corrente de economistas apresenta um ponto de vista distinto. Esses economistas atribuem o incremento do desemprego ao desempenho pífio da economia brasileira durante esse período. A taxa média de expansão do PIB não teria sido suficiente para que houvesse a geração de postos de trabalho em consonância com o incremento da

PEA. Essa falta de crescimento está relacionada à orientação da política econômica da época, uma política neoliberal que priorizou a estabilização monetária. As altas taxas de juros, aliadas a uma sobrevalorização da moeda nacional, foram bem sucedidas no objetivo da estabilização, mas tiveram impactos negativos na estrutura produtiva nacional, condicionando o péssimo desempenho econômico. O desemprego, para estes, não seria decorrente da suposta rigidez do mercado de trabalho e sim de políticas econômicas austeras, que contribuíram para o baixo dinamismo da economia.

A análise empírica dos dados da PED-RMSP indica que a segunda corrente tinha um diagnóstico mais preciso acerca das causas do desemprego. A reversão do ciclo econômico, a partir de 2004, aliada a uma mudança na orientação das políticas econômicas prevalentes no período anterior, condicionaram uma expansão sem precedentes da oferta de postos de trabalho. Esta ocorrência fica nítida quando olhamos para os dados do mercado de trabalho da RMSP. A reestruturação do mercado de trabalho, sendo sua manifestação mais explícita a redução do desemprego, não foi decorrente de mudanças na legislação trabalhista; pelo contrário, esteve associada à manutenção da estrutura básica de proteção ao trabalhador.

A diminuição da taxa de desemprego entre 2004 e 2012 foi notável. A taxa de desemprego aberto registrado pela PED cai de um patamar de 14% para um de 9% nos anos de 2010-12, evidenciando uma geração de postos de trabalho acima da expansão da PEA. Este fato está inserido em um contexto maior de reestruturação do mercado de trabalho. Na PED-RMSP, o avanço foi observável sob diversos pontos de vista. Talvez o mais impressionante tenha sido a retomada do emprego formal, tendo sido registrado no período a geração líquida de aproximadamente 2 milhões de postos de trabalho. O emprego formal se torna mais prevalente na RMSP no ano de 2005 e em 2012 já responde por 60% dos postos de trabalho. A melhora geral do mercado de trabalho é evidenciada também por outros indicadores: i) a taxa de desemprego oculto cai 5 pontos percentuais; ii) a duração média do tempo desempregado cai pela metade; iii) o desemprego de longa duração, que atingia metade dos desempregados, passa a atingir menos de um terço deles (uma redução em números absolutos de quase 60%); iv) há um aumento real do rendimento dos trabalhadores de 14%, sendo que no quartil inferior da renda, o aumento real passou de

70%; e v) há uma diminuição das desigualdades na distribuição da massa de rendimentos do trabalho.

Não é de se espantar que esse movimento tenha modificado a natureza do debate na mídia em torno da questão do emprego. O enfoque do debate, enquanto as mudanças registradas no mercado de trabalho ainda estavam em curso, circundavam as questões relativas ao alto nível de desemprego registrado no Brasil. No entanto, a partir de 2009, a taxa de desemprego passa a se situar em níveis historicamente baixos, tendo em 2011, alcançado a menor cifra em vinte anos. Este evento suscita uma mudança na natureza do debate econômico, dando origem a uma discussão em torno da possibilidade de o Brasil estar vivenciando uma situação de Pleno Emprego, ou se encaminhando para tal.

O debate em torno desta possibilidade é bastante controverso. Uma das razões para isso é que existe uma disputa teórica e política em torno da definição do Pleno Emprego. O uso dessa expressão passa a evocar distintos significados e compromissos. Para os autores ortodoxos, o mercado de trabalho no Brasil se encontra na condição de pleno emprego. Além disso, muitos sugerem que o nível de emprego no Brasil está hoje abaixo da taxa natural de desemprego. Para estes, o uso do termo pleno emprego está associada ao conceito da "taxa natural de desemprego". Foi ressaltado que se a economia operasse com uma taxa de desemprego excessivamente baixa, abaixo da taxa compatível com o equilíbrio no longo prazo, isso provocaria pressões salariais generalizadas e aceleração inflacionária. O recomendado seria considerar o pleno emprego em linha com uma taxa de desemprego que não provocasse aceleração inflacionária. Neste sentido, a taxa natural de desemprego estaria acima do nível de desemprego registrado nos últimos anos, e, portanto, teria um efeito inflacionário. Para ajustar a taxa de desemprego atual para seu nível natural, uma boa dose de austeridade monetária e fiscal é indicada, política que levaria ao enxugamento do crédito, uma freada na economia e o aumento do desemprego.

O pleno emprego, para os autores heterodoxos, tem um significado bastante distinto. De uma maneira geral, essa corrente se posiciona contrariamente à afirmação que o mercado de trabalho brasileiro atingiu o pleno emprego. De acordo com essa corrente, o pleno emprego seria constatado pela ausência de desemprego involuntário, ou ainda, que todo o desemprego fosse "friccional". Além disso, seria de se esperar que não houvesse

desemprego de longa duração nesse mercado. Para outros, a própria aplicação do conceito de pleno emprego em um mercado de trabalho subdesenvolvido é bastante controverso, já que este é marcado pela heterogeneidade, a convivência em um mesmo ambiente econômico de atividades de alta produtividade com atividades de baixa produtividade. O trabalho precário também é um importante sinal que depõe contra a tese do pleno emprego, na medida em que evidencia uma parcela da força de trabalho está subutilizada. Por todos esses motivos, a tese do pleno emprego é rejeitada por esses economistas.

A análise empírica dos dados da PED-RMSP permite afirmar que o diagnóstico do pleno emprego é no mínimo prematuro, senão equivocado. A tese do pleno emprego pode ser rejeitada sob qualquer definição apresentada acima. Apesar dos avanços do mercado de trabalho registrados na última década, a taxa de desemprego aberta registrada em 2012 é de 8,7%, bem acima de qualquer estimativa de uma taxa correspondente ao pleno emprego. Quando considerado o desemprego total, essa taxa sobe para 10,9%, definitivamente rejeitando qualquer diagnóstico de pleno emprego para a RMSP. Além disso, as ocupações informais e o desemprego de longa duração estão longe de serem erradicados, evidenciando que não houve ainda a superação da estrutura heterogênea do mercado de trabalho metropolitano. É importante, na nossa visão, que os esforços no sentido da constituição de um mercado de trabalho mais homogêneo continuem. Pelo que pudemos constatar, ainda há espaço significativo para melhorias do quadro do emprego na região metropolitana através da maior redução da taxa de desemprego e, principalmente, para a melhoria da qualidade dos postos de trabalho ofertados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, R. Combate ao desemprego. *O Globo*, 4 out. 2009.
- AMORIM, D. Analistas rebatem tese de pleno emprego. *O Estado de São Paulo*, 4 mar. 2012.
- ANDRADE, R. As causas do desemprego. *O Estado de São Paulo*, 16 nov. 1998.
- ASSIS, F. C. de. Emprego vai reagir a medidas do governo no 2º semestre, diz Pastore. *O Estado de São Paulo*, 19 abr. 2012.
- COM otimismo, uma fase de pleno emprego. *Brasil Econômico*, Editorial, 30 abr. 2010.
- DANTAS, F. Emprego em alta pressiona inflação no Brasil. *O Estado de São Paulo*, 24 mar. 2013.
- DEDECCA, C. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 4, p. 46-57, 2006.
- DELFIM NETTO, A. A Nairu do Brasil, *Folha de São Paulo*, 11 jun. 2008.
- _____. Desemprego. *Folha de São Paulo*, 14 jul. 1999.
- DANIEL, P. O Brasil perto do pleno emprego. *Carta Capital*, 30 ago. 2011.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Departamento Inter-Sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, 2001.
- FALTA mão de obra qualificada, diz Pochmann. *Valor Econômico*, 15 abr. 2008.
- FORMALIZAÇÃO maior divide os especialistas. *O Globo*, 5 dez. 2001.
- GALVÃO, A. Previdência incentiva desemprego. *Valor Econômico*, 22 mar 2007.
- HOFFMAN, M. B. P.; MENDONÇA S. E. A. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 21-42, 2003.
- HORITA, N. Pressão por gasto tende a crescer, diz economista. *O Estado de São Paulo*, 6 mar. 1998.
- IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Paulo Tafner (ed.). Brasília: Ipea, 2006.
- IPEA: Brasil ainda não vive cenário de pleno emprego. *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, 17 fev. 2012.
- ITAÚ: produtividade e custo de demissão reduzem desemprego. *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, 21 mar. 2012.
- LACERDA, A. P. Encargo trabalhista é a maior causa do desemprego de jovens. *O Estado de São Paulo*, 22 maio 2008.
- MARCHESINI, L.; RESENDE, T. Cresce preocupação com falta de mão de obra qualificada. *Valor Econômico*, 6 maio 2010.
- MASSAD, A. Entre jovens e em cidades médias, País está longe do pleno emprego, diz economista. *Rede Brasil Atual*, 20 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2010/12/entre-jovens-e-em-cidades-medias-pais-esta-longo-do-pleno-emprego-diz-economista>

MATTOSO, J.; BALTAR, P. E. A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 13-40, 1997.

MING, C. Inflação e pleno emprego. *O Estado de São Paulo*, 30 abr. 2013.

MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. M. C. Desemprego: novos aspectos de um velho problema. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.1, p.36-45, jan.-mar. 1996.

MUGNATTO, C. S. E. Desemprego (entrevista com E. Amadeo). *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1998.

PASTORE, J. O futuro do emprego. *O Jornal da Tarde*, 20 dez. 1995.

_____. A questão da informalidade. *Revista Indústria Capixaba*, FINDES, Vitória, abr. 2000.

PAUL, G.; DOCA, G. O nó da burocracia: CNI quer reduzir exigências e adaptação à tecnologia. *O Globo*, 19 set. 2010.

POCHMANN, M. Cinco teses fora de lugar. *Folha de São Paulo*, 16 nov. 1997.

_____. Crescer para gerar mais emprego. *Gazeta do Povo*, 5 jun. 2005.

_____. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: LTr, 2013. (Debates Contemporâneos, n. 10)

_____. Estudo lança novo perfil do desemprego no Brasil. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, abr. 1999.

PRONI, M. W. O Brasil está próximo do pleno emprego? *Carta Social e do Trabalho*, Unicamp, Cesit, n. 19, jul./set. 2012.

RIBEIRO, F. Último Censo indica que 20% das cidades atingiram o pleno emprego. *O Globo*, 4 ago. 2012.

RODRIGUES, L.; BARBOSA, F.; ALMEIDA, C. Reforma abriria 3 milhões de vagas. *O Globo*, 10 ago. 2006.

SANTOS, G. Imposto alto leva à informalidade do emprego no Brasil. *Gazeta Mercantil*, 29 dez. 2000.

SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – Regiões Metropolitanas. “Notas técnicas”. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ped/metropolitana/>

SINGER, P. As causas do desemprego. *Folha de São Paulo*, 24 mar. 1999.